

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GERALDO FRANCISCO ROSA JÚNIOR

**DESAFIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES  
DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE NOVA  
VIÇOSA E MUCURI, EXTREMO SUL DA BAHIA**

São Mateus

2018

GERALDO FRANCISCO ROSA JÚNIOR

**DESAFIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES  
DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE NOVA  
VIÇOSA E MUCURI, EXTREMO SUL DA BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário do Norte do Espírito Santos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

**Orientador:** Prof. Dr. Franklin Noel dos Santos

São Mateus

2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Divisão de Biblioteca Setorial do CEUNES - BC, ES, Brasil)  
Bibliotecário: Filipe Briguiet Pereira - CRB-6 ES-000863/O

---

R788d Rosa Júnior, Geraldo Francisco, 1972-  
Desafios didático-pedagógicos dos professores de biologia da rede estadual de ensino de Nova Viçosa e Mucuri, extremo sul da Bahia / Geraldo Francisco Rosa Júnior. – 2018.  
134 f. : il.

Orientador: Franklin Noel dos Santos.  
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

1. Professores - Formação. 2. Educação permanente. I. Santos, Franklin Noel dos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. III. Título.

CDU: 37

---

**GERALDO FRANCISCO ROSA JÚNIOR**

**DESAFIOS DIDÁTICO- PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES DE  
BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE NOVA VIÇOSA E  
MUCURI, EXTREMO SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 06 de abril de 2018.

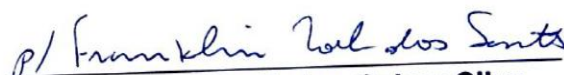
**COMISSÃO EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Franklin Noel dos Santos**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientador**



**Prof. Dr. Gustavo Machado Prado**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**



**Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva**  
**Universidade Estadual do Paraná**

Aos sentidos da minha vida... Maria Clara, José Geraldo e Rafael, minha prole; a Lívia Cristina, a companheira de alta luz, a Clédes Magaly minha mãe e a meu pai Geraldo Francisco (*In memorian*).

Aos meus queridos irmãos, tão distantes e tão perto, pelo amor que sentimos uns pelos outros.

Aos companheiros de educação e ensino, pelo compromisso e consciência da nossa missão.

## **Agradecimentos**

A Educação sempre esteve em minha vida desde o meu nascimento, na pessoa de minha mãe, professora e batalhadora das frentes de luta da educação. Seguindo os seus passos me tornei professor; a vida me conduziu a essa profissão que desempenho com o mesmo zelo. E, alcançando esse título ao concluir esta dissertação de Mestrado (não diferente de tudo em minha vida, às penas de muita dedicação e sacrifícios), a felicidade é incontável.

Em primeiro lugar e sem nenhuma dúvida no coração, gostaria de agradecer ao Senhor Deus pelo dom da vida, pela permissão de existir e pelos incontáveis momentos de proteção, bênçãos e livramentos.

Agradeço a minha esposa Lívia Cristina por ser tão amiga, amável e incentivadora da realização deste sonho. Sua compreensão perpassou todos os limites toleráveis para que eu, mesmo trabalhando e sem conseguir licença das minhas atividades de sala de aula, pudesse realizá-lo. Obrigado por tudo que fizeste e tem feito por mim e por nossa família.

Aos meus filhotes, Maria Clara, José Geraldo e Rafael, por existirem em minha vida como sinal de amor incondicional do Deus Onipotente, pois cada sorriso desses doces seres humanos me recarrega a alma para continuar lutando.

Aos meus pais, Geraldo Francisco Rosa (*in memoriam*) e Clédes Magaly Gomes Rosa, pelo amor e pela primeira escola, a família, que me ensinou os valores morais e éticos para que eu me tornasse o homem que sou hoje.

Aos meus queridos irmãos Arúkia, Rita e Washington que desde os meus primeiros passos estudantis confiaram e me incentivaram na busca de desafios. Vocês são muito especiais na minha vida. Sabemos da distância que nos separa, mas o amor nos aproxima. Aos meus sobrinhos Sarah e João Pedro, Alexandre e Lucas, obrigado por existirem em nossas vidas de forma tão doce e honrada: vocês são partes de todos nós. Aos cunhados queridos que sempre se orgulharam das minhas conquistas, incentivando a seguir mesmo quando o caminho se estreita e a caminhada fica difícil. Obrigado por existirem assim na minha vida. Aos meus sogros pelo incentivo e orgulho das minhas conquistas.

A todos os meus tios, tias, primos, pela alegria que compartilham ao reconhecerem a minha luta e por confiarem na minha capacidade de ir além do que me preparava o destino: obrigado por tudo!

Aos meus colegas de trabalho professor Mario Sérgio Nascimento, pela amizade e apoio em todos os momentos desta jornada e a professora Maria da Glória, por acreditar na minha capacidade incentivando-me neste desafio.

Ao meu orientador, professor Dr. Franklin Noel dos Santos, pela compreensão e confiança, pelas contribuições para o meu crescimento profissional e pessoal. Deus lhe abençoe por tudo, meu amigo.

Aos professores do PPGEED, que muito contribuíram com momentos reflexivos intensos e boas orientações ante as dúvidas surgidas. Especialmente, ao professor Dr. Gustavo Machado Prado e professora Dra. Vanessa Simão do Amaral pela disposição e contribuições durante a fase de Qualificação. Aos coordenadores do PPGEED e funcionários, pela atenção e presteza diante dos requerimentos e esclarecimentos no decorrer do curso. À minha maravilhosa turma de 2016, pela irreverência, pelo alto nível das discussões, aprendizagens, reflexões e partilha de informações.

Ao colega Isaque Coimbra, parceiro de orientação, pela ajuda em todos os momentos e por auxiliar na organização dos trabalhos e participações em eventos. Um verdadeiro irmão!!

Ao nosso grupo de estudo, formado a partir dos mais variados laços de afinidades, constituído dos eternos amigos: Clara Zandomênic Malverdes, Isaque Alves Coimbra, Greysi Dias Rêgo, Maria Amélia Lucas Chaves, Igor Donizete Nunes Bravo, Olímpio Muniz Gava, Laís Perpetuo Perovano e Tamires Cesquine Alves. O meu profundo respeito a todos e imenso prazer de ter compartilhado momentos maravilhosos da minha vida com vocês.

Cheguei ao final de mais um desafio, que não seja o último, pois estou realizando um sonho, sonhado por muitas pessoas que acreditaram em mim e na minha capacidade de realização. É certo o desgaste, o cansaço, mas não haveria de ser se não fosse uma batalha, mas o melhor de tudo, resto vitorioso. Aprendi e supri muitas inquietações, bebi da fonte do saber, para que muito fosse esclarecido, sabedor de

que devemos estar sempre em formação e por isso me sinto apto a continuar sonhando, pois os sonhos nos mantêm vivos.



Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que almejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento de que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas ainda assim permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. A data é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Freire (2000, p.67)

## Resumo

Esta pesquisa objetivou buscar o entendimento a respeito da situação atual, didático-pedagógica, dos professores de Biologia da rede estadual de ensino em Nova Viçosa e Mucuri, extremo sul da Bahia. A superação de situações adversas, enfrentadas pelos professores, demonstra que além da formação inicial, a continuação desta formação é primordial para uma boa atuação em sala de aula. Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa e a análise do conteúdo na interpretação dos dados recolhidos, através da aplicação de questionários semiestruturados. Isso deu suporte à pesquisa de campo aplicada a 12 professores atuantes na disciplina de Biologia em 5 escolas dessas cidades, focando no desenvolvimento de suas atividades profissionais, na sua formação inicial e continuada. Nos resultados os professores apontam: desvalorização; a ausência de políticas públicas de valorização aos temporários (denominados REDA no estado da Bahia); programas de formação continuada excludentes; atuação em disciplinas fora da sua área de formação; condições adversas para aulas práticas (ausência de laboratório de ciências) e escassez material para preparar suas aulas. Por fim, nos posicionamos a favor de políticas públicas educacionais, conforme proposto por Gatti (2008, 2009, 2010, 2016), Krasilchik (2011), Charlot (2008), Libâneo (1998, 2015) que estudam, pesquisam e apontam situações que são recorrentes na prática docente: a necessidade de formações acadêmicas de qualidade; oferta de formações de qualidade aos professores efetivos e temporários; maior empenho na reestruturação de espaços escolares; reconhecer, valorizar e respeitar os profissionais de educação durante a sua prática docente. A investigação demonstra profissionais de grande competência e dedicação, ante o tratamento que lhes é dado pelo governo do estado da Bahia no desempenho de suas atividades docentes.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Prática docente. Biologia. Estado da Bahia. Formação continuada.

## **Abstract**

This research aimed to understand the current situation, didactic and pedagogical, of the Biology teachers of the state education network in Nova Viçosa and Mucuri, extreme south of Bahia. The overcoming of adverse situations, faced by teachers, demonstrates that in addition to the training, continuation is paramount, together with the performance in the classroom. Overcoming adverse situations, faced by teachers, demonstrates that in addition to training, continuation is paramount in classroom performance. Was used a qualitative approach and content analysis that allowed the interpretation of data collected through the application of semi-structured questionnaires. This gave support to the field research applied to 12 professors working in the biology discipline in 5 schools in these cities, focusing on these professionals the development of their professional activities, their initial and continued formation, as well as feel their professional action. In the results teachers show: devaluation; the absence of public policies for valuing temporary workers (REDA in the state of Bahia); exclusionary continuing education programs; performance in disciplines outside their training area; adverse conditions for practical classes (absence of science lab) and material shortage to prepare their classes. Finally, we position ourselves in favor of public policies sensitive to the results, presented by great authorities, like Gatti (2008, 2009, 2010, 2016), Krasilchik (2011), Charlot (2008), Libâneo (1998, 2015) study, research and point out situations that are recurrent in teaching practice: the need for quality academic training; provision of quality training to effective and temporary teachers; to put more emphasis on the restructuring of these school spaces; recognize, value and respect the professionals of education during their teaching practice. The research shows professionals of great competence and dedication, given the bad treatment given them by the government of the state of Bahia, in the performance of their teaching activities.

**Keywords:** Teacher training. Teaching practice. Biology. State of Bahia. Continuing education

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Professores participantes da pesquisa quanto ao vínculo trabalhista, formação em Biologia e/ou na área de Educação.....	49
Gráfico 2 – Professores de Biologia que atuam em outras disciplinas.....	58
Gráfico 3 – Faixa Etária dos professores participantes da pesquisa.....	60
Gráfico 4 – Tempo de Docência em anos dos professores participantes da pesquisa. ....	61
Gráfico 5 - Satisfação dos professores quanto ao número de alunos por turmas nas quais eles atuam. ....	64
Gráfico 6 - Número de professores participantes da pesquisa com pós-graduação. ....	68
Gráfico 7 – Número de professores quanto a iniciativa de realizar a formação continuada.....	71
Gráfico 8 – Número de professores que consideram que a formação continuada e pós-graduação influenciam na renda salarial.....	75
Gráfico 9 – Número de professores pesquisados quanto à satisfação com as suas formações iniciais e continuada. ....	79

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Perfil dos professores submetidos ao questionário por Escola e cidade. .....	54
Quadro 2 – Professores participantes da pesquisa quanto à pós-graduação. ....	67
Quadro 3 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Integração – Mucuri – Bahia .....	73
Quadro 4 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Jaci Ferreira dos Santos – Mucuri – Bahia .....	73
Quadro 5 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Eraldo Tinoco – Nova Viçosa – Bahia.....	74
Quadro 6 - Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto – Nova Viçosa – Bahia .....	74
Quadro 7 - Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual John Kennedy – Nova Viçosa – Bahia .....	74

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Média do número de alunos por turma.....	63
Tabela 2 – Autoavaliação da didática praticada com as justificativas dos professores participantes da pesquisa.....	84
Tabela 3 – Sugestão dos professores pesquisados para melhoria da prática docente na escola.....	88
Tabela 4 – Sugestões dos professores da pesquisa à escola para melhoria das aulas.....	89
Tabela 4 – Sugestões dos professores da pesquisa à escola para melhoria das aulas.....	90

## **Lista de Siglas**

AC -	Atividade complementar
BA -	Bahia
BR -	Brasil
CAE -	Comissão de Assuntos Econômicos
CEB -	Câmara de Educação Básica
CNE -	Conselho Nacional de Educação
EaD -	Educação à Distância
EC-	Emenda Constitucional
Fundeb -	Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação
Fundef -	Fundo de manutenção do Ensino Fundamental
IAT -	Instituto Anísio Teixeira
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES -	Instituição de Ensino Superior
LDB -	Leis de Diretrizes e Base da Educação
NTE -	Núcleo Territorial de Educação
OCDE –	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Pibid -	Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à docência
PISA -	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PLS -	Projeto de Lei do Senado
PNE -	Plano Nacional de Educação
Preal –	Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe
STF -	Supremo Tribunal Federal
UEE -	Unidade Estadual de Ensino
PPGEEB -	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1 – SER PROFESSOR NO BRASIL NA ATUALIDADE .....	23
1.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS NAS FORMAÇÕES INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES.....	23
1.2 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA .....	26
1.2.1 INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA – BAHIA (IAT/BA) .....	27
1.3 FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR .....	30
1.4. FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE .....	34
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA UTILIZADA NA INVESTIGAÇÃO.....	42
2.1 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	42
2.2 CARACTERIZAÇÕES DAS CIDADES ENVOLVIDAS NA PESQUISA – MUCURI E NOVA VIÇOSA – BAHIA.....	44
2.2.1 NOVA VIÇOSA .....	44
2.2.2 MUCURI .....	46
2.3 AMBIENTES E PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	49
CAPÍTULO 3 – MOMENTOS DE DIÁLOGOS COM OS RESULTADOS OBTIDOS .....	53
3.1 RESULTADOS OBTIDOS DOS QUESTIONÁRIOS .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES.....	105



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar as condições de trabalho e os principais desafios didático-pedagógicos enfrentados pelos professores de Biologia da Rede Estadual de Educação que atuam no Ensino Médio nas escolas dos municípios de Mucuri e Nova Viçosa, localizados no extremo sul da Bahia. Dentre as questões problematizadas, destacam-se: condições de formação e capacitação docentes ofertadas pelo governo estadual; a infraestrutura de trabalho ofertada nos referidos estabelecimentos de ensino e a jornada de trabalho destes profissionais.

Nesta linha, objetivou-se traçar um perfil dos professores de Biologia que atuam nas escolas estaduais do extremo sul da Bahia; identificar as condições de trabalho ofertadas a estes professores nas escolas da Rede Estadual, e como estas condições influenciam no ensino; identificar e analisar os principais programas do Estado da Bahia na formação continuada dos professores de Biologia; problematizar as formas de acompanhamento da Secretaria de Educação do Estado da Bahia junto aos professores, considerando as suas práticas metodológicas; propor e divulgar o trabalho desses docentes para a execução de suas aulas nas condições expostas por eles, a fim de propor sugestões para mitigar os seus anseios.

A escolha do referido tema advém das inquietações que acumulei como professor de Biologia do Estado da Bahia, atuando por mais de 17 anos no chão da sala de aula e também como gestor frente a uma UEE – Unidade Estadual de Ensino. No período dessa caminhada me deparei com os diversos problemas que impactam a atividade docente, mas que nem sempre são percebidos ou tratados com a devida atenção por parte das autoridades governamentais. Em especial, destaco as condições de trabalho e capacitação que são oferecidas aos docentes da educação básica, mais especificamente aos que lecionam a disciplina de Biologia.

Tais preocupações remetem a outras instigantes questões: os professores foram e estão preparados para atuar criticamente em sala de aula, fazendo com que os alunos adquiram a possibilidade de produzir sentidos mais críticos vinculados às finalidades sociais da Biologia? Quais as principais ferramentas didáticas que estes professores utilizam em suas práticas cotidianas? Eles estão em sintonia com as

novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis? Como as percebem o alunado do Ensino Médio?

Ainda nessa linha no tocante à questão trabalhista, quais são as principais ações do Estado com o propósito de capacitar estes docentes ou de oferecer-lhes uma formação continuada? E se as realiza, qual o mecanismo de acompanhamento das aplicações de tais capacitações e formações? As escolas estão preparadas com infraestrutura, a fim de atender e dar suporte às aplicações de práticas propostas por estes professores, em especial de Biologia, nessas capacitações e/ou formação continuada?

A formação de professores, principais atores da educação em nosso país e no mundo, é um debate de extrema relevância, pois se trata da continuidade da transmissão de conhecimentos conquistados pela humanidade e que precisa ser preservada de maneira responsável. Segundo Gatti (2016, p.163):

[...] A educação escolar pressupõe uma atuação de um conjunto geracional com outro mais jovem, ou, com menor domínio de conhecimentos ou práticas, na direção de uma formação social, moral, cognitiva, afetiva, num determinado contexto histórico. Presencialmente ou não, há pessoas participando e dando sentido a esse processo. Quando se trata de educação escolar são os professores que propiciam essa intermediação. Então, a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção da preservação de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e co-participação de todos. Por isso, compreender e discutir a formação, as condições de trabalho e carreira dos professores, e, em decorrência sua configuração identitária profissional, se torna importante para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país, ou de uma região.

Melhorar a qualidade da formação de professores é importante sob o ponto de vista das reformas educacionais. Mesmo assim, independentemente da qualidade da formação, deve-se optar por dar continuidade à sua própria formação em atividade, agindo criticamente na sua prática . À medida que vai atuando, o professor pode aproveitar para corrigir e enriquecer sua formação inicial com essa prática, não desobrigando os formadores deste profissional a observar a sua prática. Segundo Gatti (2010, p. 1375),

[...] A formação de professores profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valiosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes.

Para Gatti (2014) as universidades, ainda hoje, praticam a formação do professor baseado em currículos globalizados, em modelos que se repetem há muitos anos em diversos lugares. Não se conhece uma preocupação em formar um profissional que tenha condições de, quando concluir a licenciatura, estar preparado para a realidade que o espera. Nem mesmo o estágio supervisionado, item obrigatório para a formação do futuro docente, tem sido executado de forma a encaminhar com maiores formalidades os estudantes às escolas de educação básica. Assim Gatti (2014, p.41) argumenta sobre os estágios curriculares que “[...] Em geral os estudantes, isoladamente, procuram escolas e professores da educação básica que os recebam, e o estágio desenvolvido configura-se como observação passiva de salas de aula”. A autora tem o cuidado de não generalizar, por saber que alguma Instituição de Ensino Superior (IES) pode estar praticando algo considerável nesta área, mas que, de praxe, é comum o estagiário não ter um amparo mais consistente dos seus supervisores.

Visto que muitas escolas apresentam índices de evasão muito além do que se entende por aceitável, a desistência do processo educativo, por vezes, ideológico, da parte dos professores, também é uma realidade. A formação do professor, segundo Gatti (2014), também depende das instituições que estão vinculadas à tradição, por isso será difícil retomar uma boa formação de forma integral e em novas bases que visem promover um melhoramento na prática docente.

Não se observa com frequência a prática de Instituições de Ensino Superior disponibilizando supervisores que acompanhem os estudantes de magistério ou licenciatura nas escolas e séries que estes irão assumir. Essa prática faz com que os estudantes se sintam abandonados e sozinhos, demonstrando um sistema frágil encontrado na atualidade na grande maioria das IES. Certamente, o impacto para o professor recém-formado poderá causar-lhe dúvidas quanto à prática docente e levando-o a vislumbrar a possibilidade de outra carreira, deixando o magistério como segunda opção.

Professores recém-formados muitas vezes ao encontram no ambiente escolar apoio para desenvolverem bem suas atividades, realidade em muitas escolas do país. As novidades não são animadoras nessa etapa da carreira, mas de certa forma o caminho foi trilhado e estes acabam por permanecer na escola por conta de

estabilidade profissional. Mesmo considerando que o estágio, na verdade, possibilitará uma reflexão sobre a aplicabilidade da teoria sobre a prática, alguns autores têm outra visão. Nesse caso, podemos observar o que Tardif (2000, p.13) nos aponta a respeito do estágio nos cursos de formação:

[...] Os cursos de formação para o magistério são globalmente idealizados segundo um modelo aplicacionista do conhecimento: os alunos passam um certo número de anos a assistir a aulas baseadas em disciplinas e constituídas de conhecimentos proposicionais. Em seguida, ou durante essas aulas, eles vão estagiar para “aplicarem” esses conhecimentos [...].

O professor precisa estar preparado para as mudanças e ciladas da sua profissão, pois o fracasso escolar muitas vezes lhe é creditado. No entanto, uma boa formação e sua continuação, para alimentar uma prática mais lúcida do seu trabalho, poderá lhe preparar para as adversidades. Não é novidade o percalço imposto à prática do ensino, principalmente de Biologia. Nesse sentido, Krasilchik (2011, p.65) afirma que:

“[...] os professores estão sobrecarregados de trabalho e não podem confeccionar modelos, transparências, dispositivos etc. quando conseguem obtê-los é difícil locomover turmas numerosas para as raras salas adequadas para projeção, provocando problemas tanto para o professor como para a administração da escola [...]”.

A formação continuada é imprescindível ao professor, já que a importância do seu papel na sociedade atual é primordial. Por isso, sua prática docente deve ser atualizada, revitalizada, para acompanhar as mudanças que na atualidade são muitas e diversificadas.

O professor deveria receber a continuidade de sua formação na escola, ambiente de prática e convivência. É nesse contexto que a formação continuada revelaria um sentido maior, aflorando uma reflexão mais intensa para uma prática pedagógica mais específica, não havendo, portanto, a necessidade de retirar o professor do seu ambiente de trabalho. Nesse sentido Nascimento (1996, p.144), afirma:

A formação continuada de professores precisa estar preferencialmente, voltada para a escola, por ser este o espaço de contato, de convivência e de comunicação entre os profissionais que ali trabalham. (...) a escola é o contexto do trabalho do professor, ou seja, é nesse espaço que estão presentes os problemas reais do cotidiano escolar, as dúvidas pedagógicas dos professores e, certamente, as possibilidades de encontrar soluções [...].

O Estado da Bahia sempre ofertou cursos de formação com grande diversificação em sua nomenclatura, tais como: capacitações, reciclagens, treinamentos, habilitações e, por fim, formações e continuação destas. Mas nunca houve maiores preocupações, após tais cursos, de propor e ofertar aos professores o apoio para a execução das novas aquisições pedagógicas e práticas adquiridas.

Torna-se imprescindível a continuidade da formação de professores para atualizá-los como cidadãos capazes de atuarem no meio em que estão inseridos, que reflete a sua prática, e não perder de vista a importância da escola e os seus propósitos. Isso só poderá acontecer caso o professor demande parte do seu tempo em pesquisa e reflexão da sua prática, idealizando um modelo de escola. Conforme assinala Libâneo (1998, p.7):

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana.

A ação é parte desse processo de reflexão e crítica. A dinâmica docente atenta sempre a sua prática, refletindo cada momento da construção de um determinado saber, buscando mais evidências para assim compreendê-la e agir. Mas o olho de pesquisador poderá permitir ao professor abordar determinados comportamentos no âmbito da sala de aula e intervir de forma acertada, a partir do conhecimento que poderá surgir, pois o agir depende de uma provocação, e assim reage-se a ele de forma mais compreendida, sabendo o que se está fazendo, segundo Freire (1975a, p.106),

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se for mágica a compreensão, mágica será a ação.

Esse agir visa investigar, refletir, compreender e conhecer a sua prática, papel essencial para docentes que atuam com estudantes da atualidade, submetidos a diversas mudanças no âmbito educacional e social. Para essa realização é necessário que o docente seja crítico de sua prática, para conhecê-la e agir com a intenção de melhorá-la e eliminar o que incomoda. A partir desse conhecimento e

senso crítico de sua atuação poderá ser traçado o perfil dos professores, através da aplicação de questionários, observando e identificando as condições de trabalho e a influência destas condições no ensino e na prática pedagógica desses docentes.

No presente estudo, buscou-se compreender o esforço dos professores na sua diversificação do uso de estratégias didáticas a partir das condições que lhes são oferecidas. Por fim, foram identificadas e problematizadas as ações do Estado da Bahia no que se refere à formação continuada para esses professores, especificamente de Biologia, e o acompanhamento dessas formações na prática cotidiana.

Contudo, Gatti (2016), além de todos os problemas estruturais, observa os problemas e desafios que dizem respeito a essa área ou disciplina, considerando-se que são decorrentes do processo de formação docente e das especificidades dos componentes disciplinares. Partindo desses pressupostos, buscamos elucidar o que está ocorrendo com os docentes investigados e se são realmente atingidos por tais dificuldades.

Participaram da pesquisa os professores de Biologia do ensino médio de cinco escolas situadas nas cidades de Mucuri e Nova Viçosa, no litoral do extremo sul da Bahia. Estas escolas estão subordinadas ao NTE – Núcleo Regional de Educação, situado em Teixeira de Freitas – BA. Visando conhecer melhor a realidade desses profissionais, o presente estudo buscou vivenciar mais de perto o cotidiano desses indivíduos, suas angústias, alegrias, desafios e dificuldades.

Para fazer a investigação, recorreremos à abordagem qualitativa, tal como proposta por autores como Bauer e Gaskell (2002), Lüdke e André (2014). Tal abordagem proporciona análises mais profundas, tendo em vista que o foco nos números deixa de ser principal, Beuren (2008) em face de se privilegiar a análise das informações coletadas, tais como: depoimentos, entrevistas, etc., e a partir do que Ghedin e Franco (2011) citam, permite ao próprio ser humano dar sentido e significado à realidade na qual este está inserido e interpretando. Além disso, Lüdke e André (2014) afirmam que esse tipo de pesquisa coloca o pesquisador por um longo período em contato com o objeto de sua pesquisa.

Uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa qualitativa para a coleta de dados é o emprego do questionário. De acordo com Gil (2007), a estruturação dos questionários deve ser feita levando-se em consideração os objetivos da pesquisa e limitando-se apenas ao foco da pesquisa para que não ocorra explanação, mas que venha propor a colaboração com uma informação descritiva. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2007, p.100), destacam que:

[...] um aspecto importante do questionário é a indicação da entidade ou organização patrocinadora da pesquisa. Por exemplo: CNPq. Deve estar acompanhado de instruções definidas e notas explicativas, para que o informante tome ciência do que se deseja dele. O aspecto material e a estética também devem ser observados: tamanho, facilidade de manipulação, espaço suficiente para as respostas, a disposição dos itens de forma a facilitar a computação dos dados.

Em nosso trabalho, os professores responderam um questionário semiestruturado compostos por questões abertas e fechadas. Isso foi feito no intuito de recolhermos o máximo de informações baseados nos objetivos da investigação. Para além dos questionários, também recorreremos à análise de documentos oficiais federais e estaduais, tais como: leis, decretos, portarias, resoluções, etc. Tal consulta permitiu compreender as políticas de formação e capacitação docente no país e, em especial, no Estado da Bahia.

A análise crítica das informações e dos dados coletados foi feita a partir da leitura, entendimento e interpretação de obras, artigos, textos de autores e pensadores da educação com foco na formação docente e na prática de ensino de Biologia, tais como: como Kralsichik (2011); Gatti (2016) e Freire (1975).

A partir das considerações feitas anteriormente, estruturamos a dissertação da seguinte maneira. No **Capítulo 1** fizemos uma revisão bibliográfica a respeito da temática da formação de professores no Brasil, abordando a formação continuada na contemporaneidade e dos documentos oficiais que tratam do tema. No **Capítulo 2** são apresentados os perfis dos profissionais de Biologia da região; o suporte do governo do Estado da Bahia para a continuidade da formação dos professores de Biologia; a caracterização das cidades nas quais as escolas estão inseridas e o perfil das escolas e comunidades escolares pesquisadas.

A questão metodológica ou percurso de investigação é apresentado no **Capítulo 3**. Nele, tratamos da descrição do campo e dos envolvidos, a análise de conteúdo

considerando autor ou autores ligados ao tema. Os resultados coletados e discutidos levando-se em consideração o tema pesquisado estão no **Capítulo 4**.

As **Considerações Finais** nos remetem à reflexão da prática docente, em Biologia, e as suas condições de execução nas escolas da rede estadual do estado da Bahia nas cidades de Mucuri e Nova Viçosa, incluindo desafios em que os professores investigados estão submetidos nas suas práticas docentes, os quais as executam visando a formação de cidadãos críticos e sociais, preparados para atuarem em seu meio como agentes de transformação.

É preciso acreditar que o conhecimento dos problemas e desafios enfrentados pelos docentes de Biologia, estes que são os verdadeiros agentes de transmissão do conhecimento, formadores de opinião, intelectuais e cidadãos que visam o contínuo processo de sua formação, será importante. Atuante como agente investigador e pesquisador da sua própria prática num ambiente que privilegia tais ações, nesse caso a escola, o estudo desse tema poderá trazer maiores reflexões, concepções de novas práticas no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem.

Permitirá também uma visão clara da situação didático-pedagógica a que esses profissionais têm sido submetidos. De igual maneira, outras áreas poderão usufruir desse estudo para observação das demais situações que poderão surgir durante a prática docente das suas disciplinas afins.

Gestores de escolas podem refletir sobre as condições nas quais os seus professores estão atuando, enquanto os próprios professores poderão (re) pensar nos seus direitos e cobrar dos poderes públicos melhores condições de trabalho.

Enfim, a consulta por estudantes seria interessante, a fim de que percebam as dificuldades de seus professores, e assim poderia sugerir um debate para uma melhor reflexão da situação atual em suas escolas.



## **CAPÍTULO 1 – SER PROFESSOR NO BRASIL NA ATUALIDADE**

Este capítulo tem por finalidade caracterizar o professor na atualidade, observando sua importância no processo ensino-aprendizagem e os desafios para praticar o seu trabalho e desenvolver recursos didáticos para tal. Com esse propósito, foram realizados levantamentos bibliográficos a respeito da formação inicial e continuada na contemporaneidade, à medida que se contemplaram as políticas públicas e documentos oficiais para suas realizações. E, para a discussão, fizemos também uma breve abordagem da história da educação no Brasil.

### **1.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS NAS FORMAÇÕES INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES**

Neste item abordaremos as políticas que orientam a formação inicial e continuada de professores, buscando amparo nas leis, decretos, portarias, orientações, programas, e diretrizes, vigentes em nosso país. Também serão tratadas as mudanças ocorridas e o cumprimento de determinadas orientações, bem como os novos rumos seguidos pela sociedade brasileira e mundial e que, às vezes, tornam tais decisões obsoletas e ineficazes, pela dinâmica da profissão e de sua área.

O professor, hoje, reconhecidamente como profissional da educação, precisa ter o seu espaço e direitos respeitados. Lidar com a organização e transmissão de conhecimentos, bem como diversas outras atribuições, não é tarefa fácil. Segundo Jacomini e Penna (2016, p. 178)

[...] Para que esse profissional possa realizar tal atividade nas escolas, é consenso que, entre outros aspectos, ele possua uma formação adequada e que lhe sejam oferecidas condições de trabalho e de desenvolvimento profissional por meio da carreira.

Até o presente momento, na decorrência de diversas batalhas concernentes a sua valorização, os profissionais de educação têm conseguido conquistas interessantes a partir da Constituição Federal de 1988, Emenda Constitucional nº 19/1998 e demais leis infraconstitucionais. Tais pleitos, visam dar dignidade com a regulação da carreira docente da educação básica no país, aditando os planos de carreiras e pisos salariais.

Além dessa valorização, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394/96), vem advertir e atribuir maiores responsabilidades às esferas

municipal, estadual e Federal para garantir o seu cumprimento. Essa Lei (LDB/1996) vem estabelecer, no seu art. 67, que o ingresso, por exemplo, no magistério obedecerá a concurso público; planos de carreira baseados em títulos e avaliações; aperfeiçoamento profissional, licenças remuneradas, criação e pagamento do piso salarial; período de trabalho comportando espaço para o profissional ter tempo de estudar, planejar suas atividades, inclusive avaliativas, e condições de trabalho dignas à sua profissão. Atribuições que remetem a seriedade da profissionalização marcada por diversos direitos a tais profissionais.

O Brasil acumula atitudes que colidem com os direitos estabelecidos aos profissionais de educação e para não fugir à regra, algumas leis criadas, na prática não são cumpridas. Percebe-se isso ao constatar-se a não aplicação de itens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Emendas constitucionais como a de Nº 14/1996, que foi criada estipulando um prazo de dez anos para o cumprimento de remuneração decente aos profissionais de educação pelos entes da federação, e mesmo assim não tem sido cumprida independente da esfera, alegando-se a falta de recursos, mesmo que o governo federal venha complementar tal investimento.

A partir da regulamentação do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sob a Lei Nº 9424/1996, surge mais um avanço na garantia dos direitos dos profissionais de educação. Desse fundo, 60% dos recursos são direcionados a sua remuneração. Inclusive, a Emenda Constitucional (EC) de Nº14/1996, deveria garantir, num prazo de seis meses a partir da sua vigência, que todos os entes da federação deveriam elaborar seus planos de carreira, o também não foi cumprido.

Para facilitar a prática dos planos de carreira, as Resoluções nº 3 e 10/1997 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), vieram para auxiliar os entes da federação, que podiam contar com uma gama de orientações legais para construí-los ou reconstruí-los. Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº10.172/2001, propõe uma série de critérios a serem considerados durante a elaboração do plano de carreira.

Criado pela Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006 e regulamentado a partir da Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), vem substituir o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que havia permanecido em vigência no período de 1998 a 2006. Quanto à formação dos profissionais da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394/96), vem nos esclarecer no seu art. 62:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4º A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Contando com todas essas atribuições dos entes federativos, pensa-se na possibilidade dos profissionais da educação serem atendidos em sua plenitude, Gatti (2008, p.64) nos lembra que a LDB

[...] veio provocar especialmente os poderes públicos quanto a essa formação. A lei reflete um período de debates sobre a questão da importância da formação continuada e trata dela em vários de seus artigos. O artigo 67, que estipula que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, traz em seu inciso II o aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim. Mais adiante, em seu artigo 80, está que 'o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada' (grifo nosso). E, nas disposições transitórias, no artigo 87, §3º, inciso III, fica explicitado o dever de cada município de 'realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância'.

Dessa forma, o professor está amparado, ao menos na forma da lei, quanto a sua valorização, formação, continuidade dessa formação, independente da modalidade e dos programas que se vão recorrer para que ela aconteça. É fato que numa demanda dessas, cujo propósito é o investimento na educação básica, amparando o profissional da educação cujo fim espera-se refletir no rendimento dos alunos, muitos serão os que, politicamente, se aproveitarão de tal situação.

É de suma importância compreender-se que, nos dias atuais, investir seriamente no cumprimento das leis que amparam a educação e a valorização dos profissionais da educação, não é mero discurso vazio e evasivo. Segundo Gatti (2016, p.163):

[...] a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção da preservação de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e co-participação de todos. Por isso, compreender e discutir a formação, as condições de trabalho e carreira dos professores, e, em decorrência sua configuração identitária profissional, se torna importante para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país, ou de uma região.

Este é um tema recorrente; o profissional da educação, certamente e historicamente, terá incontáveis lutas para impor e ter o seu valor reconhecido. Trata-se de uma questão relevante, são leis em vigor que, além de não serem cumpridas em sua totalidade, têm essa verdade denunciada nos resultados dos índices educacionais. O debate é pertinente e necessário, se não, urgente.

## **1.2 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA**

O governo do Estado da Bahia, a fim de atender às leis de cumprimento das formações inicial e continuada de professores, demonstrando preocupação com a política educacional e para um bom desenvolvimento do ensino aprendido, cria em 2004 o Instituto Anísio Teixeira (IAT) para suprir variadas demandas nesse contexto. Assim, o instituto seria responsável pelos diversos cursos: aperfeiçoamentos, capacitações, treinamentos, inclusive graduações, especializações e pós-graduações, ofertadas a partir de convênios com Instituições de Ensino Superior (IES), como por exemplo com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

### 1.2.1 INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA – BAHIA (IAT/BA)

A criação do Instituto Anísio Teixeira deu-se a partir do Decreto nº 9.604 de 07 de Abril de 2004, em acordo com a Lei nº 8.970, de 05 de Janeiro de 2004, a qual trata das modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Com essa criação o instituto fica incumbido, conforme o capítulo I e seu artigo 1, de tratar de diversas finalidades, desde planejamentos e coordenação de estudos, projetos relacionados a ensino, pesquisa, experiências na área de educação a capacitações de recursos humanos.

Observamos que a competência do instituto, referente às formações inicial e continuada dos profissionais da educação, está contemplada nesse decreto, no artigo 2, incisos III e IV,

[...]

III - operacionalizar convênios/contratos e acordos de cooperação técnica ou financeira celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, com instituições nacionais e internacionais, para o desenvolvimento das ações de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

IV - desenvolver programas e projetos nas modalidades de educação presencial e a distância, para formação inicial e continuada dos profissionais da educação, em articulação com universidades e outras instituições educacionais;

[...]

Observamos o inciso IV, que trata das modalidades de ensino que podem ser presencial e a distância, contemplando as formações inicial e continuada. Dessa forma, o governo do Estado da Bahia promove as diversas formações, concentrando num só órgão a coordenação.

Cumprindo o seu papel, o Instituto Anísio Teixeira desde então tem promovido diversas formações, aperfeiçoamentos e capacitações, inicialmente presenciais. O governo do estado recebia diversos grupos de professores no alojamento desse instituto e outros eram encaminhados para hotéis da cidade de Salvador – Bahia, sem nenhum custo aos professores, inclusive, no seu deslocamento do interior para a capital.

No entanto, possivelmente, sob o argumento do corte de gastos e em nome da lei de responsabilidade fiscal, o IAT tem promovido diversos cursos à distância,

semipresenciais ou até mesmo nos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) em que professores são treinados para se tornarem multiplicadores.

Os cursos são direcionados aos professores efetivos do estado da Bahia com o propósito de promoções em seus planos de carreira e até mesmo para justificarem aumentos salariais. Contudo, ainda carrega consigo a nobreza e a intenção de melhorar a qualidade do ensino. Conforme a Portaria nº 5.449/2014, que em seu Capítulo I, art. 1º apresenta um curso de formação continuada com seus objetivos e finalidades:

[...]

Art. 1º Esta Portaria institui e regulamenta o Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, destinado aos Professores e Coordenadores Pedagógicos, enquadrados nos termos da Lei nº 10.963, de 2008.

[...]

§ 1º O Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais tem como objetivo aperfeiçoar e fortalecer o vínculo entre a prática pedagógica e a utilização das tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao contexto escolar e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento.

§ 3º A participação e conclusão das etapas do Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais são condições para a promoção nos graus da carreira do Magistério Público Estadual de que trata a Lei Estadual nº 13.185, de 01 de julho de 2014.

Na portaria deste mesmo curso, o governo determina o perfil dos professores que poderão fazê-lo, sendo assim os professores em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA (temporários no estado da Bahia) não são incluídos nesse processo. Isso pode ser observado no Capítulo II, art. 2º desta mesma portaria,

[...]

Art. 2º São requisitos para participação no Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais:

I - ser o servidor ocupante de cargo permanente de professor ou coordenador pedagógico e, até a publicação da Lei Estadual nº 13.185, de 01 de julho de 2014, ter sido enquadrado, nos termos da Lei nº 10.963, de 2008;

II - estar em efetivo exercício no âmbito da Secretaria da Educação ou legalmente afastado para exercício de mandato eletivo em Entidade Sindical.

[...]

Ao sabor das decisões do governo do Estado da Bahia, após o curso anteriormente citado, publica-se no Diário oficial do estado da Bahia, o Decreto N° 16.417 de 16 de Novembro de 2015, conhecido como decreto de contingenciamento, que alegando gestão de controle de gastos, suspende uma série de atividades no estado, conforme o seu Art. 1º e em seu art. 2º, inciso VII os cursos de capacitações:

[...]

Art. 1º - Este Decreto estabelece diretrizes para contenção de despesas de custeio e de pessoal, que deverão ser observadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, efetivadas por meio das fontes próprias do Tesouro Estadual e com recursos ordinários não vinculados.

Art. 2º - Ficam suspensas as despesas públicas decorrentes das seguintes atividades:

[...]

VII - contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento de servidores públicos, inclusive instrutoria interna, que demandem o pagamento de inscrição, aquisição de passagem aérea, nacional e internacional, concessão de diárias e verba de deslocamento;

Com o propósito de se cumprir a lei e justificar o aumento salarial dos professores, o governo do Estado da Bahia publica em 2017 a continuação do curso de aperfeiçoamento de 2014. Conforme Portaria N° 325 de 17 de Janeiro de 2017, que em seu Capítulo I, art. 1º, parágrafo 2º apresenta a segunda edição do curso e no Capítulo 2, art. 2º, inciso I, trata dos requisitos para participação

[...]

Art. 1º Regular, nos termos desta Portaria, a segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologia Educacional - CATE, instituído pela Portaria 5.449 de 03 de julho de 2014, que tem por objetivo aprimorar a formação dos professores e coordenadores pedagógicos, de modo a fortalecer a qualidade da Educação Básica no Estado da Bahia.

§ 2º A segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologia Educacional - CATE será realizado na modalidade de educação a distância, fazendo uso de uma estrutura tecnológica e metodológica que possibilitará aos professores e coordenadores pedagógicos acessá-lo por meio de ambiente virtual de aprendizagem.

[...]

Art. 2º São requisitos para participação na segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologia Educacional - CATE:

I - ser servidor ocupante de cargo permanente de professor ou coordenador pedagógico e, ter concluído, com aprovação, o estágio probatório entre o

dia 01/01/2014 a 31/12/2015, conforme disposto no artigo 8º da Lei 13.185/2014.

O governo do Estado da Bahia tem feito esforços para a manutenção dos cursos de aperfeiçoamento profissional, limitando-os aos professores efetivos para melhoramento das suas práticas educacionais e não apresentando aos professores REDA (temporários), opções de aperfeiçoamento profissional, nem mesmo plano de carreira que os contemple.

### **1.3 FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR**

Ser professor na contemporaneidade, segundo Krasilchik (2011), exige uma série de reflexões que incluem as condições estruturais das escolas que serão trabalhadas, o perfil dos alunos que se encontram nessas escolas, o suporte técnico e pessoal de apoio que atua nesses ambientes. No caso da Biologia, essas condições incluem monitores, cumprimento das normas e leis para a continuidade da formação dos professores, distribuição de carga horária que venha permitir ao professor atuar nos seus planejamentos e preparação de materiais.

Buscamos entender como tudo isso ocorre na atualidade, pois vivemos numa sociedade onde as transformações comportamentais, tecnológicas, políticas educacionais têm sido profundas e rápidas. Para tal, o professor deverá estar atualizado, ter perspectivas positivas, das quais, poderá encontrar nas teorias, formas criativas de desenvolver as suas práticas, buscando novos horizontes e desafios. Segundo Alarcão (2008, p.13):

Vivemos hoje numa sociedade complexa, repleta de sinais contraditórios, inundada por canais e torrentes de informação numa oferta de 'sirva-se quem precisar e do que precisar' e 'faça de mim o uso que entender'. O cidadão comum dificilmente consegue lidar com a avalanche de novas informações que o inundam e que se entrecruzam com novas ideias e problemas, novas oportunidades, desafios e ameaças.

Nesse sentido, a formação de professores consiste na busca de melhoramentos da prática pedagógica e da criação de novas ferramentas didáticas para que o processo de ensino seja interessante e conquiste o aluno. Ainda segundo Alarcão (2008), as escolas são ambientes de aquisição de novas competências, sendo necessário reconhecê-las ou até mesmo desenvolvê-las. Espera-se que o professor esteja preparado, não somente com o conhecimento da sua disciplina que será ensinada, mas também com o domínio das técnicas de que fará uso no seu trabalho.



É consenso que a academia, onde o futuro professor está estudando, não deve ser pensada como único ambiente de formação desse profissional. Brito (2011) cita que não será somente neste espaço que ocorrerá a sua aprendizagem e ele deve estar preparado para entender que este é apenas um dos muitos momentos de aprendizado profissional ao longo de sua carreira.

O professor sabe que seu trabalho é desenvolvido com pessoas e estas são seu objeto de trabalho. Consequentemente, os saberes dos professores carregam as marcas do ser humano, por isso há que aplicar-se e doar-se muito mais em tais atribuições Tardif (2000). Para ensinar, é necessário que o professor tenha conhecimento de si, busque conhecer e assumir sua identidade como profissional de educação, conhecendo os seus valores e importância dentro do processo.

Assim, o desenvolvimento de habilidades será específico de sua prática para a aquisição de competências necessárias ao desempenho de todo o processo no qual está inserido. Alarcão (2008, p.44) alerta ainda que “[...] se a vida dos professores tem seu contexto próprio, a escola tem de ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e coletivas”, pois quando se trabalha com seres humanos, muito se perde mesmo com olhares atentos, a cada dia ocorrem novidades na vida de um professor e nenhum dia será igual ao anterior, às vezes tudo pode repentinamente mudar e em outras nem percebemos tais mudanças.

A formação de professores deve estar atenta às novas tecnologias do conhecimento. Aprender não é mais capricho de sala de aula. Em todos os ambientes em que o aluno se encontre: família, igreja, sociedade, teatro, cinema, esportes, grupo de amigos, este estará num processo de aprendizagem. Inclusive, segundo Bonilla e Preto (2015, p. 511-512):

“[...] percebe-se ainda muito forte na escola concepções de educação próprias do modelo cartesiano, linear, desvinculado das linguagens presentes na sociedade. Isso é decorrente do fato de que muitos professores não tiveram, em sua formação inicial e continuada, a oportunidade de integrar as tecnologias digitais ao seu processo formativo, nem numa dimensão prática, muito menos teórica. Assim, a distância entre a formação inicial dos professores e os computadores nas mãos dos meninos é muito grande e o choque se estabelece. Enquanto esses professores são preparados para transmitir informações, os alunos, permanentemente conectados, acessam as informações em tempo real”.

A escola deixa de ser um espaço exclusivo de ensino e transmissão de conhecimento, informações, à medida que a tecnologia avança rapidamente. Essa nova forma de acessar conhecimentos e informações passa a coexistir com as escolas, espaços formais atrelados a currículos pré-determinados e estanques. Kenski (1998) expõe que nos ambientes, ao contrário dos meios midiáticos, o indivíduo, ao findar as etapas planejadas, é considerado formado, detentor de conhecimentos e informações que lhes são suficientes para exercer alguma profissão.

Essa sensação de ter cumprido com a sua formação foi substituída. O avanço tecnológico e sua grande velocidade de aprimoramento, atrelado a grandes descobertas e com acesso cada vez mais rápido às informações, priva o indivíduo de permanecer num processo lento, obrigando-o a se movimentar e interagir, alterando a sua zona de conforto. Portanto, podemos dizer que estamos em constante processo de formação. Segundo Kenski (1998, p. 60):

As velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso que se esteja em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo. Não existe mais a possibilidade de considerar-se alguém totalmente formado, independentemente do grau de escolarização alcançado [...].

As novas tecnologias, certamente, têm trazido aos alunos muito mais informações e com muito mais relevância, para eles, do que alguns conteúdos escolares transmitidos. É necessário que o professor de hoje se torne cúmplice das novas tecnologias, usando-as em favor da sua prática, investigando as melhores formas de utilizá-las. Como salientam Bonilla e Pretto (2015, p. 500):

[...] hoje, grande parte da população, especialmente os jovens, busca conexão e serviços que possibilitem trabalhar com essas múltiplas linguagens potencialmente disponíveis na sociedade. Um dispositivo que opere fora da rede, com o qual podemos apenas ler e escrever, fica quase que obsoleto, uma vez que a demanda é por dispositivos que agreguem todas as possibilidades de comunicação, produção, interação e participação [...].

As instituições formadoras de professores devem estar atentas para não caírem no tradicionalismo, que busca sempre moldar um professor com informações excessivas, onde os formadores se colocam para o que está em formação numa condição superior, uma postura equivocada e desnecessária. É preciso que essa

formação esteja muito além da repetição de outros programas. Necessita sim, de ser diferenciado, e que acompanhe a realidade, como defende Nóvoa (1999, p. 18):

É impossível imaginar alguma mudança que não passe pela formação de professores. Não estou a falar de mais um “programa de formação” a juntar a tantos outros que todos os dias são lançados. Quero dizer, sim, da necessidade de outra concepção, que situe o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, ao longo dos diferentes ciclos da sua vida. Necessitamos de construir lógicas de formação que valorizem a experiência como aluno, como aluno-mestre, como estagiário, como professor principiante, como professor titular e, até, como professor reformado.

Com tudo isso, a concepção deve ser mudada, embora no geral, os currículos busquem manter o tradicionalismo. No entanto, é inconcebível sê-lo, pois tudo muda e nada será da mesma forma como antes, por conta do dinamismo da humanidade. Os professores mantêm-se com determinadas práticas e discursos, mas por muitas vezes necessitam mostrar-se diferentes, porque isso talvez agrade a quem esteja ouvindo. Nesse sentido, Charlot (2008, p. 24) comenta:

As professoras brasileiras, como a maioria dos docentes, no mundo inteiro, são basicamente tradicionais. Entretanto, essas professoras tradicionais sentem-se obrigadas a dizer que são construtivistas! Têm práticas tradicionais porque a escola é organizada para tais práticas e, ainda que seja indiretamente, impõe-nas [...].

Mas isso não significa que as práticas desses professores sejam apenas tradicionais, até porque muitos professores tentam encontrar em suas práticas as melhores formas para abordar determinados conteúdos. Charlot (2008) cita que os atuais docentes muitas vezes são acusados de utilização da metodologia de professores de outras gerações e que esse argumento não tem nenhum tipo de validade, por entender que se determinado professor pratica aulas expositivas a alunos passivos, é que realmente deverão ser considerados tradicionalistas.

Então partindo dessa prática, admite-se que professores de instituições superiores e de formação continuada são tradicionalistas, mas nenhum profissional de educação gostaria de ser dessa forma rotulado. Ainda segundo Charlot (2008, p.25) “[...] esse método não é tradicional, é um desvio ocorrido no século XX. A pedagogia tradicional solicita muito a atividade do aluno [...]”, então nesse caso deixa de ser considerado tal comportamento do professor como tradicional.

Krasilchik e Araújo (2010) citam que em Biologia é crescente entre os autores a preocupação com a formação de professores nesse início de século, pois existe uma grande mudança entre os alunos e a forma de fazer educação: o que antes era apenas transmissão de conhecimento toma novos rumos, pois as necessidades e mudanças na sociedade contemporânea são outras.

A respeito do perfil de estudantes, a partir de pesquisas anteriores, foram identificados dois padrões. Segundo Krasilchik (2011), encontra-se de um lado um estudante superficial, aquele que se apoia em materiais como textos e aulas expositivas dos professores, cujo propósito é apenas a nota; enquanto que do outro lado um estudante profundo, que vai além do que é ensinado e transmitido, através de leituras complementares, questionamentos e envolvimento em debates a respeito do que se é abordado durante a aula.

Outros fatores, segundo Krasilchik e Araújo (2010), criadores de tensões no âmbito educacional na atualidade, também identificados por outros autores que discutem o tema, surgem para exigir mais ação durante a formação, são eles: aumento do acesso à educação básica e ao ensino superior; quantidade e complexidade do conhecimento a ser ensinado; avanços tecnológicos e informações; comunicação; instituições de ensino e pesquisa com novas instruções para com as comunidades próximas e globais, o que vem a exigir reformas e mudanças na educação em caráter de urgência.

O ensino, segundo Krasilchik e Araújo (2010), continua baseando-se em livros e memorização, trazendo pouco significado ao aluno. Torna-se desagradável pelo excesso de alunos e heterogeneidade dos objetivos, comportamento e atitudes desses alunos, exigindo cada vez mais do professor. Tudo isso deve ser levado em conta durante a formação desse professor neste século XXI.

#### **1.4. FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE**

A formação continuada e a capacitação dos profissionais do magistério estão previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Nesta mesma Lei também são estabelecidos outros direitos dos professores, como licença remunerada para tais

formações e capacitações, além de condições adequadas de trabalho, o que tem sido de longe descumprido.

Muitos profissionais tentam praticar esse direito com a intenção de melhoramento de suas práticas, mas esbarram sempre nos entraves e processos burocráticos, que acabam conduzindo a uma busca solitária dessa formação, apesar da LDB/96 apontar neste mesmo artigo a obrigatoriedade da União, dos estados e dos municípios para com a formação inicial, a continuada e a capacitação, que inclusive poderá ser à distância utilizando recursos tecnológicos.

No entanto, mesmo com tantas dificuldades, os professores da educação básica entendem a necessidade de tal formação e continuidade dela. Essa reflexão traz ao professor uma perspectiva de mudança e percepção de transformações que ocorrem no mundo. A formação continuada, ao longo dos tempos, desde que a LDB/96 entrou em vigor, acumula uma série de nomenclaturas, trazendo algumas dificuldades àqueles que buscam compreender esse fenômeno na educação.

Segundo Sobrinho e Carvalho (2006) são modismos de época que fazem surgir diversas denominações nessas formações em serviço. Vejamos algumas: capacitação, habilitação, treinamento, educação permanente, aperfeiçoamento profissional, reciclagem. Todas elas baseando-se em princípios e concepções que definirão como práticas formativas inseridas em um sistema, que no Brasil, é determinada, referindo-se aos professores, como formação continuada. Trataremos de algumas.

Para Sobrinho e Carvalho (2006), reciclagem seria um termo bastante utilizado no século XX, mas que exprime uma ideia de que se quer reaproveitar o conhecimento. Alguns autores passam a ideia de uma atualização pedagógica e cultural a fim de se obter melhores resultados (SOBRINHO e CARVALHO, apud FERREIRA, 1995, p.554), enquanto que Nóvoa (1996) entende essa nomenclatura como de imensa pobreza e vulgarização da expressão.

Pode haver compreensões de que tal termo não seria interessante para ser utilizado para formação, pois o mesmo poderia induzir a utilização de práticas superficiais. Segundo Marin (1995, p.14), “[...] levaram à proposição e a prática de cursos rápidos e descontextualizados, somados a palestras e encontros esporádicos [...]”.

A respeito do termo treinamento, que é algo mais voltado aos recursos humanos de empresas, avalia-se que está muito desvinculado do tratamento para formar profissionais de educação, uma vez que seja algo que certamente envolve tarefas específicas e mecânicas. Além de receber informações, o professor processa e emite opiniões críticas, sugestões, ajuda na construção da formação. Segundo Sobrinho e Carvalho (2006, p.79):

Ao termo treinamento associam-se ações que envolvem automatismo e relegam a reflexão ao segundo plano. Embora esteja cada vez mais distante dos meios educacionais formais o mesmo tem sido bastante utilizado, nos anos noventa, no denominado processo de 'educação para a qualidade' [...].

Ainda a respeito dos tratamentos dispensados à formação continuada de profissionais da educação, observamos o termo “capacitação” cujos significados podem ser como Ferreira (1995, p. 125) descreve: “tornar capaz, habilitar ou convencer, persuadir”. De igual maneira, tal termo está muito desconexo do universo educacional, sendo igualmente criticado por Marin (1995, p. 17):

A adoção dessa concepção desencadeou, entre nós, inúmeras ações de “capacitação” visando à “venda” de pacotes educacionais ou propostas fechadas aceitas acriticamente em nome da inovação e da suposta melhoria. No entanto, o que temos visto são consequências desastrosas durante e após o uso de tais materiais e processos, pois há todo tipo de desvio, de desorganização internas das escolas que eliminam certas formas de trabalho sem ter correspondentes alternativas adequadas para ocupar tais funções [...].

No decorrer de vários períodos no tempo e no espaço, percebemos que existiram e passarão a existir inúmeros conceitos para a ampliação da formação de professores da educação básica no Brasil. Todos os observados até aqui sempre mostraram um viés de interesse econômico. Assim que determinadas leis vigoram, imediatamente, as instituições de plantão lançam as suas “promoções educacionais”.

Sendo assim, optamos utilizar a definição de formação continuada cunhada por Bernadete Gatti, por primar pelo esclarecimento da conceituação como sendo de cursos preparados, oferecidos aos docentes depois que se formam e compõem a carreira de magistério. Assim, afirma Gatti (2008, p. 57):

[...] sobre o conceito de educação continuada nos estudos educacionais não ajudam a precisar o conceito, e talvez isso não seja mesmo importante, aberto que fica para o curso da história. Apenas sinalizamos que, nesses estudos ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos

estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após o ingresso no exercício do magistério [...].

A formação continuada, certamente, traz ao professor grandes alterações positivas para o processo de ensino e aprendizagem, não se remetendo tão somente à atualização de programas de ensino e nem na aquisição de novas práticas, e sim, pensar de forma reflexiva na sua construção permanente.

Há também preocupações com esta formação na esfera política e mundial, os rendimentos escolares e a necessidade de refletir sobre esses resultados, intervindo diretamente no professor. Não que tudo isso seja sua culpa, mas talvez da forma como foram formados e da assistência de apoio às demandas que esse profissional vem recebendo nessa atual conjuntura, numa sociedade que reivindica muito mais do que ensinar por ensinar, bem como a sua inserção no mundo do trabalho. Segundo Gatti (2008, p.62):

Na última década, a preocupação com a formação de professores entrou na pauta mundial pela conjunção de dois movimentos: de um lado, pelas pressões do mundo do trabalho, que se vem estruturando em novas condições, num modelo informatizado e com o valor adquirido pelo conhecimento, de outro, com a constatação, pelos sistemas de governo, da extensão assumida pelos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Uma contradição e um impasse. Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes, dos formadores das novas gerações.

Decidido a dar seguimento aos seus estudos e com outras preocupações, o professor, por motivo outros, se exime de sondar a integridade dos cursos a que vai se submeter, empenhando o seu dinheiro, enquanto que os poderes públicos se isentam. Afirma Freitas (2002, p.148) sobre os professores que:

[...] têm sido levados a freqüentar [sic] cursos de qualidade duvidosa. [...] configurado como um precário processo de certificação e/ou diplomação e não qualificação e formação docente para o aprimoramento das condições do exercício profissional. A formação em serviço da imensa maioria dos professores passa a ser vista como lucrativo negócio nas mãos do setor privado e não com política pública de responsabilidade do Estado e dos poderes públicos.

A formação continuada precisa levar em conta as fragilidades humanas do professor, objetivar o desenvolvimento da sua autoestima; apoiando-o na caminhada incessante de (re) descobrir sua competência e suas habilidades profissionais; encaminhando este professor à universidade a fim de nutri-lo com o conhecimento

produzido na universidade; socializar vivências advindas da sua prática diária, percebendo-o, dessa forma, como um professor produtor e multiplicador de diferenciados saberes.

Em termos de formação continuada, Selles (2002) propõe como um princípio a necessidade de reconhecer o envolvimento do professor, considerar o seu papel de multiplicador no ambiente em que trabalha. Segundo Selles (2002, p. 170 - 171), deve-se

[...] ampliar, em diversos ambientes educacionais, as possibilidades de sua atividade docente: i) estender a participação dentro da escola para além do cumprimento restrito de ministrar aulas, propondo, por exemplo, leituras, grupos de estudos, debates dentro da escola; ii) trazer outros professores para os encontros; iii) atuar em outros espaços e projetos educacionais, como participação em outros grupos de estudo; iv) organizar e oferecer novas oficinas nos encontros a partir de sua experiência docente; v) ocupar posições estratégicas dentro do sistema de ensino; vi) ampliar sua atuação profissional, integrar equipe de organizadores de exposição científica em espaços não formais de educação etc.

Assim sendo, busca-se com a formação continuada, com maior ênfase, preparar o professor para que este possa lidar com a grande diversidade de situações que ocorrem em seu ambiente de trabalho, dando maior segurança na tomada de decisões, agindo sempre de forma reflexiva e crítica. Dessa forma, a formação continuada permitirá ao professor desenvolver ações que o auxiliem no desenvolvimento do seu trabalho docente com profissionalismo e de maneira organizada.

Gatti (2011) comenta que grande quantidade de programas de formação continuada de professores, praticados por secretarias de educação, passaram por avaliações e também tornaram-se objeto de pesquisa. A autora se compraz pelo fato de ter podido identificar inúmeros e sérios problemas, e partindo daí, pôde chegar a propostas inéditas, contribuindo para reflexões interessantes na área.

Partindo desse pressuposto, é muito importante que durante a formação continuada haja alguma forma de poder analisar o que está dando certo e o que não está. Em *Formação Continuada de Professores*, Imbernón (2010, p.10) destaca que:

Atualmente, existem evidências quase inquestionáveis para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se dedicam à formação continuada de professores. “Conhecê-las implica analisar os acertos e os erros e ter consciência de tudo o que nos resta conhecer e avançar.



Na grande maioria das vezes, todo o empenho, esforço e investimento realizados na tentativa de se propor programas interessantes para a formação de professores, percebe-se que “[...] o retorno verificado tem estado sempre aquém do esperado, como mostram os relatórios [...]” Gatti (2011, p.11).

Segundo Gatti (2011), alguns programas como os da Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal), Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm apresentado relatórios com resultados muito ruins. Ainda segundo Gatti (2011, p.11):

[...] Neles, é reiteradamente apontado o “baixo impacto” dos programas de capacitação, transformação e aprimoramento das práticas docentes, de modo que se faz necessária uma revisão crítica dos modelos de formação permanente predominantes nas políticas de aperfeiçoamento e, sobretudo, um avanço nas análises e na elaboração de novos enfoques para o desenvolvimento profissional dos docentes [...].

A intenção percebida a respeito da formação continuada é a conexão de dois polos importantes na educação, aprendizagem do professor à aprendizagem do aluno, em que ocorra um entendimento do processo de transformação do profissional e da pessoa. Visa, também, promover o desenvolvimento de professores novos ou “inexperientes” que estão atuando e também daqueles que estão afastados por ocuparem cargos administrativos nas suas escolas ou secretarias, que retornarão à sala de aula.

Vale lembrar que mesmo os cursos que formam tais professores podem estar sofrendo desgastes ao longo do tempo e com as mudanças significativas da sociedade não conseguem acompanhar ou adequar um currículo que os atenda. Segundo Gatti (2016, p. 166),

[...] Nas instituições formadoras, de modo geral, o cenário das condições de formação dos professores não é animador pelos dados obtidos em inúmeros estudos e pelo próprio desempenho dos sistemas e níveis de ensino, revelado por vários processos de avaliação ampla ou de pesquisas regionais ou locais. Reverter um quadro de formação inadequada não é processo para um dia ou alguns meses, mas para décadas.

A autora ainda completa que, quanto à estrutura e ao desenvolvimento curricular, muitos dos cursos conhecidos (Gatti, 2016, p.166-167) “[...] não têm mostrado inovações e avanços que permitam ao licenciando enfrentar o início de uma carreira

docente com uma base consistente de conhecimentos [...]” independente de quais sejam o seu caráter, técnico, prático, específicos etc. Apesar de muitos cursos estarem se adequando, segundo Gatti (2016, p.166) “[...] dados obtidos em inúmeros estudos e pelo próprio desempenho dos sistemas e níveis de ensino, revelado por vários processos de avaliação ampla ou de pesquisas regionais ou locais.” É necessário se discutir a formação e o currículo para que os profissionais da educação não recebam formação que não os prepare para o exercício docente.

Alguns autores e até mesmo administradores que não possuem intimidade com a profissão docente insistem em afirmar que esse trabalho implica apenas no gerenciamento de conteúdos em sala de aula, desprezando totalmente o aprendizado e preparação de aulas, provendo também a sua formação continuada. Porém, ocorrem outras limitações. Para Arruda, Lima e Passos (2011, p. 142)

[...] pensar que as tarefas essenciais do professor em sala de aula consistem apenas na gestão do conteúdo e na gestão da classe traz pelo menos uma limitação: o professor tem de gerir também a sua própria aprendizagem, o seu próprio desenvolvimento profissional [...].

Os profissionais de educação são muitas vezes inseridos em mudanças e procedimentos no ensino, e não existe uma preparação prévia para essa inserção e, mais uma vez, a necessidade de estar em permanente continuidade de aprendizagem é detectada. Durante um estudo com professores, Briccia e Carvalho (2016) apontam que “[...] o processo de inserção dos docentes em propostas de ensino não se dá apenas com um trabalho pontual, mas, sim, por meio de um processo contínuo e cíclico [...]”.

Observa-se que o professor tem consciência do seu papel, da importância de sua preparação e reflexão crítica do seu trabalho. Assim, refletindo após cada prática, poderá estar constantemente em formação. Convém lembrar que tem ocorrido a prática do não planejamento do ser professor, quando surgem instituições que praticam em curto prazo, cursos de pós-graduação ou um curso rápido de complementação pedagógica, para se praticar a docência. Ocorre inclusive entre os alunos no meio acadêmico, conforme apontado por Carvalho e Gil-Pérez (2011, p. 74) quando afirmam:

[...] que muitos universitários não se propõem dedicar-se ao ensino até depois de terminados seus estudos. Isso obriga – se não houver intenção

de dificultar seu acesso à docência – a deixar aberta a possibilidade de uma preparação docente em forma de estudos de pós-graduação. Contudo, a idéia de deixar esses estudos de pós-graduação como única forma de acesso à docência tem graves inconvenientes sobre os quais é preciso deter-se. Com efeito, a medida poderia ser considerada correta, sem dúvida, se a preparação docente pudesse ser adquirida em pouco tempo, ou, dito de outro modo, se fosse aceita a tese de que o essencial é a formação científica e de que o resto tem pouco peso.

Atualmente a formação de professores tem sido praticada em modalidades não muito convencionais, não no sentido do cursar, mas quando e o quê cursar para se tornar um profissional de educação. A tendência de muitos é substituir o curso de licenciatura por complementações pedagógicas, ou seja, pós-graduações que lhe permitam se tornar professor, apesar de um contato mínimo com o currículo necessário para esse propósito. Para esse fim, observa-se o modismo de aulas e cursos através da internet, onde se registram poucos casos de professores obtendo sucesso com uns poucos alunos que utilizam esse tipo de intervenção. A partir dessa falsa ideia de preparação e formação, a figura do professor se torna distante apesar de ser imprescindível e insubstituível para o processo de formação docente, como ocorre na educação à distância. Como observa Gatti (2016, p. 164):

[...] No caso dos processos de educação a distância observa-se a importância do professor, desde a criação/produção/ revisão/recomposição dos materiais didáticos, até aos contatos com os alunos, mais diretos ou indiretos, em diferentes momentos, por diferentes modalidades: na colocação de temas, de problemas, em consultas, em tutoria, em revisões, em processos de recuperação, etc; por e-mails, por webcam, por telefone, em bases de atendimento, etc. O professor não é descartável, nem substituível, pois, quando bem formado, ele detém um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados. Educação para se ser humano se faz em relações humanas profícuas.

Sendo assim, o papel do professor formador, mesmo que distante e a partir da internet, é preponderante. Não se podem desenvolver atividades à distância sem que haja um planejamento e estratégias para se tentar alcançar os objetivos propostos por essa formação pretendida. No entanto, a relação professor/aluno é muito importante; apesar de ocorrer à distância, o professor desempenha um papel essencial na preparação de materiais. O contato direto ainda é o mais eficiente na formação de profissionais da educação.

## **CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA UTILIZADA NA INVESTIGAÇÃO**

Neste capítulo tratamos de todos os caminhos percorridos pela investigação, partindo-se do tipo de pesquisa que se convencionou, a abordagem utilizada, a coleta de dados, a categorização e análise de conteúdo, ou seja, os diversos métodos utilizados.

### **2.1 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

Dentre as abordagens disponíveis para a metodologia, estão a quantitativa e a qualitativa. A primeira abordagem foi amplamente utilizada por ser objetiva e trabalhar com dados exatos auxiliados pela matemática. Essa abordagem quantitativa foi influenciada pelo positivismo, cujo pensamento é que o conhecimento científico é a única forma verdadeira de conhecimento e que os resultados podem ser comprovados por meio de métodos já considerados válidos.

A abordagem qualitativa, por seu lado, busca compreender aspectos apresentados e que não podem ser quantificados. No entanto, espera-se mais do pesquisador e da sua compreensão. Os aspectos da abordagem qualitativa na educação segundo Bauer e Gaskell (2002) e Lüdke e André (2014), buscam uma reflexão da formação, atuação dos profissionais e as suas carreiras, as condições políticas que os assistem e o sentido da sua profissão em suas vidas, bem como as suas perspectivas.

Sendo assim, aquilo que não pode ser quantificado deverá passar por um nível de compreensão e interpretação muito maior, prática muito comum do ser humano. Segundo Ghedin e Franco (2011, p. 82):

[...] O ser humano procura compreender e explicar o mundo. A compreensão é resultado de uma explicação dada às coisas humanas e não humanas. Isso indica que a explicação, antes da própria compreensão, é a tradução da realidade num significado que tenha sentido e se processe por determinada linguagem ou por signos linguísticos propiciadores de uma comunicação compreensiva real.

Podemos nos ater a esse tipo de abordagem na pesquisa, na busca de análises mais profundas, já que, segundo Beuren (2008, p.92), “[...] os números perdem o foco principal [...]”, enquanto que, Ghedin e Franco (2011, p.83), afirmam que “[...] seja qual for o método ou a maneira utilizada, é próprio do ser humano conferir significado à complexa realidade que o envolve e, por meio da interpretação, compreendê-la [...]”. Ademais, segundo Lüdke e André (2014, p.12) “[...] a pesquisa

qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada .”

O tipo de pesquisa descritiva apresenta-se de inúmeras formas e características, podendo-se dizer que “[...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática” Gil (2007, p.42). O planejamento da pesquisa é primordial, “[...] em especial a pesquisa descritiva, deve ser bem planejada se quiser oferecer resultados úteis e fidedignos [...]” Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 50).

Para a coleta de dados optou-se por questionários semiestruturados, técnica vastamente utilizada em pesquisas do tipo social. A natureza da pesquisa e o objeto da mesma requerem a aplicação de questionário, por entender que existem algumas vantagens para o pesquisador, tais como: “[...] uso eficiente do tempo; anonimato para o respondente; possibilidade de uma alta taxa de retorno e perguntas padronizadas” (Moreira; Caleffe, 2008, p.96).

A estruturação dos questionários foi feita levando-se em consideração os objetivos da pesquisa e limitando-se apenas ao seu foco. De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 100), os questionários devem ser bem estruturados e apresentados:

[...] aspecto importante do questionário é a indicação da entidade ou organização patrocinadora da pesquisa. Por exemplo: CNPq. Deve estar acompanhado de instruções definidas e notas explicativas, para que o informante tome ciência do que se deseja dele. O aspecto material e a estética também devem ser observados: tamanho, facilidade de manipulação, espaço suficiente para as respostas, a disposição dos itens de forma a facilitar a computação dos dados.

Então, baseando-se nestes procedimentos metodológicos buscou-se investigar junto aos professores de Biologia do Ensino Médio da Rede estadual das cidades de Nova Viçosa e Mucuri sua condição atual didático-pedagógica, analisando e interpretando os seus discursos a respeito das questões requeridas.

A interpretação dos discursos de cada professor de Biologia da Rede Estadual de Ensino das cidades envolvidas foi feita a partir da devolutiva a que se propunha o questionário semiestruturado, a fim de verificar a situação atual, didática e pedagógica a que estes profissionais se encontram submetidos, bem como a sua formação e continuidade da mesma.

## 2.2 CARACTERIZAÇÕES DAS CIDADES ENVOLVIDAS NA PESQUISA – MUCURI E NOVA VIÇOSA – BAHIA

As cidades pesquisadas estão localizadas numa tríplice fronteira, formada pelos estados: Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (Mapa 1), conforme a região em destaque.

Mapa 1 – Mapa Político do Brasil com destaque para a região pesquisada.



Fonte: Guia Geográfico (2018)

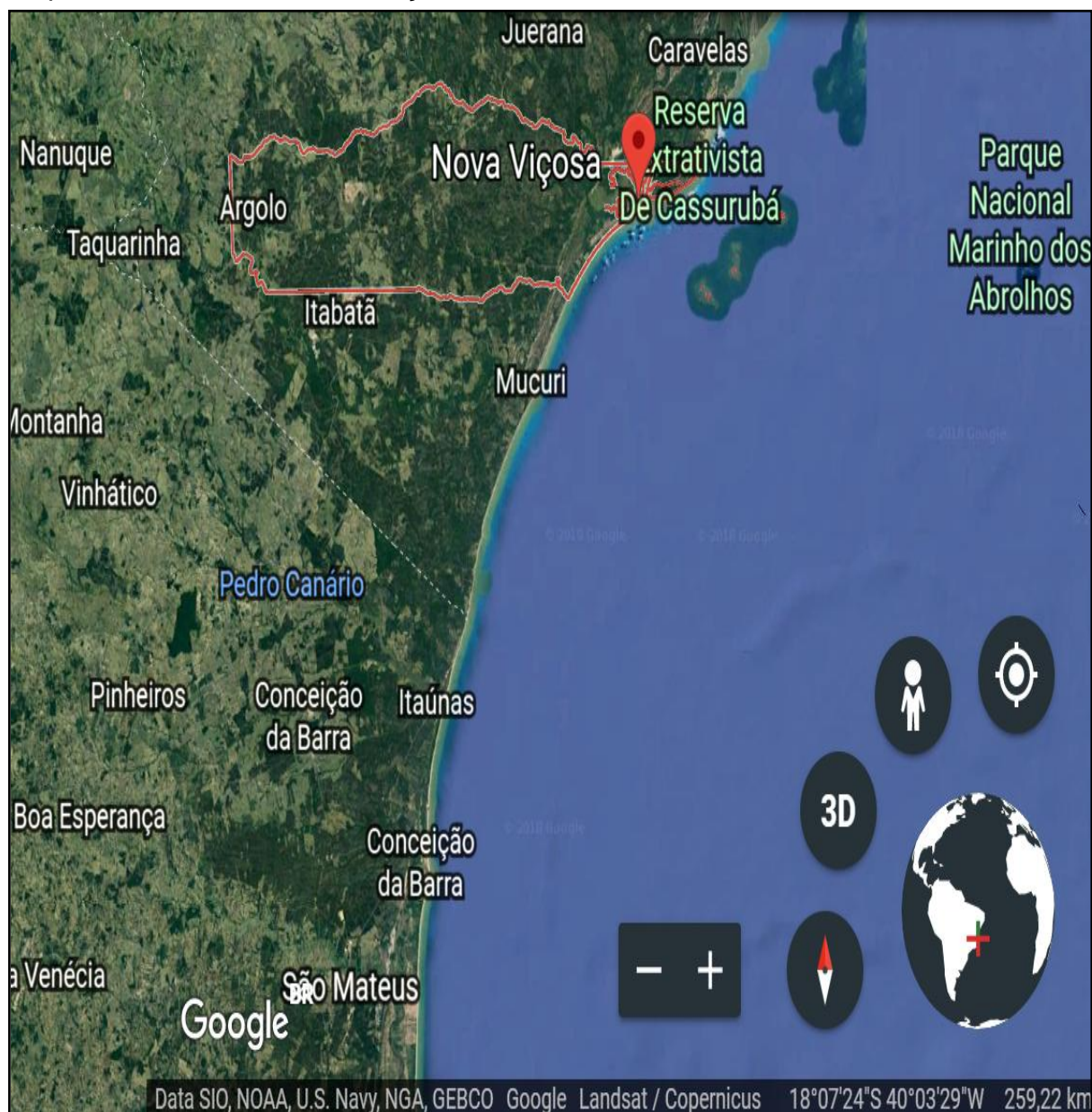
### 2.2.1 NOVA VIÇOSA

O município de Nova Viçosa está localizado na região Nordeste do Brasil, estado da Bahia, na microrregião do Extremo Sul do litoral baiano como apresentado no Mapa 2. Este município faz divisa ao norte com Caravelas, ao sul com Mucuri e ao oeste com Ibirapuã. Sua área é bastante extensa e ocupa 1.317,390 Km<sup>2</sup>, como



apresentado no mapa 2. Nova Viçosa possui uma população estimada em aproximadamente 44.648 habitantes segundo o levantamento realizado pelo IBGE (2017). Os cidadãos nascidos neste município são denominados nova-viçosenses.

Mapa 2 – Territorial de Nova Viçosa – Bahia



Fonte: Google Earth (2018)

A região, em tempos passados, foi habitada, não diferente das demais localidades do Brasil e, principalmente no litoral, por índios, nesse caso especificamente, os aimorés. Os primeiros colonizadores chegaram à região no ano de 1748, quando exploravam a foz do rio Peruípe. Recebeu no decorrer dos tempos nomes como Viçosa, por conta da vegetação, Marobá e atualmente Nova Viçosa, emancipada em 1963. Tem como os seus principais distritos: Posto da Mata, às margens da BR –

101, Helvécia e Argôlo. É considerado o ponto do continente que mais se aproxima do Arquipélago de Abrolhos, constituído de cinco ilhas, primeira reserva ecológica marinha brasileira, na qual o próprio Charles Darwin, por volta de 1832, desembarcou do navio Beagle e fez registro em seu diário. Contou também com um ilustre e famoso morador, o artista plástico Frans Krajcberg, falecido em 2017 e que aí se instalou há mais de 35 anos, no sítio Natura, próximo à cidade.

A economia de Nova Viçosa é constituída por agricultura, pesca e turismo. No que tange à agricultura, a principal cultura é o eucalipto, cujo objetivo é abastecer as empresas de celulose das redondezas tais como: Fíbria, Veracel e Suzano. A monocultura de eucalipto, apesar de ter trazido grande desenvolvimento econômico e de infraestrutura para a cidade e região, também é responsável pelo desmatamento dos remanescentes de mata atlântica e invasão dos limites de área de restinga. Quanto à pesca, percebe-se que ainda não atingiu escala industrial e nem profissional, mantendo-se como artesanal. O pescado é comercializado em feiras livres na região ou muitas vezes para comerciantes que vem de outras cidades ou estados. O turismo tem o seu grande apogeu durante o verão e período de reprodução das baleias jubarte que procuram a costa desta região para amamentar os seus filhotes, bem como o arquipélago de Abrolhos, que possui visitas durante todo o ano.

A Educação do município de Nova Viçosa, no que se refere ao Ensino Médio, modalidade de educação assistida pelo governo do Estado da Bahia, é caracterizada por três Unidades Estaduais de Ensino (UEE), que estão assim distribuídas: na sede do município o Colégio John Kennedy, com 244 alunos; no distrito de Posto da Mata o Colégio Eraldo Tinoco com 649 alunos; e o Colégio Profª Jane Assis Peixoto com 764 alunos, (Fonte: Sistema de Gerenciamento Escolar do governo do estado da Bahia – SGE/2017). Nestas escolas trabalham 07 (sete) professores de Biologia.

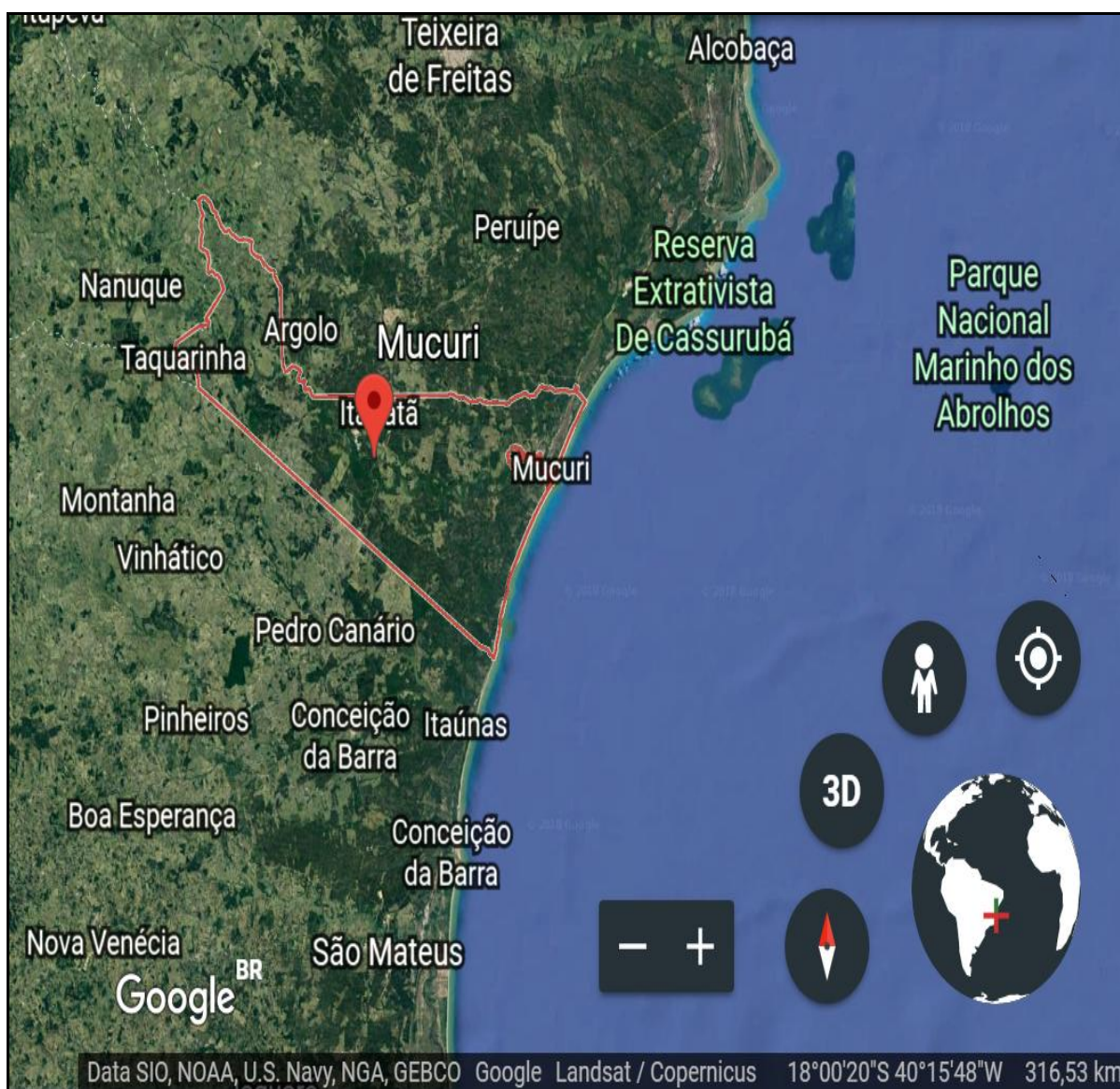
### **2.2.2 MUCURI**

Mucuri é um município que faz divisa com dois estados, sendo esses: Minas Gerais, oeste e o Espírito Santo, ao sul como apresentado no mapa 3. Pertencente à região Nordeste do país, estado da Bahia, microrregião do Extremo Sul no litoral, conhecido como detentor de uma tríplice fronteira. Tem como vizinhos, ao norte, Nova Viçosa,



ao sul, Pedro Canário – Espírito Santo e a oeste, Nanuque – Minas Gerais. Sua área abrange 1.786,209 Km<sup>2</sup> e apresenta população estimada em 42.026 habitantes, como levantado na pesquisa IBGE (2017). Os cidadãos nascidos neste município cidade são denominados mucurienses. O mapa 4 expõe o território de Mucuri.

Mapa 3 – Territorial de Mucuri – Bahia



**Fonte:** Google Earth (2018)

A história de Mucuri está ligada ao processo do descobrimento do Brasil ainda no século XVI. Muito do que se sabe sobre o nascimento desta localidade foi registrado por colonos e aventureiros que passaram pela região, pertencente naquele período à Capitania Hereditária de Porto Seguro. Como tudo nesse tempo, a incursão se deu pelo interesse da coroa no ouro e pedras preciosas. Registrou-se a presença nesta região de Botocudos, índios nômades, caçadores e temidos, que inclusive

praticavam o canibalismo, acreditando que o consumo da carne dos guerreiros os levaria a adquirir as habilidades e valentia destes.

O nome de Mucuri se deu a partir de uma árvore assim chamada pelos índios e que ocorria próxima ao rio. Ocorria também nessas regiões a presença indígena de Pataxós, Abatires e Aimorés. Chamada no passado de São José de Porto Alegre, o município possui os distritos de Taquarinha, Ibiranhém, Itabatã, e os recentes Belo Cruzeiro, 31 de Março e São Jorge.

A economia do município sempre girou em torno da extração de madeira, cultivo de cana-de-açúcar e pecuária. No entanto, na década de 1990, ocorreu a instalação de uma fábrica de celulose, permanecendo até os dias atuais. Outras empresas com o mesmo fim comercial também vieram para a região, tais como Veracel, Fibria e Aratu. Na atualidade o cenário apresentado em Mucuri é de uma região coberta quase que 100% de plantação de eucalipto. Essa planta exótica e cultivada em larga escala produz duas situações: um, desabriga a fauna local, por retirar mata nativa brasileira e, dois, vence a competição com as plantas nativas a partir da intervenção humana para o seu crescimento. Torna-se o local onde o eucalipto é cultivado, pela ausência de fauna e ausência de outras plantas, um grande deserto, que ao invés de areia tem eucalipto e, assim “deserto verde” como é chamado pelos locais.

Como em toda cidade litorânea, Mucuri possui belas praias e um extenso litoral, mas esta atividade é aquecida apenas no verão ou feriados prolongados. A atividade pesqueira é do tipo artesanal, comercializa-se a produção na região mesmo, sem maiores incentivos para o desenvolvimento profissional do setor.

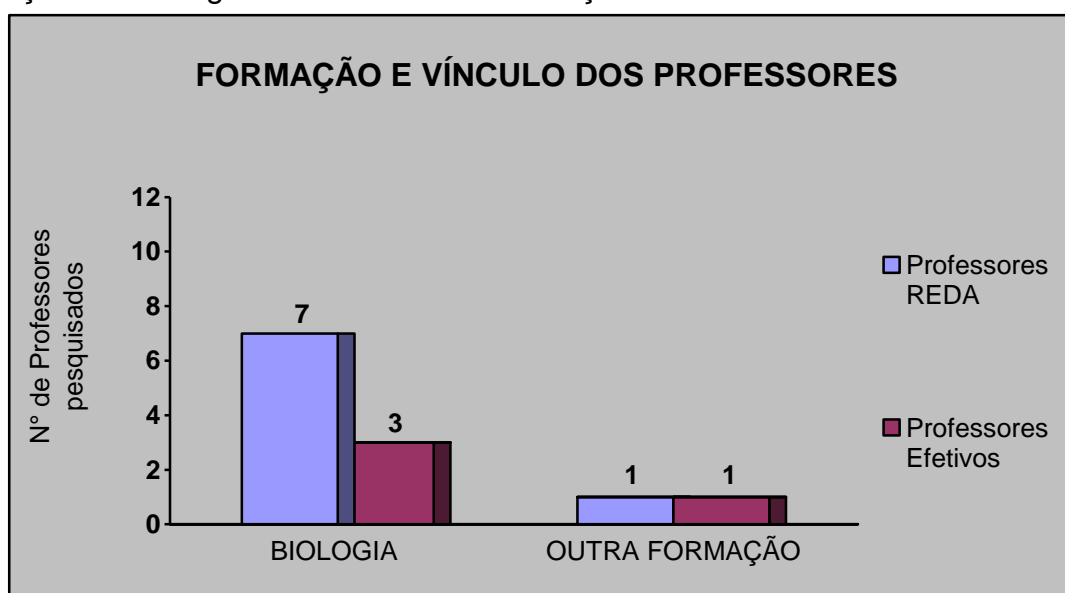
A Educação, referente ao Ensino Médio, sob a responsabilidade do governo do Estado da Bahia, é ofertada em duas Unidades de Ensino: na sede do município está localizada a Unidade Estadual de Ensino (UEE) Colégio Jaci Ferreira dos Santos, com 461 alunos matriculados; e no distrito de Itabatã o Colégio Integração com 1.273 alunos matriculados no ano letivo de 2017. Estas escolas juntas são atendidas por 06 (seis) professores de Biologia.

### 2.3 AMBIENTES E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Durante a investigação foram incluídos todos os 13 professores de Biologia do Ensino Médio de cinco escolas, sendo duas em Mucuri – Bahia: (Colégio Estadual Jaci Ferreira Costa com 461 alunos e Colégio Estadual Integração, com 1.273 alunos) e três escolas em Nova Viçosa – Bahia: (Colégio Estadual John Kennedy com 244 alunos, Colégio Estadual Eraldo Tinoco com 649 alunos, e Colégio Estadual Prof. Jane Assis Peixoto, com 764 alunos matriculados nesse ano letivo de 2017).

Os questionários semiestruturados (APÊNDICE C) foram confeccionados considerando questões abertas e fechadas. Os 13 professores que atuam na disciplina de Biologia receberam esse questionário, mesmo aqueles que não possuíam formação em Biologia. Foram devolvidos 12 questionários devidamente preenchidos. Existe uma condição entre esses profissionais sobre os seus vínculos trabalhistas: 04 (quatro) são Efetivos (submetidos a concurso público para exercício da função como funcionário público) e 08 (oito) são REDA - Regime Especial de Direito Administrativo (submetidos a uma seleção para exercer a função, mas com contrato temporário). Para melhor visualização, esta situação é mostrada no Gráfico 1, cujas categorias referem-se ao vínculo trabalhista e formação acadêmica.

**Gráfico 1** - Professores participantes da pesquisa quanto ao vínculo trabalhista, formação em Biologia e/ou na área de Educação.



Fonte: próprio autor

Lendo as informações contidas no gráfico, podemos inferir que 83% dos professores de Biologia possuem formação específica – o que pode ser interpretado como um fator positivo. Contudo, apenas 04 docentes são efetivos, ou seja, concursados e, portanto, estáveis no cargo. Os demais, ou 2/3 do total, são professores temporários e que por tal condição trabalham num regime precário ou instável. Em geral, estes profissionais percebem uma remuneração inferior e por isso se sobrecarregam de aulas pela condição contratual. Na atual conjuntura do país vários profissionais buscam uma colocação no mercado de trabalho, nesse caso especificamente, temos os da educação que para fazê-lo pouco exigem.

No desenvolvimento da pesquisa, cuja intenção maior foi investigar os desafios didático-pedagógicos dos professores de Biologia do ensino médio do estado da Bahia, o primeiro passo foi visitar as Unidades Estaduais de Ensino (UEE), onde foram viabilizadas conversações com os gestores. Nessa oportunidade, coube a apresentação do professor pesquisador aos demais professores que participaram da pesquisa. Esclareceu-se os objetivos da pesquisa, o convite à participação e um retorno à UEE para a entrega dos questionários.

Ao retornar a UEE, foram deixados os questionários com um comunicado aos professores (APÊNDICE – B) com esclarecimentos do seu preenchimento, o contato do professor pesquisador para elucidar possíveis dúvidas e o período aproximado em que os mesmos seriam recolhidos. Os professores participantes foram autorizados pelos gestores, caso preferissem, a possibilidade de responder ao questionário no período de suas atividades complementares (AC). Nesta mesma ocasião foram entregues a cada professor um Termo de autorização para divulgação de dados (APÊNDICE – D) e, também a cada diretor Termo de autorização para divulgação de dados da escola (APÊNDICE – E).

Conforme a data prevista, foram recolhidos os termos dos dirigentes e professores, assim como os questionários, num total de 12 questionários dos 13 que foram distribuídos. De posse dos questionários devidamente preenchidos, a próxima etapa foi categorizar os dados a partir da análise dos mesmos.

Nessa análise, buscamos sistematizar as questões fechadas, enquanto que as questões abertas nos direcionaram a problematizar. Partindo de reflexões feitas

pelos professores participantes, sendo essas críticas e de forma construtiva, relacionando a realidade com a sua prática, visando uma maior compreensão do todo em que está inserido.

Os dados foram analisados, categorizados e interpretados pela análise de conteúdo. Analisar o conteúdo pode ser definido como um “[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” (Bardin, 2016, p.15).

Com o propósito de investigar a situação dos professores, nos debruçamos nas suas respostas de forma a perceber a sua trajetória formativa, as suas inovações e acompanhamento das mudanças, os suportes que lhes são dados para o exercício de sua prática docente e as diversas formas de tratamento recebidas por estes profissionais e suas condições de trabalho.

Baseando-se na proposta da pesquisa, o questionário semiestruturado (APÊNDICE - C) foi confeccionado a partir de blocos de questões que atendessem aos objetivos e da seguinte forma: 1. Dados do professor; 2. Formação; 3. Situação funcional; 4. Condições de trabalho; 5. Didática e formação continuada e 6. Reconhecimento profissional. Todos os blocos visaram à busca, direta e indireta, de informações que tornassem possíveis esclarecer os questionamentos.

Para facilitar os procedimentos seguintes, como análise de conteúdos e categorização, fez-se a transcrição dos questionários (APÊNDICE – A), observou-se a preservação dos nomes dos professores participantes da pesquisa para não haver exposição dos mesmos.

A partir das respostas dos professores de cada escola participante é que se fez a análise de conteúdo, no que diz respeito às suas práticas, particularidades encontradas no cotidiano do exercício de sua função bem como sua valorização, os seus anseios, suas sugestões e desabafos. Partindo da sua formação acadêmica, especializações, chegando até mesmo, à forma como são percebidos pela comunidade escolar da qual fazem parte.

Procedemos com a organização da análise considerando as três etapas propostas por Bardin (2016, p.125), “[...] 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.” Onde se considera a pré-análise a etapa de organização do material a ser estudado; a exploração do material, também considerada a fase de análise, é a codificação, classificação e categorização do material e, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação, é o momento da reflexão, das conexões com o que se pesquisou, interpretações em relação aos objetivos propostos, fazendo-se as inferências possíveis.

A análise de conteúdo se deu através da categorização, que segundo Bardin (2016, p.147), “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos.” Sendo assim, as respostas dos professores foram separadas em categorias de análise.

Quanto ao critério de categorização, optou-se pelo semântico, que se organiza por temas. Nesse caso, analisamos um único tema: problemas e desafios didático-pedagógicos dos professores de Biologia da Rede Estadual de Ensino, pois o mesmo, por responder ao objetivo geral da investigação, permite a criação de subcategorias como: perfil dos professores de Biologia, condições de trabalho para a prática docente e formação continuada ofertada pelo governo da Bahia, os quais atendem aos objetivos mais específicos da investigação.

Todos os temas englobam e atendem aos objetivos propostos por esta pesquisa, estando implícitas subcategorias que remetem a questões cujas respostas poderão trazer à tona detalhes de condições de trabalho, oferta de formação continuada e acompanhamento pelo governo de resultados de possíveis programas que possam existir.

## **CAPÍTULO 3 – MOMENTOS DE DIÁLOGOS COM OS RESULTADOS OBTIDOS**

Neste capítulo, dialogamos com os resultados obtidos a partir dos questionários e análises construídas à luz da reflexão de autores que foram os aportes teóricos utilizados ao longo desta investigação. Nele, também, refletimos sobre as legislações que amparam os profissionais de educação em todas as suas necessidades para um bom desenvolvimento do seu trabalho.

### **3.1 RESULTADOS OBTIDOS DOS QUESTIONÁRIOS**

A aplicação dos questionários (APÊNDICE A), nos permitiu extrair informações que atendem aos objetivos desta investigação e serão apresentados no decorrer deste capítulo. Seguindo a sequência lógica foi proposta, o Quadro 1 demonstra o perfil profissional dos professores participantes.

O objetivo geral desta investigação se direciona à busca dos principais problemas didático-pedagógicos enfrentados pelos professores de Biologia da Rede Estadual de Educação que atuam no ensino médio nas escolas dos municípios de Mucuri e Nova Viçosa, localizados no extremo sul da Bahia.

Para um melhor acompanhamento da apresentação dos resultados, vamos proceder seguindo as categorias analisadas e todas as informações adquiridas que lhe sejam pertinentes. Nesse caso, iniciaremos com a apresentação de dados que nos remetem à caracterização do perfil dos profissionais da educação sujeitos desta investigação.

A partir das informações do Gráfico 1, podemos verificar a distribuição dos professores participantes da pesquisa de todas as escolas dos municípios de Mucuri e Nova Viçosa. Todos são professores de Biologia. Observamos sua formação na disciplina ou na área de educação, bem como o seu vínculo trabalhista em com relação ao governo do Estado da Bahia, responsável pelo ensino médio da educação básica.

Confeccionamos o Quadro 1 com o propósito de facilitar a discussão e o seu acompanhamento, partindo dos resultados obtidos dos questionários semiestruturados. Sendo assim, o mesmo comporta uma série de informações que foram fasciculadas para melhor entendimento.

Quadro 1 – Perfil dos professores submetidos ao questionário por Escola e cidade.

(continua)

ESCOLA	Professor	Carga Horária	Formação Acadêmica		Faixa Etária em anos	Tempo de Magistério em anos	Vínculo	
			Graduação	Pós-Graduação			Efetivo	REDA
Colégio Estadual Integração (Mucuri)	1	40H	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	25-29	5		X
	2	40H	Licenciatura em Ciências Biológicas	Docência do Ensino Superior	35-39	17		X
	3	20H	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	25-29	3		X
	4	40H	Zootecnia e Licenciatura em Química	Ensino de Química	40-44	14	X	
Colégio Estadual Jaci Ferreira Santos (Mucuri)	1	40H	Licenciatura em Ciências Biológicas	Ensino de Biologia	Acima e 50	26	X	
Colégio Estadual Eraldo Tinoco (Nova Viçosa)	1	20H	Licenciatura em Ciências Biológicas	Epidemiologia	25-29	5		X
	2	20H	Licenciatura em Educação Física	-	20-24	1 e 2 meses		X

**Legenda:** a sigla REDA significa Regime Especial de Direito Administrativo (temporário na Bahia)**Fonte:** dados da pesquisa



Quadro 1 – Perfil dos professores submetidos ao questionário por Escola e cidade.

(Conclusão)

ESCOLA	Professor	Carga Horária	Formação Acadêmica		Faixa Etária em anos	Tempo de Magistério em anos	Vínculo	
			Graduação	Pós-Graduação			Efetivo	REDA
Colégio Estadual Profª. Jane Assis Peixoto (Nova Viçosa)	1	40H	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	25-29	5		X
	2	20H	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	25-29	1 e 7 meses		X
	3	20H	Licenciatura em Ciências Biológicas e Pedagogia	Gestão Escolar	Acima de 50	24	X	
Colégio Estadual John Kennedy (Nova Viçosa)	1	20H	Licenciatura em Ciências Biológicas	Ensino de Ciências Naturais	25-29	5		X
	2	40H	Magistério	-	Acima de 50	32	X	

**Legenda:** a sigla REDA significa Regime Especial de Direito Administrativo (temporário na Bahia)**Fonte:** dados da pesquisa

Uma primeira informação que nos é revelada é sobre a formação dos professores que atuam em Biologia. Os dados coletados apontam que apenas 2 (dois) professores não têm a formação específica na área de Biologia ou na área das Ciências da Natureza, conforme informações do Quadro 1: um professor possui formação em Zootecnia e outro em Educação Física. Isso nos permite considerar que apenas 17% dos professores estão fora de sua licenciatura, apesar de

Zootecnia e Educação Física serem áreas que muito se aproximam e compartilham muitas informações das ciências biológicas.

Vale ressaltar que o professor cuja formação é zootecnia possui, além desse curso, a licenciatura em química. Sendo assim considerado dentro da área de Educação e Ciências da Natureza, perfazendo um total de apenas 8% sem formação na área. Um professor deve possuir habilidades para conduzir determinadas orientações educacionais. Segundo Libâneo (2015, p. 645), “[...] as práticas de formação de professores implicam a interpenetração da formação disciplinar e da formação pedagógica, envolvendo tanto os professores das disciplinas de conteúdos quanto das disciplinas pedagógicas.” O que pode determinar o sucesso do professor será a sua aplicabilidade nos estudos das especificações das disciplinas.

Em se tratando de investigação e construção do perfil desses profissionais, foi necessário considerar as formações desses professores, formados em zootecnia e Educação Física, como fora da área em questão, necessária para a ocupação da disciplina. Pois muito mais do que a ocupação da vaga estabelecida, a formação deve ter papel central, segundo Gatti (2016, p.164):

[...] Qualquer que seja o tipo de relação estabelecida, e as formas dos processos educativos, o professor é figura imprescindível. Os insumos, a infra-estrutura [sic], são condições necessárias, mas, não suficientes para a implementação de processos educacionais mais humanamente efetivos. A formação dos professores, suas formas de participação em sala de aula, em um programa educacional, sua inserção na instituição e no sistema, são pontos vitais. [...]

As colocações da autora, em sintonia com o que pensamos, nos remetem ao Quadro 1 apresentado na pesquisa, onde a grande maioria de profissionais é formada em Biologia. Gatti (2016, p.164) confirma que, “... professor não é descartável, nem substituível, pois, quando bem formado, ele detém um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados.” Portanto a formação ainda é o centro de atenção quando se trata da prática docente.

Quanto ao vínculo trabalhista, ficou demonstrada a prática comum de muitos estados da federação: a utilização excessiva de professores temporários. Esse número no setor público aumenta constantemente, conforme Seki, Souza, Gomes e Evangelista (2017, p.5) afirmam:

A primeira constatação importante é a de que, entre 2011 e 2015, houve um aumento do número absoluto de professores da Educação Básica no setor público, escancarando-se o fato de que os professores temporários saltaram de 37% para 41%, quase um milhão de professores!

Observamos que esse número elevado se reflete em diversos estados da federação conforme a pesquisa dos autores e que na Bahia não poderia ser diferente. Dos 12 (doze) professores participantes da pesquisa, 4 (quatro) são efetivos e 8 (oito) são temporários, conforme o Gráfico 1 que nos permite debruçar nessas informações. Ou seja, 2/3 dos professores em atuação nas escolas pesquisadas são temporários. Mesmo que com um recorte bastante limitado por se tratar de duas cidades, as observações de Seki et al. (2017) demonstram a possibilidade de existirem inferências a todo o estado e, por que não dizer, de toda a federação.

A utilização de professores temporários tem sido geral no país. A necessidade de manutenção do sistema educacional induz a prática desse hábito, pois para Novaes (2010, p.249) a “[...] contratação de professores temporários tem sido a alternativa encontrada por muitos sistemas de ensino para suprirem a carência de professores para áreas específicas [...]” não permitindo o prejuízo de aulas para os alunos.

Nada pode ser praticado sem uma justificativa plausível, portanto, os poderes que assumem essa prática, seja da esfera que for, embasam-se no que se considera costume nas escolas. Ainda segundo Novaes (2010, p.251) “[...] o absenteísmo docente vem se apresentando como um grave problema na organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas de todo país[...]”, o que de certa forma pode ser amparado pelas leis que garantem os 200 dias letivos de aulas para os alunos.

O Gráfico 2 apresenta as informações sobre os professores participantes da pesquisa que atuam em outras disciplinas além de Biologia, independente de sua formação. Alguns formados, exclusivamente, em Biologia, também estão submetidos a esse tipo de prática em algumas escolas:

Professora 1 – Colégio Estadual Integração – Matemática 1º e 3º ano; Química 1º ano; Física 1º e 2º ano; Educação Física no 3º ano.

Professora 3 – Colégio Estadual Integração – Química 1º, 2º e 3º ano.

Professora 4 – Colégio Estadual Integração - Química 1º, 2º e 3º ano.

Professora 1 – Colégio Estadual Jaci Ferreira dos Santos – Artes 1º ano, EJA (Educação de Jovens e Adultos) eixos VI e VII.

Professora 2 – Colégio Estadual Eraldo Tinoco – Educação física 1º, 2º e 3º.

Professora 1 – Colégio Estadual Jane Assis – Química 1º, 2º e 3º ano.

Professora 2 - Colégio Estadual Jane Assis – Redação, Filosofia , Química 1º e 2º ano.

Professora 3 – Colégio Estadual Jane Assis – Química 1º, 2º e 3º ano; Física 2º ano.

Professora 1 – Colégio Estadual John Kennedy – Geografia, Redação, Filosofia, Sociologia 1º, 2º e 3º ano.

Ao observarmos o Gráfico 2, que trata da atuação dos professores que atuam em outras disciplinas, vale ressaltar que 100% dos professores <sup>1</sup>REDA, temporários, atuam nas mais diversas disciplinas. São elas: Química, Matemática, Geografia, Artes, Educação Física, Redação, Sociologia, Filosofia e Física. A própria condição desses professores temporários não lhes permite impor-se quanto profissional, chegando a este nível de submissão para manter-se no trabalho.

Gráfico 2 – Professores de Biologia que atuam em outras disciplinas.



**Fonte:** dados da pesquisa

O número de profissionais de educação que têm se prestado a esse papel chega a ser estarrecedor, segundo Seki, Souza, Gomes & Evangelista (2017, p.5):

<sup>1</sup> Os professores nessa pesquisa denominados REDA no estado da Bahia são tratados em outros estados como professores temporários.

“[...] A primeira constatação importante é a de que, entre 2011 e 2015, houve um aumento do número absoluto de professores da Educação Básica no setor público, escancarando-se o fato de que os professores temporários saltaram de 37% para 41%, quase um milhão de professores! [...]”

Portanto, deve ser interessante para o sistema que esse número seja cada vez maior, tendo em vista as condições de trabalho e desvios da área de formação a que são submetidos os REDA's (temporários) participantes dessa pesquisa. A realidade em outras localidades não deve ser melhor, salvo raríssimas exceções. Essa condição é abrangente, apesar da investigação ser composta por duas cidades e totalizando cinco escolas de ensino médio, podemos fazer inferências a todo o território nacional.

Ao professor temporário são dispensados os mais diversos tipos de tratamentos, pois não são contemplados nos estatutos de magistério deste estado e muito menos reconhecidos nos planos de carreiras de sua categoria. Sendo assim, sua formação continuada fica comprometida, pois enquanto os efetivos são convocados a fazer qualquer tipo de curso e possuir plano de carreira, aqueles não gozam dos mesmos direitos. Ainda a respeito da precariedade das condições de trabalho dos professores temporários, Seki, De Souza, Gomes & Evangelista (2017, p.4) destacam:

“[...] Compõem sua tragédia o pequeno ou excessivo número de aulas; salários baixos e mesmo menores que os dos efetivos; aulas em várias escolas; disciplinas diferentes para o mesmo professor; conjugação de trabalho efetivo e temporário; outros trabalhos para complementar a renda, entre múltiplos desdobramentos pedagógicos e políticos. [...]”

A seguir, passaremos a discutir a faixa etária dos professores participantes da pesquisa, observando a influência da idade na prática docente desses profissionais, desde os mais jovens até aqueles que estão em vias de aposentadoria. O tempo pode contribuir ou prejudicar na sua atividade docente, tudo dependerá do que é feito ao longo dele.

O que mais chama a atenção em todo esse processo é a faixa etária dos professores temporários e o seu tempo de magistério, conforme o Gráfico 3. Muitos desses professores vêm atuando mesmo antes de se formarem; e, quando formados, permanecem nesta situação. Nesse sentido, Seki, De Souza, Gomes & Evangelista (2017, p.4) relatam que “o jovem aspirante a professor não tem saída, pois o mercado de trabalho docente e suas possibilidades de inserção estão

vinculados organicamente à escolarização, bem como às formas temporárias de contrato. [...]” E nessas condições aumenta-se o número de temporários.

Gráfico 3 – Faixa Etária dos professores participantes da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa

Baseando-se no Quadro 1, foi possível a criação do Gráfico 3, para uma análise mais clara a respeito da idade dos professores participantes dessa pesquisa. Nele podemos inferir que mais de 50% dos professores ainda não completaram 30 anos, e que esses professores são todos REDA (temporários). Os professores acima de 50 anos e na faixa etária entre 40-44 anos são professores efetivos. Aqui é possível constatar o envelhecimento do quadro de professores efetivos. Consequentemente, estes se aposentarão e assim, serão substituídos, possivelmente, por mais professores temporários.

Segundo Novaes (2010, p.263),

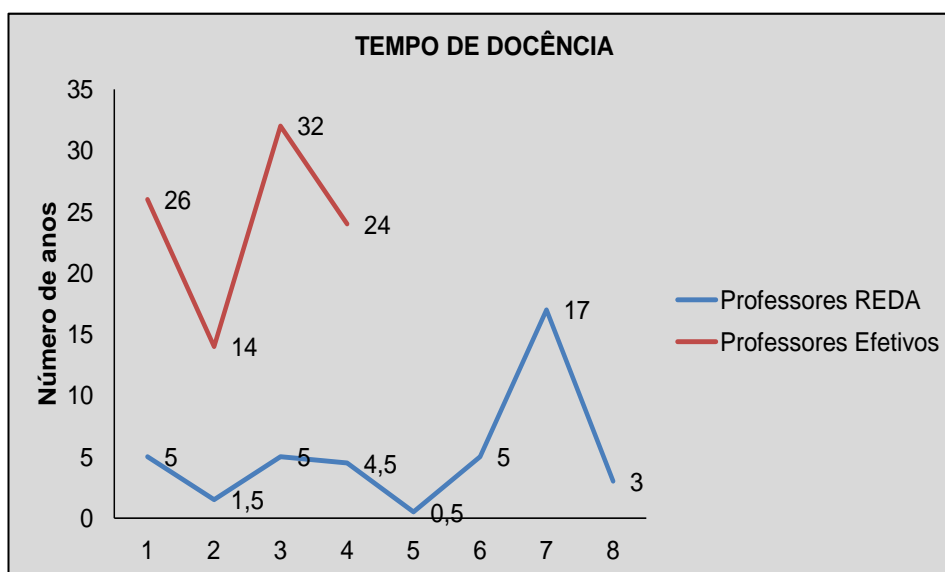
[...] Se o exercício da docência é, em si, um momento de aprendizagem, esses professores temporários estão recebendo uma péssima lição. Uma lição amarga de desvalorização profissional, de fragilidade do trabalho coletivo, de ausência de uma gestão verdadeiramente democrática, de um descaso da política educacional, mas, sobretudo, da importância da instituição escolar e do trabalho que nela se desenvolve. Diante disso, causa perplexidade a falta de investimento no processo de formação continuada dos professores admitidos na condição de temporários, principalmente [...]

A prática que o sistema impõe é muito danosa para a educação em si e para toda a classe dos profissionais de educação. Há que se buscar horizontes mais amplos e

justos para que não se perca o gosto do labor da docência. É necessário valorizar de igual forma aqueles que desempenham o bom papel de educar, independente do vínculo que esteja unindo esse profissional e os seus alunos. A educação é única, a formação precisa estar voltada para o exercício dessa atividade, preparando de melhor forma os futuros professores, mostrando-os a realidade que os aguarda e sem maquiá-la. Assim, quem sabe esse profissional já possa ser formado com um juízo de valor e percepção da sua classe, assim como a nobreza da sua profissão sem permitir ser explorado com a intenção de coibir e desprestigiar os seus pares.

O tempo de docência pode conferir aos profissionais de educação experiências singulares, o domínio quase pleno do ambiente da sala de aula. Portanto, nessa pesquisa verificamos o tempo de docência de cada professor participante, relacionando essa informação à sua prática docente.

Gráfico 4 – Tempo de Docência em anos dos professores participantes da pesquisa.



**Fonte:** dados da pesquisa

Quanto ao tempo de docência, o Gráfico 4 demonstra entre professores REDA's e professores efetivos, o tempo dedicado à docência, a caminhada deste profissional no chão da escola propriamente dita, a sua prática e contato com a realidade. Não se considerou nesse momento o tempo de docência efetivamente nas escolas específicas e nem no vínculo, mas o tempo que se acumula desde que começou a lecionar.

O professor encontra durante a sua estada na sala de aula a continuação do seu processo de formação, mesmo considerando que a formação acadêmica possa ter-lhe munido dos saberes necessários para o desempenho da sua função. A esse respeito, Tardif (2000, p.14), nos lembra que,

Os saberes profissionais também são temporais no sentido de que os primeiros anos de prática profissional são decisivos na aquisição do sentimento de competência e no estabelecimento das rotinas de trabalho, ou seja, na estruturação da prática profissional. Ainda hoje, a maioria dos professores aprendem a trabalhar na prática, às apalpadelas, por tentativa e erro. [...]

Assim sendo, o tempo de docência pode melhorar enormemente a prática docente desses profissionais, mesmo sabendo que a jornada é árdua e sem grandes recompensas ou reconhecimentos profissionais. Não se pode permitir que jovens professores em início de carreira sejam apresentados de forma equivocada e desrespeitosa ao trabalho docente, pois isso gera nesse profissional uma visão distorcida da realidade da profissão. O trabalho é que vai permitir que esse profissional interaja com a sua profissão, com a sua classe, adquirindo o saber de forma ativa. Ainda nesse sentido, Tardif (2000, p. 11) afirma que são saberes da ação e,

[...] não diz somente que os saberes profissionais se referem ao trabalho, como uma teoria se refere a um objeto ou a uma prática, mas vai mais longe, dizendo que os saberes profissionais são saberes trabalhados, saberes laborados, incorporados no processo de trabalho docente, que só têm sentido em relação às situações de trabalho e que é nessas situações que são construídos, modelados e utilizados de maneira significativa pelos trabalhadores.

O tempo de docência fará com que os saberes de tais profissionais possam ser desenvolvidos, à medida que se pratica e faz-se a reflexão desse trabalho, aproveitando de forma sensata e sistemática tudo o que se vai adquirindo no decorrer da profissão. Dessa forma, percebemos que o trabalho vai tornando o profissional cada vez mais seguro de seu ofício, dando conta da nobreza da sua profissão. Certamente, as condições de trabalho no início da carreira de um docente poderão fazer grande diferença no seu juízo de valor a respeito de sua profissão. Boas condições de trabalho e respeito ao docente serão ótimas referências para a formação de sua opinião acerca da carreira escolhida, assim como más condições de trabalho e o emprego da mão de obra desrespeitosa do profissional de educação o farão formar um quadro desconfortável de sua profissão.



O sistema tem sido um grande colaborador da banalização da profissão docente, na medida em que corrobora para o descaso para com esse profissional - o que não é novidade para os que atuam nesse ambiente educacional, a escola. Haja vista que são notórios casos nas escolas como: docentes despreparados para atuarem em sala de aula; baixa remuneração; contratação de profissionais que ainda nem se formaram para atuar nas escolas; falta de recursos para se trabalhar e muitas outras formas que beiram a violência contra esses profissionais. À medida que o profissional vai se dando conta da carreira, trabalhando em sua escola, o tempo de docência vai aumentando; através de reflexões mais profundas sobre sua prática, esse profissional torna-se preparado e formado na sua carreira.

Tabela 1 – Média do número de alunos por turma.

MÉDIAS		
DETERMINADA PELO GOVERNO	REAL DAS ESCOLAS	SUGERIDO PELO PROFESSOR
45	38	28

**Fonte:** dados da pesquisa

Durante essa investigação, conforme demonstrado na Tabela 1, os professores participantes apontam o ideal da sua satisfação quanto ao número de alunos por turmas nas escolas em que trabalham. Dessa forma, começaremos a traçar as condições de trabalho desses professores, pois através de portarias de matrícula o governo taxa o limite de alunos por turma.

O Gráfico 5, a seguir, nos permite observar a quantidade de professores que não estão satisfeitos com a quantidade de alunos na turma, efetivamente, e muito menos com a quantidade taxada pelo governo que, no caso específico, do estado da Bahia, é de 45 alunos ou, às vezes, mais.

Isso ocorre devido a permissividade, apelativa ao bom senso dos governantes, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei N° 9.394/96), que esclarece no seu art. 25

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

*Parágrafo único.* Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

O Gráfico 5 deixa claro que a grande maioria dos professores está insatisfeita com o número de alunos em por turma na escola que atuam. Observa-se que dos 12 (doze) professores pesquisados, 9 (nove) demonstram essa insatisfação. A partir dos dados observados dos questionários, tais professores possuem em suas turmas as seguintes quantidades de alunos frequentes: 40, 30 e 35, o que daria uma média de 35 alunos por turma.

Gráfico 5 - Satisfação dos professores quanto ao número de alunos por turmas nas quais eles atuam.



Fonte: dados da pesquisa

Um Projeto de Lei do Senado (PLS) sob o nº 504 de 2011, tenta alterar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394/96) quanto ao número de alunos por turma:

**Ementa:**

Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.

**Explicação da Ementa:**

Altera a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para assegurar que o número máximo de alunos por turma nas escolas não exceda a vinte e cinco, na pré-escola e nos dois anos iniciais do ensino

fundamental, e trinta e cinco nos anos subsequentes, do ensino fundamental e no ensino médio.

Tal projeto já tramitou no senado, foi aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados e se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2017, aguardando a designação do relator. E teve também reconhecida a constitucionalidade da ementa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Observa-se que, mesmo a LDB sendo prudente em permitir aos municípios, estados e federação, atentando-se às situações regionais e locais, para a distribuição de alunos por turma, muitos não cumprem, como é o caso ao qual estão expostos os professores participantes dessa investigação.

A grande maioria dos professores demonstra o mínimo de consciência das suas atribuições e de seus limites, são senhores das suas práticas e entendem o que é necessário para um bom desenvolvimento de seu trabalho. Vejamos a opinião de dois professores do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto a respeito do número ideal de alunos na turma:

*30 alunos, no máximo, ao ultrapassar o número máximo de trinta alunos, o professor não consegue dialogar com a turma e muito menos acompanhar o desenvolvimento de cada aluno".* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 1, Colégio Estadual Jane Assis Peixoto)

*20 alunos por classe. Acredito que conseguiria trazer os alunos para serem mais participativos nas aulas, e facilitaria na hora de tirar dúvidas individualmente.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 2 – Colégio Estadual Jane Assis Peixoto)

São professores jovens, entre 25-29 anos, formados pela Universidade Estadual da Bahia, Campus X, Teixeira de Freitas, temporários e sobrecarregados com várias disciplinas, pois além da Biologia lecionam disciplinas como Química, Redação, Sociologia e Filosofia. Mesmo os professores cuja faixa etária está acima de 50 anos comungam com a opinião dos professores mais jovens e temporários, pois um número mais reduzido de alunos por turma, com tempo para atendimento individualizado, melhoraria o rendimento dos alunos.

É fato que uma turma muito cheia, chega a ser desestimulante para o professor. São muitos os motivos na atualidade para se tirar a atenção do aluno, contanto ainda a não existência de materiais interessantes para o professor competir com esses motivos. Para o aluno, também deve ser muito difícil prestar atenção numa aula com poucos recursos midiáticos que possam requerer a sua atenção: a motivação é

praticamente inexistente. Por quanto tempo ainda, deverá se esperar por mudanças inovadoras e estruturais na nossa educação, entendendo que um número elevado de alunos dentro de uma turma, ao invés de ser produtivo, será desestabilizador para o professor e a aprendizagem será totalmente prejudicada?

Os professores participantes da pesquisa que se mostraram insatisfeitos com o número de alunos por turma em suas justificativas deixaram claros que, se elevado esse número, como no caso de algumas escolas, o resultado é negativo: descontrole da turma, diminuição de participação por falta de atenção e prejuízo dos diálogos, etc. Assim, alguns professores responderam que o número ideal por turma seria:

*30. Melhor controle da sala de aula e atendimento ao aluno.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 4 – Colégio Estadual Integração)

*Ideal 20 alunos.* Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 2 – Colégio Estadual Integração)

*Acredito que 20 alunos seria bom, pois o professor poderia assessorar melhor os alunos.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 1 – Colégio Estadual John Kennedy)

*O número ideal seria 35 alunos. As aulas teriam mais rendimento.* Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 2 – Colégio Estadual John Kennedy)

*25 alunos, a sala fica mais tranquila e o professor consegue atender melhor tirando as dúvidas dos alunos.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 1 – Colégio Estadual Jaci Ferreira dos Santos)

*O número ideal seria de no máximo 30 alunos. Com essa quantidade o professor teria a oportunidade de desenvolver o seu trabalho de forma mais coerente, auxiliando nas dificuldades de aprendizagem de cada discente. Além do mais, a estrutura de uma sala de aula hoje, não condiz com a demanda de quarenta e poucos alunos, há a deficiência de espaço e estruturas básicas como ventilador.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 1 – Colégio Estadual Eraldo Tinoco)

*No máximo 30 alunos, pois a grande quantidade de alunos por sala de aula impede que o professor ofereça um atendimento individualizado aos alunos.* (Fragmento de resposta ao questionário, Apêndice A, Professor 2 – Colégio Estadual Eraldo Tinoco)

Observamos que a grande maioria dos professores participantes da pesquisa e atuantes na sala de aula dessas escolas, dá conta de que o número elevado de alunos compromete o processo de ensino e aprendizagem de diversas formas possíveis.

Durante a pesquisa foi verificado junto aos professores das escolas participantes se estes possuíam curso de pós-graduação, a modalidade que este curso aconteceu e a instituição onde foi realizada. Dadas as respostas, criamos o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Professores participantes da pesquisa quanto à pós-graduação.

Nº de Professores	Pós- Graduação	Modalidade	Instituição
1	Epidemiologia	Educação à Distância - EaD	Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES)
1	Ciências Biológicas	Semipresencial	Faculdade Nanuque – MG (FANAN)
1	Docência do Ensino Superior	Educação à Distância - EaD	Faculdades Integradas de Jacarepaguá – RJ (FIJ)
1	Ensino de Química	Educação à Distância - EaD	Faculdade de Venda Nova do Imigrante – ES (FAVINI)
1	Ensino de Ciências Naturais	Semipresencial	Instituto Federal da Bahia – (IFBA)
1	Gestão Escolar	Semipresencial	Faculdade do Sul da Bahia – BA (FASB)
6	Não possuem	-	-

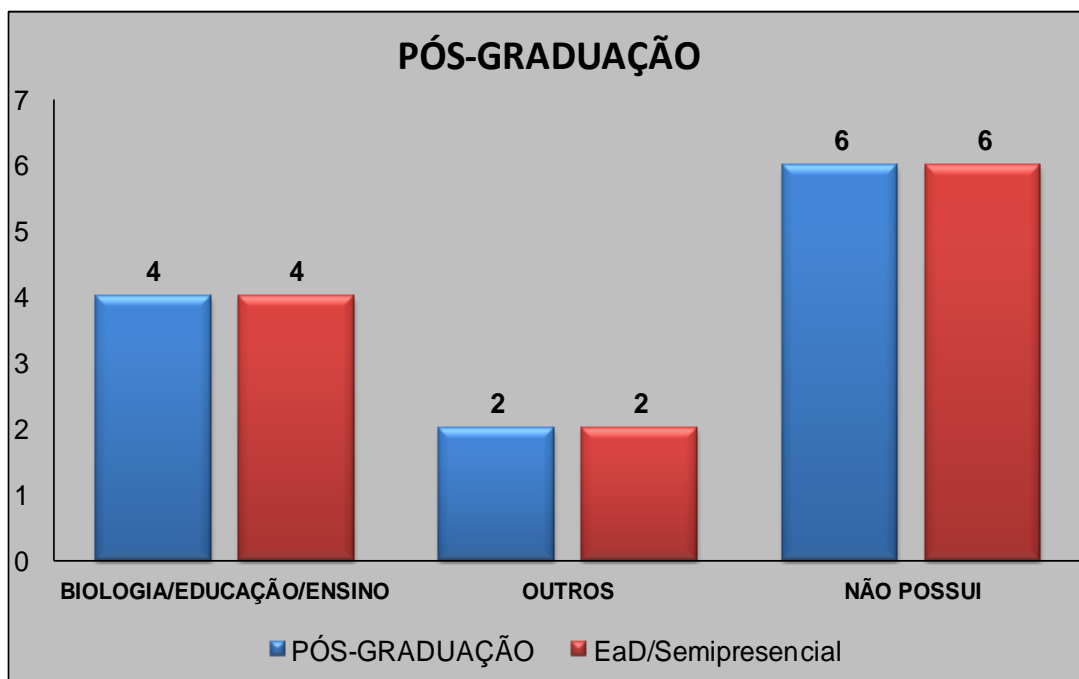
**Fonte:** dados da pesquisa

Em relação à formação do corpo docente no que se refere à pós-graduação, estamos conhecendo cada vez mais o perfil dos professores participantes e nesse momento iremos inferir sobre esta qualificação. O Quadro 2 nos permite inferir que 50% dos professores pesquisados não apresenta nenhum curso de pós-graduação, enquanto que a outra metade que apresenta tal curso, este foi realizado nas modalidades educação à distância e semipresencial.

Dos cursos de pós-graduação realizados pelos professores participantes o que mais chamou a atenção foi o de Epidemiologia, curso mais direcionado para o bacharelado do que às licenciaturas, bem como o de Gestão Escolar, voltado para a área administrativa. Apesar de que, os cursos como Docência do Ensino Superior e Ensino de Química não são voltados para a disciplina Biologia, consideramos como parte de educação e do ensino.

O Gráfico 6 trata do mesmo assunto, portanto, originado a partir de informações do Quadro 2 que nos permitirá a contemplação da distribuição dessas pós-graduações dentro do contexto e especificidades em que foram realizadas, assim como estas pós-graduações têm auxiliado esses professores nas suas práticas

Gráfico 6 - Número de professores participantes da pesquisa com pós-graduação.



Fonte: dados da pesquisa

Conforme apresentado no Gráfico 6 todos os professores que apresentam pós-graduação em qualquer que seja a área, as fizeram nas modalidades EaD ou semipresencial. Destes, apenas 4 (quatro) professores participantes têm esse tipo de formação dentro das áreas de Biologia, educação e ensino.

Vale ressaltar que todos os cursos de pós-graduação foram realizados por iniciativa de cada professor e sem ajuda governamental, pois mesmo os professores efetivos, que pelo plano de carreira têm direito a usufruir à pós-graduação de 360h, não a recebem do governo, enquanto que os demais, temporários, fizeram antes de ingressarem no serviço público. Além disso, os professores efetivos não foram dispensados para a realização de tais cursos, mesmo que amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei N° 9.394/96) que dispõe em seu art. 67:

**Art. 67.** Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]

O sistema dificilmente permite que o professor se ausente, mesmo amparado pela lei. Para não perderem as oportunidades, esses professores investem em modalidades como educação à distância ou semipresenciais, coagidos, para não se colocarem em situação de desconforto para com os seus “chefes”. No entanto, no estado da Bahia, para dificultar ainda mais a busca do professor pela formação continuada e/ou aperfeiçoamento, o governador publicou o Decreto nº 16.417, de 16 de novembro de 2015, o qual dispõe sobre a suspensão de tais direitos em seu art. 7, Inciso IX:

Art. 7º - Os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual deverão observar e cumprir as seguintes ações estabelecidas para a gestão da despesa e controle do gasto de pessoal:

[...]

IX - suspender a concessão de afastamentos de servidores públicos para realização de cursos de aperfeiçoamento ou outros que demandem substituição, salvo os já concedidos até a data de publicação deste Decreto.

[...]

Muito provavelmente, tal decreto tem amparo legal para ter sido publicado. Entendemos que existem leis criadas para amparar o profissional de educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394/96) e não é respeitada como deveria. Assim, podemos observar que os professores das escolas pesquisadas têm sido submetidos a essa prática política, onde extirpam e distorcem os seus direitos à vontade dos líderes políticos. Esses que deviam garantir os direitos e preservar o cumprimento de todas as normas, são os que as burlam, maquiagem, manipulam e negam.

A Lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 30 de maio de 2002, a qual dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dando outras providências, devidamente sancionada pelo governador, traz em seu art. 62, em

relação ao licenciamento desses profissionais para cursos de formação continuada e/ou aperfeiçoamento. O art. 62 descreve:

[...]

**Art. 62** - O docente e demais servidores que exerçam atividade de suporte pedagógico direto à docência devidamente matriculados em cursos de pós-graduação a nível de especialização, mestrado ou doutorado, que tenham correlação com a sua formação profissional e com as atribuições definidas para o cargo que ocupa, poderão ser liberados das atividades educacionais ou técnicas, parcial ou totalmente, sem prejuízo das vantagens do cargo e de acordo com o interesse da Administração.

[...]

Nesse caso, percebemos claramente que o direito é dado numa lei e impedido ou retido em outras, situação muito desconfortável para os professores, pois apesar da legislação não ocorre o cumprimento da lei. Apenas em alguns casos específicos isso ocorre ou então sob o jugo da justiça e nem todo professor tem condições de instituir advogado para a causa. Sendo assim, a educação conta com aqueles que a levam a sério por serem profissionais e comprometidos, enquanto muitos outros demonstram empenhos significativos em prol dos entraves contra a sua melhoria. São retrocessos e formas covardes de prejudicar a formação continuada dos professores e que, certamente, compromete a situação didático-pedagógica, o impedimento da busca de cursos e atualizações.

A formação é algo necessário ao professor, isso está implícito em sua carreira e a natureza do seu trabalho. Segundo Marandino e Selles (2005, p. 167):

A formação de professores, território ainda em processo de constituição e afirmação, é um processo que possui profunda relação com a profissão que contribui para criar e desenvolver. Por outro lado, os docentes são profissionais que exercem papel estratégico numa sociedade que vive transformações cada vez mais rápidas e na qual o acesso ao conhecimento se modifica radicalmente em decorrência do desenvolvimento tecnológico.

Não se pode conceber um professor à parte de todas as mudanças e avanços dentro de uma sociedade na qual o mesmo presta importantíssimo papel, inclusive, para a continuação desses mesmos avanços e mudanças. Um profissional que está com a responsabilidade de perpetuar o conhecimento da humanidade, jamais poderia ficar à margem das informações e novidades surgidas. Por outro lado, se cobra esses ensinamentos deste profissional, ao tempo que não o permite continuar-se formando para o atendimento desta demanda. Um paradoxo.



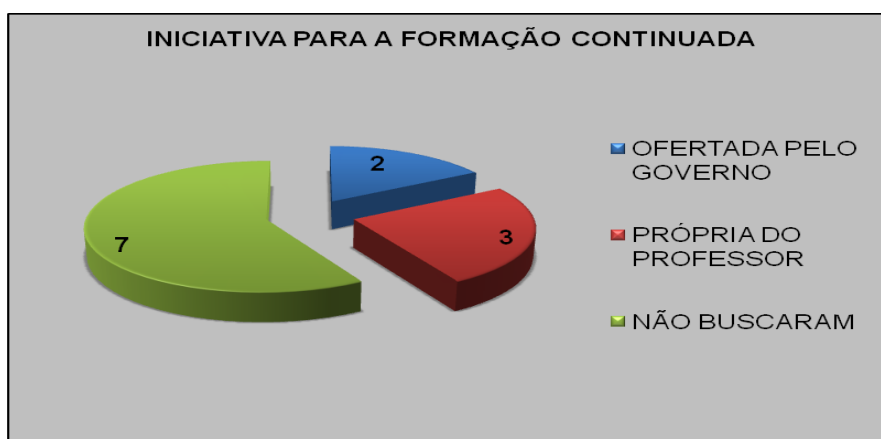
Portanto, a valorização profissional está além do que pensam as políticas públicas, a questão é muito mais para a reflexão do que para as discussões a cerca das vantagens ou privilégios que os professores possam ter. Vale refletir o que dizem Marandino e Selles (2005, p. 168):

Acredito que em tempos de tantas e tão rápidas transformações, precisamos de tempo para olhar e ouvir esses profissionais que certamente têm muito a nos dizer sobre sua experiências (*sic*) em lidar com crianças, adolescentes, jovens e adultos em um cotidiano marcado por conflitos, mas também por expectativas e esperanças. Os saberes dos professores precisam ser melhor conhecidos e valorizados. O que pode parecer uma perspectiva conservadora ou reacionária, me parece, (*sic*) no entanto, o caminho que pode abrir as portas para a construção de uma profissão que se constitui e é constituidora da cultura escolar. [...]

A valorização do profissional de educação está ligada a importância de sua prática na sociedade. O material humano é parte essencial para as mudanças e a implantação de um mundo cada vez mais voltado às questões de preservação desta mesma sociedade. Num mundo em que os valores de diversas instâncias têm se perdido, faz-se necessário o resgate urgente desses, com o propósito de restaurar um ambiente mais humanitário e uma sociedade mais justa.

O Gráfico 7 reúne dados da pesquisa a respeito de cursos de formações, aperfeiçoamentos, capacitações recebidas pelos professores participantes após se formarem. Nele observamos o incentivo governamental, a busca individual dessas formações pelos professores, desistências e desânimo de alguns professores para com a sua formação em continuidade.

Gráfico 7 – Número de professores quanto a iniciativa de realizar a formação continuada



Fonte: dados da pesquisa

Apenas 2 (dois) professores, Gráfico 7, foram assistidos pelo governo para a realização de cursos de formação continuada, aperfeiçoamento ou capacitação, apesar da pesquisa demonstrar que 9 (nove) professores fizeram, os outros 7 (sete) professores dessa condição realizaram por conta própria. Nenhuma das formações contemplou grau que ultrapassasse especialização ou chegasse ao mestrado e/ou doutorado.

Ainda sobre o Gráfico 7 podemos inferir que muitos professores têm consciência de que a formação contínua poderá tornar a sua prática cada vez mais interessante, tornando-o atualizado quanto às novas tecnologias ou mudanças de concepções dentro de sua área de atuação. Não resta dúvida de que a prática do ensino está ligada ao conhecimento do conteúdo disciplinar: o conforto para a prática de ensino está totalmente voltado à segurança do que se ensina e como se ensina.

O universo de atuação do professor é muito amplo, está muito além do alcance de avaliações superficiais das necessidades de sua formação. Por isso, este ter uma formação muito além da específica, como aponta Gatti (2016, p 170):

Claro que precisamos considerar na formação de docentes, de um lado, uma formação cultural básica ampliada em disciplinas que contribuam para a compreensão do fato social que chamamos de educação e ensino; e, de outro, formação em conhecimentos e compreensão do sistema escolar e da escola como um instituído sócio-cultural com especificidades, buscando trazer aos alunos uma compreensão sobre a realidade escolar, pelas pesquisas. E que eles precisam ser instrumentalizados para lidar com o ensino, que é o foco de sua profissão, e o elemento definidor de sua profissionalização. Com isso, tentando promover incentivo ao espírito investigativo e o domínio teórico e prático relativo à didática e às práticas de ensino, em formas articuladas aos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares. [...]

O professor é o tipo de profissional que precisa estar formado muito além da sua especificidade, mas é preciso se inteirar totalmente do todo em que se está inserido. Os professores que participaram da pesquisa, compreendem ao seu modo que a formação é importante em todas as suas vertentes, social, cultural, tecnológica e humana, com o intuito de estar habilitado para o exercício de sua profissão.

Algumas discussões exigem a consulta, para um melhor esclarecimento, da formação dos professores participantes da pesquisa, assim como a instituição em que se formaram. No que tange a formação destes profissionais, podemos perceber que algumas das suas colocações podem estar ligadas à qualidade e atenção dada

pela instituição formadora. Por outro lado, percebemos a ligação da sua formação com a licenciatura ou cursos afins, ressaltando que estes profissionais participantes atuam nessas escolas com a disciplina em questão, Biologia. Portanto, foram confeccionados os Quadros 3 a 7, por escola, para melhorar a referência da discussão.

Os professores participantes das escolas ficaram assim distribuídos: Quadro 3 – Colégio Estadual Integração; Quadro 4 – colégio Estadual Jaci Ferreira de Souza; Quadro 5 – Colégio Estadual Eraldo Tinoco; Quadro 6 - Colégio Estadual Jane Assis Peixoto e o Quadro 7 – Colégio Estadual John Kennedy.

Quadro 3 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Integração – Mucuri – Bahia

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1	Licenciatura em Biologia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X	2015
2	Licenciatura em Biologia	Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)	2002
3	Bacharelado em Biologia e Complementação Pedagógica	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)/Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES)	2014
4	Zootecnia e Licenciatura em Química	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)	2002 e 2008

**Fonte:** dados da pesquisa

Quadro 4 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Jaci Ferreira dos Santos – Mucuri – Bahia

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1	Licenciatura em Biologia	Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC)	2008

**Fonte:** dados da pesquisa

Quadro 5 – Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Eraldo Tinoco – Nova Viçosa – Bahia

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1	Licenciatura em Biologia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X	2013
2	Licenciatura em Educação Física	Faculdade Pitágoras	2015

**Fonte:** dados da pesquisa

Quadro 6 - Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto – Nova Viçosa – Bahia

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1	Licenciatura em Biologia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X	2013
2	Licenciatura em Biologia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X	2016
3	Licenciatura em Biologia e Pedagogia	Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e Faculdade do Sul da Bahia (FASB)	2006 e 2009

**Fonte:** dados da pesquisa

Quadro 7 - Cursos e Instituições de formação dos professores participantes da pesquisa do Colégio Estadual John Kennedy – Nova Viçosa – Bahia

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1	Licenciatura em Biologia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X	2013
2	Não possui. Apenas o antigo Magistério	-	2008 e 2011

**Fonte:** dados da pesquisa

A partir desse ponto da discussão trataremos as respostas dos professores referenciando-os pelo quadro e o número que o representa nesse mesmo. A intenção de tal indicação é o acesso mais dinâmico às informações a respeito desse profissional fazendo o cruzamento com as respostas dadas.

Quanto à formação continuada e pós-graduação, perguntou-se aos professores se esta influenciaria, direta ou indiretamente, em sua renda salarial. O resultado está representado no Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8 – Número de professores que consideram que a formação continuada e pós-graduação influenciam na renda salarial.



Fonte: dados da pesquisa

Como se pode notar, a maioria dos professores considera que a formação continuada não exerce, de forma direta ou indireta, nenhuma influência na renda salarial caso participem ou façam cursos de formação continuada ou pós-graduação, *Stricto e Latu Sensu*. Outro dado importante é a presença de respostas negativas ou abstenções dadas pelos professores temporários, como as elencadas a seguir:

*Não, porque até hoje não tive um plano de carreira que fosse cumprido. Na realidade, deveria influenciar no salário.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 2 – Quadro 3)

*Não Influencia. Porque exerço a docência em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Esta modalidade de seleção pública não oferece estabilidade e muito menos incentivo para formação continuada e cursos de pós-graduação.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 3 – Quadro 3)

*Não, pois atualmente trabalho para o Estado da Bahia, mas com um vínculo de caráter temporário, o REDA. Não havendo desta forma gratificação por formações continuadas ou cursos de pós, tal abrangência salarial só contempla aos funcionários efetivos do Estado.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 1 – Quadro 5)

*Não, porque não sou professora efetiva, e sim em Regime temporário REDA.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 1 – Quadro 6)

*Não. Não tenho nenhum curso de pós-graduação.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 2 – Quadro 6)

*Por enquanto não, pois não sou concursada e sim contratada.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 1 – Quadro 7)

Observa-se que entre os professores REDA, ou seja, temporários, não existe estímulo algum para que se invista numa formação continuada, pois o tratamento dispensado aos professores com esse tipo de contrato é totalmente diferente dos professores efetivos. Na resposta do professor 2, quadro 3, testemunha-se a ausência completa de cumprimento de plano de carreira. Vale ressaltar que este mesmo professor tem 17 anos de docência. Os demais justificam, deixando claro, a sua relação com os contratos do governo do estado; apesar de serem professores como os outros e atuarem com a mesma proposta nas escolas, são tratados de forma diferenciada.

No estado da Bahia os professores possuem um plano de carreira e salários, enquanto que os temporários não são contemplados. Esse plano de carreira está contido no Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, regulamentado pela Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002. O Capítulo IV, Seção II dessa mesma lei determina as formas de avanços e consequente remuneração conforme os artigos a seguir demonstram:

**Art. 32** - Ao servidor do magistério é assegurado o direito à percepção de vantagem de avanço em virtude de tempo de efetivo exercício no Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia ou de obtenção de titulação específica.

**Parágrafo único** - O avanço poderá ser horizontal e vertical.

**Art. 33** - Consiste o avanço horizontal por tempo de serviço na majoração do vencimento básico por quinquênio de efetivo exercício no Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia.

[...]

**Art. 35** - Consiste o avanço vertical na progressão do servidor para o nível imediatamente superior na carreira, em virtude de obtenção de titulação específica.

**Art. 36** - O avanço vertical far-se-á, à vista da qualificação obtida pelo servidor.

**Parágrafo único** - A progressão de que trata este artigo é condicionada à conclusão do curso de formação profissional, conforme estabelecido no Anexo III desta Lei.

**Art. 37** - São requisitos para progressão por avanço vertical:

I - estar o servidor no efetivo exercício de atividades do Magistério, correspondentes às atribuições do cargo que ocupe;

À medida que os avanços vertical e horizontal vão sendo cumpridos, cada um ao seu critério, quer seja pelo tempo de serviço ou pelas qualificações obtidas, ocorrem melhoramentos salariais de acordo com tabelas publicadas pelo governador. Por esse motivo percebe-se o desânimo dos temporários quanto à sua expectativa para as suas qualificações e repercussão destas na percepção dos seus vencimentos em sua carreira profissional. No entanto, o plano de carreira por ser um documento legal e oficial do estado da Bahia discutido com os representantes sindicais da categoria, provavelmente não poderia contemplar os profissionais de educação temporários à custa de legalizar algo que para os poderes públicos deveria ser emergencial e até mesmo provisoriamente, apesar de estar se tornando “definitivo”.

Os professores REDA no estado da Bahia demonstram a sua frustração, representados nessa pequena amostragem desta pesquisa, são impedidos de manterem o seu propósito e a sua escolha de trabalhar. Segundo Krasilchik (2011, p. 185), “[...] todo professor, em algum momento de sua carreira, já pensou nas transformações necessárias para melhorar suas condições de trabalho, permitindo-lhe realizar suas aspirações de ensinar de forma que os alunos realmente aprendam com prazer.” Mas nesse caso específico, percebemos que essas aspirações são anuladas devido à forma como esses professores são impedidos de buscar melhorias para a sua formação.

Não se pode aceitar o descaso dos poderes públicos em relação a esses professores. E eles representam aqui nesta pesquisa, conforme o Gráfico 1 na página 40, o dobro do número de professores efetivos. O que deveria receber mais atenção, conforme Novaes (2010, p.262 ) apoia:

[...] Discutir o processo de formação continuada de professores temporários deveria ser, para um grande número de redes públicas de ensino de todo o país, uma prioridade a ser perseguida pelas administrações estaduais e municipais, responsáveis pelo atendimento e oferta da educação básica.  
[...]

São atitudes esperadas dos nossos governantes, cujo propósito seria o de reestabelecer a valorização desses professores, através de meios externos e condições de trabalho, assim como a abertura de concursos públicos que possam absorver esses profissionais. Tais ações certamente induziriam a elevação da autoestima, partindo-se da valorização dos mesmos. Observamos que 100% dos

professores pesquisados efetivos responderam que tem influência em sua renda salarial o fato de cursarem uma pós-graduação e fazer a formação continuada. Isso por que existe uma política de plano de carreira que os atende. Assim, são estimulados não tão somente pela vontade de se preparar, natural nos professores, mas também pelo reconhecimento da sua qualificação profissional. E apenas um professor REDA, respondeu sim, mas sem uma justificativa substancial, aparentemente displicente. Observaremos as respostas desses professores:

*Sim, pois é a minha única renda mensal.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 1 – Quadro 3)

*Sim, mas não satisfatório.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 4 – Quadro 3)

*Sim, com a pós-graduação melhorou meu salário, ajudando na manutenção da casa (família).* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 1 – Quadro 4)

*Sim, sou concursada pelo Estado da Bahia e o plano de carreira é muito bom.* (Fragmento da resposta ao questionário dada pelo professor 3 – Quadro 6)

Apesar de todas as vantagens que são demonstradas aos professores efetivos, a carreira não tem sido compensatória. A desvalorização, mesmo com os planos de cargos e salários implantados pela secretaria de educação, causa em alguns um descontentamento, conforme aponta o professor 4, Quadro 3. Isso tem se tornado um inconveniente absurdo e um desrespeito crescente. Segundo Gatti (2016, p. 167)

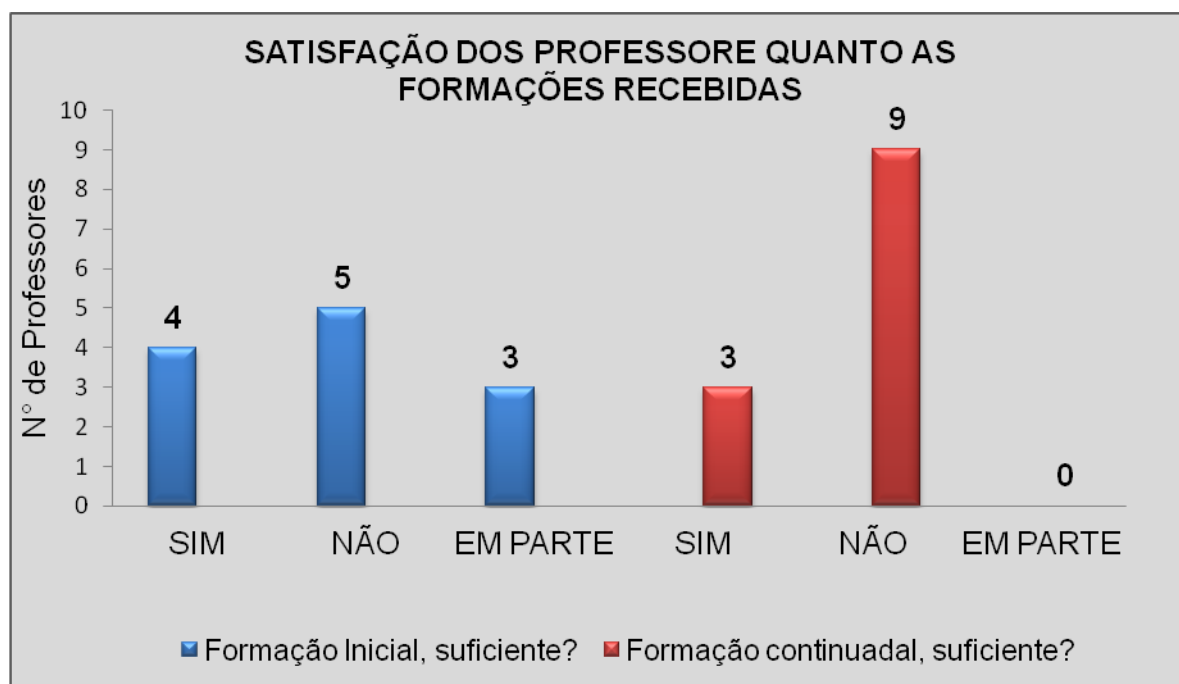
Quanto às condições de trabalho oferecidas ao professorado, podemos dizer que, na maioria dos casos o salário é relativamente baixo e quase não há perspectivas de se agregar mais valor a ele durante os anos de exercício profissional. A carreira não se mostra compensatória. Há estados ou municípios onde se colocam diferenciais nestes salários, ainda assim, são muito pequenos e alteram muito pouco sua condição de remuneração. Isto acumula desestímulo, a não ser onde as condições de pauperização da população é tal que mesmo uma pequena remuneração se constitui em fator importante. [...]

Isso demonstra que o profissional de educação, em determinadas circunstâncias, poderá ser tratado como um dos que possuem no país salários aparentemente relevantes, criando-se um pretexto para afastar a atenção do que realmente existe. Um país onde o professor é tratado dessa forma, certamente, terá suas dificuldades para crescer, ao nível intelectual, social, cultural e político.



Estão ilustrados no Gráfico 9 os sentimentos dos professores pesquisados quanto à formação inicial e a formação atual, em que nível de satisfação se encontram esses docentes. Eles se consideram preparados para a realidade da sala de aula? Sua formação inicial lhe deu noções mínimas do funcionamento do sistema educacional? Estas foram as indagações levadas até esses professores para que externassem todos esses sentidos.

Gráfico 9 – Número de professores pesquisados quanto à satisfação com as suas formações iniciais e continuada.



**Fonte:** dados da pesquisa

Segundo o Gráfico 9, a formação inicial para quatro desses professores foi considerada suficiente por eles, ou seja, as instituições formadoras os fizeram sentir-se preparados para o enfrentamento das salas de aula; enquanto cinco professores responderam que não acharam suficiente, ao passo que três consideraram em parte, nem que sim e nem que não. Podemos caracterizá-los segundo alguns dados nesta dissertação, por exemplo, o professor 1 do Quadro 5 e o professor 2 do Quadro 7, apesar de terem apenas 5 anos de docência participaram do Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (Pibid); o professor 2 do Quadro 5 atribui a sua preparação aos estágios que participou durante a formação e o professor 2 do Quadro 7, com 32 anos de docência, afirma que a sua formação no antigo magistério lhe preparou muito bem para atuar na sala de aula. Essa preparação é

importante para a prática do ensino, aqui nesta investigação percebemos que o contato com a sala de aula é imprescindível durante a formação.

O estágio está amparado pela Lei Federal de nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, tratando no seu Capítulo I a respeito de sua definição, como se classificam os estágios e relação de estágios. Nos seus art. 1º, 2º e 3º tratam da finalidade, obrigatoriedade e supervisão (BRASIL, 2008, p. 1-2) define o estágio:

[...]

Art. 1. Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando (*sic*) o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

[...]

Art. 2. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório (*sic*), conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

[...]

Art. 3. O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

[...]

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

Nesse caso pudemos constatar, através da investigação, a contribuição que o estágio pode trazer para a formação do docente; mesmo que esse não o forme professor, ao menos ameniza o primeiro contato com a sala de aula. O tempo que se passa na escola durante a formação lhes concede maior segurança ao assumir verdadeiramente uma classe. O aumento da confiança se dá, ao que parece, segundo a lei dos estágios, pelo acompanhamento do professor supervisor conforme o art. 3º e o art. 2º que condiciona a sua realização de forma obrigatória para a obtenção do diploma de conclusão do curso.

Vale lembrar que no dia 02 de Outubro de 2001 o Conselho Nacional de Educação aprova nova redação através do Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Tal aprovação com o Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31, apresenta um aumento na Carga Horária dos Estágios supervisionados (Parecer CNE/CP 28/2001, p. 13)

Para fazer jus à efetivação destes considerandos e à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não poderá ficar abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior.

A elevação da quantidade de horas nas formações em Licenciaturas e, conseqüentemente, no Estágio Supervisionado, implicará num aumento do contato entre o futuro profissional de educação e a prática docente. O Estagiário das licenciaturas, após o processo de Estágio supervisionado, poderá se sentir mais seguro, sentimento que lhe conferirá maior habilidade e aptidão para a execução de suas atividades docentes.

O Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à docência (Pibid), no qual alguns professores participaram, originou-se a partir do Decreto Federal nº 7.219, de 24 de Junho de 2010. Em seu art. 1 é definida a sua finalidade, no art. 2 o público alvo e no art. 3 os seus objetivos (BRASIL, 2010, p. 1):

Art. 1. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

Art. 2. Para fins deste Decreto, considera-se:

I - bolsista estudante de licenciatura: o aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de

educação superior, com dedicação de carga horária mínima de trinta horas mensais ao PIBID;

[...]

Art. 3. São objetivos do PIBID:

I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II - contribuir para a valorização do magistério;

III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

[...]

Ao iniciar sua vida docente o profissional de educação não possui toda a segurança para estar no chão da escola, por ser um ambiente novo e com muitos desafios. Desse modo ele, segundo Krasilchik (2011. P.169) , “[...] vai à escola. Agora não mais como aluno, mas como profissional responsável por uma disciplina em um estabelecimento de ensino.” Quanta responsabilidade recai subitamente nesse momento sobre ele, percebendo que o “[...] primeiro contato pode ser assustador e desgastante, quando o novato não está devidamente preparado” (KRASILCHIK, 2011, p.169).

A importância do estágio supervisionado para a formação docente está vinculada ao bom relacionamento que é estabelecido entre o local em que o futuro professor irá estagiar, a escola e a instituição de ensino superior, para que (KRASILCHIK, 2011, p.170) “[...] não assumam caráter de fiscalização ou cobrança de uma parte ou de outra.” A autora defende a colaboração e o apoio mútuo entre estas instituições por conta do objetivo final da intenção do estágio, nesse caso, a formação do futuro professor, nesse momento frágil e acuado.

A chegada do estagiário na escola deve ser bem planejada por todos os envolvidos, assim como sua manutenção durante o período que permanecerá nela. A demonstração de apoio pelas partes envolvidas do ambiente escolar como local de trocas coletivas, suporte material e didático, permitirá que esse futuro docente forme a sua idéia de escola como ambiente de ensino e local de construção de sua carreira. A respeito desses cuidados sobre o estágio Krasilchik (2011, p. 170-171) pontua que:

Na verdade, os estágios só poderão servir plenamente a seus fins se os estagiários passarem a sentir-se elementos da escola e não estranhos a ela. A formação desse espírito depende, em grande parte, dos

administradores da escola, diretores, orientadores etc., que podem criar um clima favorável ao trabalho dos estudantes ou dificultá-lo, impondo obstáculos ao cumprimento de suas tarefas. Quando os estagiários são encarados com um problema a mais, o clima será desfavorável; quando são considerados um auxílio, sua recepção será amistosa e as relações de trabalho se desenvolverão satisfatoriamente.

Outro problema emblemático para os estágios supervisionados na formação de professores é a demanda de cursos noturnos em que os estudantes não disponibilizam de tempo para Gatti (2016, p.167) “[...] cumprirem as horas exigidas de estágio dado que, em geral trabalham o dia todo [...]” ficando, particularmente difícil essa etapa. Esta autora também comunga com as dificuldades acerca dos estágios supervisionados idealizados nos cursos atuais de licenciatura:

Ponto crítico a considerar nessa formação são os estágios. Na maioria das licenciaturas sua programação e seu controle são precários, sendo a simples observação de aula a atividade mais sistemática, quando é feita. Há mesmo aqui um chamamento ético. A participação dos licenciandos (*sic*) em atividades de ensino depende das circunstâncias e da disponibilidade das escolas. A grande maioria dos cursos não têm projetos institucionais de estágios em articulação com as redes de ensino. Não há, de modo geral, um acompanhamento de perto das atividades de estágio por um supervisor na maioria das escolas. (GATTI, 2016, p. 167)

Nessa investigação, conhecemos professores que durante a sua formação passaram pelo estágio supervisionado e pelo Pibid, mostrando-se aptos e seguros para o exercício da profissão. Contudo, em decorrência de muitos problemas que surgem com a formação de professores, faz-se necessário o surgimento de iniciativas atenuantes, como o Pibid que para Gatti (2013 - 2014, p.41), tais ações

[...] pelos documentos que as fundamentam, deve-se à constatação da necessidade de melhor qualificar a formação inicial de professores para a educação básica e, em última instância, de ajudar na melhor qualidade da educação escolar de crianças e jovens. São programas sinalizadores de que as licenciaturas não estão oferecendo a formação adequada aos futuros docentes.

Os profissionais das escolas investigadas, independentemente da sua condição trabalhista, ainda possuem a disposição para idealizar e buscar realizar melhorias na sua formação. Não basta apenas a melhoria salarial, mas estes sentem que a sua carreira carece desse tipo de empenho, dessa atualização de sua formação, a sua prática está intrinsecamente ligada a essa formação. No entanto, a sua condição não tem lhe permitido realizar tais prodígios dentro da sua área de atuação. Não tem sido muito fácil descobrir e fazer cursos de formação continuada ou pós-graduação

com a liberação de suas atividades, mesmo entendendo que a lei lhe dá este direito, mas que para o professor é muito difícil e distante da sua realidade.

Com intenção de saber dos professores pesquisados de que maneira avaliam a própria didática na sala de aula, ou seja, qual a sua prática e estratégias utilizadas para que os alunos alcancem os objetivos propostos, também foi solicitado deles uma rápida definição do que é didática. Não com descrição detalhada, apenas uma noção da mesma. A Didática é assim esclarecida, segundo Tavares (2011, p. 13):

O vocábulo “Didática” surgiu do grego Τεχνή διδακτική (*techné didaktiké*), que se traduz por “arte” ou “técnica de ensinar”. A Didática é a parte da Pedagogia que utiliza estratégias de ensino destinadas a colocar em prática as diretrizes da teoria pedagógica, do ensino e da aprendizagem.

Todos os professores definiram, ao seu modo e conhecimento o que se entende como didática. Portanto, solicitamos a partir do conhecimento que demonstraram sobre o assunto uma autoavaliação da didática praticada em sala de aula. A Tabela 2 traz todas as informações sobre esse momento da pesquisa, juntamente com as justificativas dadas pelos professores participantes da mesma. São considerados a graduação e o vínculo de cada professor para cruzarmos as informações e facilitar a discussão.

Tabela 2 – Autoavaliação da didática praticada com as justificativas dos professores participantes da pesquisa.

(Continua)

Nº	Graduação	Autoavaliação	Motivo
1 R	Licenciatura em Biologia	Satisfatória	<i>Apesar de não atuar na minha área de formação, considero a minha didática satisfatória uma vez que utilizo várias técnicas para chegar ao meu objetivo “aprendizagem”.</i>
2 R	Licenciatura em Biologia	Boa	<i>Boa; por ser uma disciplina prática tenho facilidades de escolher os melhores caminhos em cada caso para chegar a uma determinada meta ou objetivo; mas, faltam recursos pedagógicos.</i>

**Legenda:** As letras **E** e **R**, alocados na frente do número de ordenação, correspondem às siglas de abreviação do vínculo do professor, respectivamente, Efetivo e REDA (temporário na Bahia). **Fonte:** dados da pesquisa

Tabela 2 – Autoavaliação da didática praticada com as justificativas dos professores participantes da pesquisa.

(Conclusão)

Nº	Graduação	Autoavaliação	Motivo
3 R	Bacharelado em Biologia e Complementação Pedagógica	Mediana	Avalio como mediana.
4 E	Zootecnia e Licenciatura em Química	Satisfatória	Satisfatória.
5 E	Licenciatura em Biologia	Boa	Boa, pois desenvolvo as minhas atividades usando recursos que facilitam a compreensão do assunto estudado.
6 R	Licenciatura em Biologia	Boa	Avalio a minha Didática como boa, estou sempre buscando valorizar o conhecimento prévio do aluno e a partir desse ponto busco construir e desconstruir conceitos através de jogos, dinâmicas, atividades, trabalhos e diálogos que os aproximem do objeto estudado.
7 R	Licenciatura em Educação Física	Boa	Boa
8 R	Licenciatura em Biologia	Regular	Regular, por falta de recursos didáticos mínimos.
9 R	Licenciatura em Biologia	Mediana	Mediana, poderia ser melhor. Eu utilizo o que tenho e preparo alguns materiais de acordo com o conteúdo estudado, exemplos, jogos de tabuleiro, jogo da memória, júri simulado, aulas práticas em sala, no jardim da escola etc.
10 R	Licenciatura em Biologia e Pedagogia	?	Sou uma professora criativa, alguns experimentos com material do cotidiano, utilizo recursos audiovisuais e atividades lúdicas.
11 R	Licenciatura em Biologia	Boa	Na medida do possível é boa.
12 E	Não possui. Apenas o antigo Magistério	?	Ministro as aulas de acordo com o material que a escola fornece e com o que tenho em mãos.

**Legenda:** As letras **E** e **R**, alocados na frente do número de ordenação, correspondem às siglas de abreviação do vínculo do professor, respectivamente, Efetivo e REDA (temporário na Bahia). **Fonte:** dados da pesquisa

Observamos que as respostas na Tabela 2 dos professores pesquisados e representados pelas siglas 1R, 2R, 5E, 6R, 9R e 10R, dentre os quais apenas 1 possui vínculo de estabilidade no trabalho, demonstraram as suas diversificadas opiniões pautadas, é claro, em suas experiências de carreira. Apesar dessa autoavaliação, conceitos criados livremente pelos mesmos, demonstraram durante a sua justificativa terem bom conhecimento de caminhos metodológicos e técnicas para o desenvolvimento de suas aulas com o propósito de alcançar os seus objetivos. Autores como Gatti (2011), Libâneo (2015), Krasilchik (2011) salientam por perceberem as dificuldades enfrentadas pelos professores em relação à didática, quer seja pela formação ou pela falta de apoio material para realizar o seu trabalho de forma prazerosa.

Os professores pesquisados de número 3R, 4E e 7R, não deram respostas substanciais que pudessem induzir a uma reflexão a respeito da didática. Não se sabe qual a influência de suas formações nas respostas dadas, mas como se trata de resultados, convém fazermos uma observação. Os referidos professores apresentam, respectivamente, as seguintes formações: Bacharelado em Biologia com complementação pedagógica, Zootecnia e Licenciatura em Química e Licenciatura em Educação Física.

Ainda na Tabela 2, verificamos que os professores de número 8R, 11R e 12E, não fazem uma boa avaliação quanto a sua didática, pois os mesmos condicionam a “boa didática” à disponibilidade de materiais pela escola. E nesse caso, existem professores com formação, também em licenciaturas em Biologia, enquanto que apenas o professor 12E não possui essa licenciatura, e sim, o antigo Magistério.

Quanto à formação, percebemos que mesmo os professores licenciados, em relação à didática, se mostram mais atentos à didática específica do que à geral, demonstrando mais interesses nos assuntos específicos de sua disciplina. Segundo Libâneo (2015, p. 3)

O que ocorre nas concepções formativas e nos currículos, com consequência na conduta profissional dos professores, é a crença de que uma coisa é o conhecimento disciplinar com sua lógica, sua estrutura e seus modos próprios de investigação e outra coisa é o conhecimento pedagógico, entendido como domínio de procedimentos e recursos de ensino sem vínculo com o conteúdo e os métodos de investigação da disciplina ensinada.



O autor se preocupa com o distanciamento entre as didáticas, e por isso percebe que deva existir uma maior aproximação. Para Libâneo (2015, p.3) estas “[...] constatações se refletem na falta de articulação entre as disciplinas *didática* e *didáticas específicas*, estas últimas frequentemente reduzidas a metodologias de ensino [...] tão somente com a preocupação de elaborar técnicas para transmitir o conhecimento específico de dada disciplina.

A iniciativa de tomar a frente de sua turma, elaborar seu material, independente do que a escola tem a oferecer, é uma atitude de professor capaz e ciente do seu papel. Como afirma Krasilchik (2016, p. 186):

[...] O docente, por falta de autoconfiança, de preparo, ou por comodismo, restringe-se a apresentar aos alunos, com o mínimo de modificações, o material previamente elaborado por autores que são aceitos como autoridades. Apoiado em material planejado por outros e produzido industrialmente, o professor abre mão de sua autonomia e liberdade, tornando-se simplesmente um técnico.

Alguns professores da pesquisa se apoiam no fato de não terem o material a sua disposição para o desenvolvimento de sua prática docente ou até mesmo condicionam a sua prática ao material que está disponível. Isso não é interessante do ponto de vista educacional e do ensino-aprendizagem. O professor tem que ser capaz de atuar como pesquisador e por vezes, confeccionar seus próprios materiais e conteúdos disciplinares. Segundo Gatti (2016, p. 168):

[...] As condições do exercício profissional dos professores interagem com as condições de formação em sua constituição identitária profissional, conduzindo a formas de atuação educativas e didáticas que se refletem em seu processo de trabalho. Daí a necessidade de se repensar entre nós os processos formativos de professores, de um lado, e sua carreira, de outro.

As condições em que se encontram os professores também podem provocar interferências em suas ações e práticas, pois não se pode estar motivado num ambiente onde não ocorre a valorização profissional. Mesmo que a grande maioria dos professores pesquisados está na condição de temporários, sem reconhecimento profissional e estabilidade de trabalho, eles têm desempenhado papel significativo na educação dessas cidades da pesquisa.

Muitos professores denunciam e registram a falta de material para um bom desenvolvimento das suas aulas. Na questão 4.8 foi perguntado: O que você sugere que a escola ofereça para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

Sabe-se que muitas seriam as respostas com sugestões bastante diversificadas; mas o que se espera dos professores de biologia, além de querer poder desenvolver suas aulas à altura de sua disciplina, seria vislumbrar práticas inesquecíveis para os seus alunos. Vejamos o que foi sugerido pelos professores na Tabela 3 – Sugestões à Escola para melhorias das aulas de biologia.

Tabela 3 – Sugestão dos professores pesquisados para melhoria da prática docente na escola

<b>Oferta da escola para melhorar a prática docente</b>	
<b>Sugestões do professor</b>	<b>Nº de professores</b>
Laboratório de Ciências	10
Laboratório de Informática	1
Biblioteca	1
Formação Continuada	2
Recursos/insumos	6
Redução do número de alunos/turma	2
Melhor tratamento	1
Ar condicionado nas salas	1

**Fonte:** dados da pesquisa

Para um melhor entendimento, os professores justificaram as suas sugestões, o que é muito interessante. Por isso se fez necessário a confecção da Tabela 4, a fim de não sobrecarregar uma única tabela com muitas informações. As informações agora apresentadas, tratam de relatos dos professores pesquisados a respeito das suas sugestões à escola e indicam a graduação e vínculo desses com o estado da Bahia.

Os relatos dos professores pesquisados estão transcritos na Tabela 4 em sua integridade. Cabe destacar que, às vezes, um único professor apresentou sugestões diversas e isso também foi levado em consideração.

Tabela 4 – Sugestões dos professores da pesquisa à escola para melhoria das aulas.

(Continua)

Nº	Graduação	Sugestão à escola para um bom desenvolvimento da aula
1 R	Licenciatura em Biologia	<i>Um laboratório de ciências da natureza adequado.</i>
2 R	Licenciatura em Biologia	<i>Cursos de formação continuada, recursos audiovisuais disponíveis nas escolas, apoio pedagógico e respeito.</i>
3 R	Bacharelado em Biologia e Complementação Pedagógica	<i>Sugiro que a escola ofereça recursos didáticos para o processo de aprendizagem dos alunos, como por exemplo, laboratórios de aulas práticas.</i>
4 E	Zootecnia e Licenciatura em Química	<i>Laboratórios equipados.</i>
5 E	Licenciatura em Biologia	<i>Reativar o laboratório de ciências para o aluno fazer experiências facilitando o conhecimento.</i>
6 R	Licenciatura em Biologia	<i>Para desenvolver aulas satisfatórias e que aproxime os alunos do que é explanado nos livros, seria necessário aproximá-los da prática. E na realidade do colégio nos deparamos com a questão da falta de um laboratório, falta de recursos, até mesmo em projetos que são incentivados pelo Estado. Não é enviada a verba no tempo hábil que se exige o desenvolvimento e aplicação, como o projeto anual da Feira de Ciências. Portanto, além de não ofertar recursos dos mais simples que é uma Xerox (cópia), até os materiais de um laboratório, a escola deveria atuar na capacitação dos docentes (cursos) para a utilização dos mesmos</i>
7 R	Licenciatura em Educação Física	<i>Na medida do possível a escola oferta os subsídios necessários para que as minhas aulas sejam satisfatórias. Acredito que o maior problema é o grande número de alunos por sala de aula</i>

**Legenda:** As letras E e R, alocados na frente do número de ordenação, correspondem às siglas de abreviação do vínculo do professor, respectivamente, Efetivo e REDA (temporário na Bahia).

**Observação:** a tabela dispõe dos diálogos na íntegra dos professores pesquisados.

Tabela 5 – Sugestões dos professores da pesquisa à escola para melhoria das aulas.

(Conclusão)

Nº	Graduação	Sugestão à escola para um bom desenvolvimento da aula
8 R	Licenciatura em Biologia	<i>Um laboratório equipado com microscópios, modelos anatômicos e materiais básicos para aulas práticas. Porque na realidade no colégio muitas vezes não tem nem o material essencial/básico para aulas teóricas como por exemplo papel A4.</i>
9 R	Licenciatura em Biologia	<i>Uma classe com menos alunos; laboratório de Biologia, de informática e Biblioteca ativos, pois traria diversidade às aulas; recursos financeiros para aulas em campo; salas com ar condicionado, pois o barulho dos ventiladores atrapalham o desenvolvimento das aulas, mas é necessário sua utilização nos dias de calor.</i>
10 R	Licenciatura em Biologia e Pedagogia	<i>Material didático-pedagógico. Na instituição em que trabalho não temos nem tabela periódica. Temos um laboratório de Ciências sem equipamentos, nem reagentes. Para aulas de Biologia não temos nenhum recurso também.</i>
11 R	Licenciatura em Biologia	<i>Os instrumentos básicos, vidraria (o mínimo), modelos anatômicos (o mínimo) e uma sala específica para esses materiais.</i>
12 E	Apenas o antigo Magistério	<i>Sugiro um laboratório de ciências biológicas e que mais projetos fossem desenvolvidos.</i>

**Legenda:** As letras **E** e **R**, alocados na frente do número de ordenação, correspondem às siglas de abreviação do vínculo do professor, respectivamente, Efetivo e REDA (temporário na Bahia).

**Observação:** a tabela dispõe dos diálogos na íntegra dos professores pesquisados.

O laboratório de ciências continua para esses professores como aporte importante para o desenvolvimento das aulas de biologia. As práticas durante as aulas são reconhecidas por esses professores como elemento de sua metodologia de ensino que faria muita diferença nas aulas. Um total de 10 professores percebeu que a ausência do laboratório na escola contribui no aumento das dificuldades no ensino de biologia. Sobre a importância dos laboratórios, Krasilchik (2011, p.124) destaca que “[...] a grande maioria dos professores de biologia e ciências concordará quanto à necessidade de uma considerável parte prática em seus cursos para poderem atingir plenamente os objetivos visados [...]”, pois quando se faz a aula prática muito

maior será a interação do aluno com o tema e melhor será a apreensão do conteúdo.

A presença de um laboratório de ciências é sempre um grande suporte para os professores de biologia. No entanto, a manutenção desse laboratório e a preparação do mesmo para as práticas demandam a contratação de pessoal. O professor pesquisado código 6R da Tabela 4, relata a sua preocupação com a falta de tal espaço na escola, se sentindo impotente por não conseguir aproximar seu aluno ao que se vê nos livros. Assim, o professor fica refém, pois nas “[...] condições do trabalho, no dia a dia escolar observam-se carências enormes, que vão de existência de material para trabalhar à manutenção do que existe como patrimônio [...]” Gatti (2016, p. 1680).

A falta de recursos audiovisuais, insumos para aulas e preparação de material de apoio pedagógico foram lembrados por 6 dos professores pesquisados, os mesmos alegam, conforme a Tabela 4, que isso tem trazido grandes contratempos às aulas. Quando não podem preparar devidamente as aulas, a disciplina fica prejudicada, principalmente biologia, que requer a execução de práticas.

Dois professores, mostraram preocupação com o número de alunos por turma. Dois professores, conforme a Tabela 4, 2R e 6R, sugeriram a oportunidade de formação continuada, pois o que deveria ser uma ocorrência natural pela legislação aparece como sugestão nesta dissertação.

A professora 9E da Tabela 4 faz uma série de sugestões provocando o surgimento de diversas categorias como: laboratório de biologia, laboratório de informática, biblioteca, ar condicionado nas salas, recursos financeiros para aulas de campo. Tais sugestões são muito pertinentes, pois é algo que na sua visão está fora da sua realidade e que o surgimento ou a realização destas sugestões poderiam melhorar muito a sua prática como a de outros colegas.

O que você almeja na sua formação profissional, ou seja, o que você vai buscar ou tem buscado profissionalmente? Isso foi perguntado aos professores pesquisados e o resultado foi bastante diversificado, talvez por conta da heterogeneidade do grupo onde constam efetivos e REDA, Licenciados em Biologia ou não, alguns jovens e outros se aposentando.

Percebemos que muitos deles, almejam pós-graduação em nível de mestrado. Foram exatamente 6, os que responderam explicitando essa pretensão, o que demonstra grande preocupação e reflexão da parte destes profissionais. Mesmo estando sob uma condição de contratos temporários, caso da maioria dos docentes, independe essa busca pela formação continuada.

Muitas modalidades de cursos surgem à disposição desses professores, tais como cursos de formação continuada, especializações e outros. O que convém refletir nesse momento é o que está disponibilizado a um grupo de professores específicos e com poucas condições favoráveis ao afastamento para esse tipo de formação. O que pode ser ofertado a esses professores e quais as ações que poderão ser ofertadas, é uma discussão e uma reivindicação que vem há décadas. Nesse sentido, Gatti (2008, p.57) salienta:

À parte as discussões conceituais, no âmbito das ações dirigidas e qualificadas explicitamente para esse tipo de formação, vê-se que, sob esse rótulo, se abrigam desde cursos de extensão de natureza bem diversificada até cursos de formação que outorgam diplomas profissionais, seja em nível médio, seja em nível superior. Muitos desses cursos se associam a processos de educação a distância, que vão do formato totalmente virtual, via internet, até o semipresencial com materiais impressos.

Alguns dos professores pesquisados fizeram pós-graduações em Instituições de Ensino Superior – IES em modalidades ofertadas, como citado por Gatti (2008), com essa mesma nomenclatura de formação continuada. Não se pode afastar os interesses políticos e empresariais quando se pensa na formação continuada de professores. Muitas são as ofertas, ao tempo que são publicadas intenções de atender a deficiência de políticas de formação continuada. Em meio a tantas, cabe aos poderes zelar pela qualidade, atenção e legalização desses tipos de curso, Gatti, (2008, p. 68)

Uma década é pouco tempo, em termos históricos. Nesse período ensaiaram-se processos diversos para a formação continuada de professores, avaliaram-se algumas das iniciativas, discutiram-se teoricamente questões de intencionalidades, fundamentos e princípios, mas esse caminhar é recente. Entretanto, já oferece questões das quais os poderes e os gestores públicos em todos os níveis terão de ocupar-se em seu papel regulador e avaliador, como responsável pela qualidade da educação no país.

Essa é a questão desses professores especificamente, que através dessa pesquisa e dessa indagação deixam claro a sua busca por “valorização” e “reconhecimento”

profissional. Foram 6 professores que manifestaram essa necessidade, pois os mesmos trazem consigo o fato de que serão importantes para a escola e o sistema se portarem cursos de formação continua ou pós-graduação. O nosso país não possui uma cultura respeitosa quanto ao professor, diferentemente do que fazem outros países que, segundo Gatti (2013-2014, p.35), “[...] vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional cuidando, sobretudo, dos formadores, ou seja, dos professores, que são os personagens centrais e mais importantes [...]” no processo de ensino e aprendizagem.

O que falta culturalmente no nosso país e para os professores pesquisados é ter reconhecida na própria docência a continuação da sua formação. A sua profissionalização se condiciona, segundo Gatti (2013-2014, p.41), “[...] tanto pela sua formação básica na graduação, como por suas experiências com a prática docente, iniciada na graduação e concretizada no trabalho [...]” das diversas esferas da grande rede de ensino. Independente do vínculo a que estão submetidos esses professores, a sua formação continuada prossegue, segundo Cunha (2013, p.612) “[...] refere-se a iniciativas instituídas no período que acompanha o tempo profissional dos professores. Pode ter formatos e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. [...]” dinâmico, ou seja, continuamente.

Os professores, depois que se formam, saem das universidades e enfrentam a sala de aula e encontram inúmeros obstáculos. Quem se importa com esses choques de realidade? As instituições deveriam prever tais questões e desenvolverem programas de apoio a esse profissional ainda tão precoce numa carreira de importância tão singular. Não são poucos os problemas enfrentados, e que atualmente alcançaram proporções gigantescas, com o avanço tecnológico aliado à falta de apoio e/ou legislações que amparem o professor diante de alunos com comportamento ruim.

Esperar que os poderes públicos percebam que a formação continuada dos professores está intimamente ligada às questões sociais, comportamentais do aluno, seria um grande avanço, mas não o percebem assim. Segundo Cunha (2013, p. 618):

[...] Os baixos salários levam ao fenômeno da intensificação e as condições não condizentes de trabalho influenciam a autoestima dos docentes, sendo

parte substancial das mazelas que se instalam nas suas trajetórias profissionais. Esses fenômenos ratificam a posição de que a reflexão a respeito da formação e o exercício docente exige uma relação intrínseca com o contexto social, seus valores e tensões, explicitando a constante atualidade de sua discussão.

Assim sendo, ainda poderemos idealizar uma carreira docente pautada no respeito ao sistema de ensino através de representantes sérios da sociedade. Um país que não valoriza o profissional de educação não poderá estar em paz com o que o futuro nos reserva. O caminho de grandes conquistas começa na escola; o sistema educacional deve estar voltado aos principais personagens da educação, os professores. Na continuidade de sua formação, não basta uma legislação frágil, susceptível à ação de políticos que não querem ou não conseguem perceber nesses profissionais a importância do seu papel.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa investigamos os principais problemas e desafios didático-pedagógicos enfrentados pelos professores de Biologia da Rede Estadual de Educação que atuam no Ensino Médio nas escolas dos municípios de Nova Viçosa e Mucuri, localizados no extremo sul da Bahia. Para tanto traçamos o perfil dos professores que atuam na disciplina Biologia nestas escolas, observamos a sua formação e condições do recebimento dessa formação, identificamos as condições de trabalho, oferta de disciplinas e número de alunos por turma que são oferecidas pela rede de ensino do estado da Bahia a esses professores e como estas condições influenciam diretamente no ensino que ofertado. Identificamos e analisamos os principais programas de formação continuada que o estado da Bahia oferece a esses professores e, ainda, problematizamos as formas de acompanhamento dos professores submetidos a eles, considerando as suas práticas metodológicas.

Investigamos e tentamos responder às inquietações que emergiram a partir do contexto vivenciado no chão da escola por quase 20 anos como professor de Biologia, entre estágio remunerado, temporário e, finalmente efetivo. Percebemos as diversas necessidades destes professores que partem de sua formação com uma maior atenção ao início da carreira e a fragilidade dos primeiros contatos coma a escola, a continuidade sistematizada dessa formação, com o acompanhamento interativo entre a parte formadora e o professor. Constatamos o sentimento de “desvalorização” destes professores, a partir do tratamento, dispensado de forma diversificada pelo Governo do Estado da Bahia de acordo com o vínculo de trabalho.

Buscamos alcançar esses objetivos a partir da organização metodológica onde a revisão bibliográfica privilegiou o tema estudado. A coleta de dados através dos questionários semiestruturados possibilitou o acesso às condições desses professores, tornando a investigação bastante qualitativa. Analisamos o conteúdo de forma categórica utilizando as interlocuções dos professores submetidos aos questionários, dimensionando diversos aspectos de suas práticas metodológicas e convivência no ambiente de trabalho, assim como os seus sentimentos a respeito da comunidade escolar que estão inseridos.

A partir da coleta de dados traçamos o perfil dos professores desta investigação, apontamos aspectos significativos de sua condição atual para desenvolvimento de sua prática, sua formação continuada e suas aspirações para o futuro.

Os professores das escolas de ensino médio da rede estadual das cidades de Nova Viçosa e Mucuri no extremo sul da Bahia são formados na sua grande maioria por professores temporários denominados REDA, alguns muito jovens e em início de carreira cuja formação não foi suficiente para a realidade da sala de aula. Para muitos pesquisadores como Gatti (2016), Krasilchik (2011), Silva (2015), Libâneo (1998), Freire (1975), a ausência desta preparação para exercício da docência é notada, tanto nas IES formadoras, quanto do ambiente escolar que recebe esses novos docentes, tornando a questão recorrente.

A formação de professores na atualidade visa atender as legislações que a profissionalização docente exige. No entanto, na prática, o que se vê é a oferta de cursos cujas formações são descomprometidas com as questões locais e culturais, ignorando totalmente as necessidades regionais condicionadas pelo perfil dos estudantes. Na região é notória a ação das mais diversas IES particulares e com modalidades de ensino que deixam a desejar nas suas formações, explicitando a força política local no interesse de grupos empresariais descomprometidos com os rumos educacionais do país, nem preocupadas com a estrutura ou currículos dos cursos ofertados. Isso aumenta significativamente as dificuldades metodológicas enfrentadas pelos professores pesquisados.

Quanto à formação continuada, não se poderia nesse contexto deixar de perceber que apesar das legislações existentes a seu respeito, não tem sido cumprida como deveria conforme a sua concepção. Nesse caso os poderes públicos posicionam-se, através da contratação de professores REDA (temporários do estado da Bahia), a partir da demanda sinalizada pelo processo natural da carreira docente, aposentadorias, saciando a sua necessidade política de distribuir “empregos”. No entanto, esses contratados não têm direito à formação continuada que se oferta aos professores efetivos a fim de atender as exigências do plano de carreira, pois não são sequer contemplados nesses planos de carreira e durante as suas interlocuções deixam evidente essa angústia. Trata-se de um contrato de trabalho precário fazendo com que estes profissionais não tenham condições de realizar um trabalho

de qualidade, na medida em que o baixo salário os obrigue a ter mais de um emprego. Tal realidade traz à gestão pública a certeza de que está atendendo o direito primário do cidadão, o direito à educação gratuita, mas sem ter a dignidade de preocupar-se com a qualidade dessa educação.

O governo do estado da Bahia oferta cursos através do Instituto Anísio Teixeira, órgão destinado a prestar formação continuada e aperfeiçoamento, inclusive, na modalidade mais conveniente aos interesses políticos, exemplo: à distância, utilizando a internet, ofertada apenas aos professores efetivos. Esse tipo de curso tem sua conclusão vinculada a reajustes salariais que não chegam a reparar a perda salarial real. Com esse tipo de política, o professor efetivo é desestimulado, pois percebe que está inserido numa profissão cujo plano de carreira não tem mostrado uma estrutura que seja interessante, desgastando a profissão e socialmente desmerecendo o docente.

Os professores REDA de biologia das escolas pesquisadas demonstraram que durante a distribuição de disciplinas e cargas horárias, são obrigados, à custa de serem mantidos nos empregos, a lecionarem disciplinas que nada têm a ver com a sua área de formação, mostrando-se como meras peças nas mãos de um sistema político violento e que se esconde na demagogia do discurso das boas intenções para com os profissionais docentes e a educação nacional.

Os dados obtidos nessa pesquisa nos deram a realidade das escolas para a prática do ensino de Biologia; pudemos observar que todas as escolas pesquisadas não possuem laboratórios, inclusive de ciências, apoio pedagógico e materiais a disposição para que o professor possa desenvolver a sua metodologia de ensino. Alguns docentes relataram o imprevisto no desenvolvimento de aulas interessantes, estimuladoras da curiosidade e promotoras do pensamento do aluno. A escassez de material para os professores trabalharem limita consideravelmente o seu repertório didático, prejudicando o desempenho do aluno e dificultando o planejamento das aulas do professor, que tem sido recorrente nas escolas brasileiras.

O estágio supervisionado durante a formação docente se mostrou imprescindível e de grande contribuição para a preparação do futuro docente, apresentando-o à realidade das escolas e experimentando-o no contato com os alunos de uma

comunidade específica. Não deixando de salientar que a presença do professor supervisor é condição primordial para o sucesso deste estágio, assim como a boa relação entre a escola e a IES, para que o futuro docente não tenha visão equivocada de sua profissão. O estágio supervisionado foi muito elogiado pelos interlocutores, na forma como é desenvolvido e com pequenas ressalvas, nada que não poderia ser repensando no currículo pelos professores formadores em suas políticas educacionais institucionais.

Há que se intervir, após a investigação, através de reuniões, encontros e debates, junto a esses profissionais que participaram desta e apresentá-los os resultados da pesquisa. Entendendo que estes foram objeto da mesma, seria de muita nobreza honrá-los com apontamentos e direcionamentos das suas práticas docentes, auxiliando-os nas suas dificuldades e na busca de direitos, ao passo que possam perceber que o investimento em suas formações e autoestima dependem única e exclusivamente de suas iniciativas e força de vontade.

Por fim, a pesquisa constatou a necessidade de políticas educacionais nas escolas pesquisadas, não diferente do restante do estado e do país, de acordo com várias pesquisas. Há que se posicionar contra essa sensação de impotência que tem atingido todos os profissionais da educação desde a sua profissionalização. Independente do vínculo trabalhista é preciso atinar à escandalosa desvalorização docente, independente da esfera em que se encontra o profissional, se municipal, estadual ou federal. O pensamento deve ser único e sem privilégios, pois não se pode sentir bem quando grande parte da categoria agoniza. A saída para todos esses problemas seria simples: a união da classe, característica ainda escassa em boa parte dos profissionais de educação. Isso pode ser visto e vivido durante mobilizações dessa categoria, que o tempo todo é prejudicada.

Entendemos, nessa investigação com respeito aos nossos professores pesquisados, que se trata de bons profissionais, aplicados com o compromisso nobre de educar, criativos e responsáveis, com princípios éticos e morais diante dos seus alunos e comunidade escolar. Não permissivos, mesmo sob o jugo constrangedor de políticas públicas do sistema educacional baiano, à desilusão profissional, mas cientes de seu valioso papel para a sociedade e da sua importância percebida pela comunidade escolar da qual faz parte. Somos nesse momento apenas mais uma

voz, mas cientes de que existem muitas por aí muitas, crentes e lúcidos na certeza que uma nação não prospera virando as costas para a educação pública e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.102.

ARRUDA, S. M.; LIMA, J. P. C.; PASSOS, M. M. Um novo instrumento para a análise da ação do professor em sala de aula. **Revista Brasileira de pesquisa em Educação em Ciências**, v. 11, n. 2, p. 139-160, 2012.

BAHIA (estado). **Decreto nº 16.417 de 16 de Novembro de 2015**. Salvador, 2015. Disponível em <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em:17 jul. 2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.064 de 07 de Abril de 2004**. Salvador, 2004. Disponível em <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em:17 jul. 2017

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002**. Salvador, 2002. Disponível em <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em:17 jul. 2017

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.970 de 05 de janeiro de 2004**. Salvador, 2004. Disponível em <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em:17 jul. 2017

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 325, de 17 de janeiro de 2017**. Salvador, 2017. Disponível em <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 17 jul. 2017

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 5449, de 04 de julho de 2014**. Salvador, 2014. Disponível em <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 516 p.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

BONILLA, M. H; PRETTO, N. D. L. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, 2015.

BRASIL. Decreto nº 11.944, de 24 de junho de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 jun. 2001. Disponível em; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 nov. 2007. Disponível em; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 set. 1996. Disponível em;

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 2006. Disponível em; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 2 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 dez. 1996. Disponível em; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Despacho do Parecer CNE/CP 28/2001, de 17 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jan. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 14 Abr. 2018.

BRICCIA, V.; CARVALHO, A. M. P. Competências e formação de docentes dos anos iniciais para a educação científica. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2016.

BRITO, A. E. (Re) discutindo a formação de professores na interface com o estágio supervisionado. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 56, n. 2, p. 1-7, 2011.

CARVALHO, A. M. P., GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo, Cortez, 2011. 127 p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHARLOT, B. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer CNE/CEB nº 10, de 3 de setembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de set. 1997. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb010\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb010_97.pdf)> Acesso em: 17 jul. 2017

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CEB nº 03, de 08 de outubro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de dez. 1997. Seção 1 - p. 22987. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2322-rceb003-97&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2322-rceb003-97&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 17 jul. 2017

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 609-625, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Folha de São Paulo; Nova Fronteira, 1995.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da indignação cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: editora UNESP. **Coleção prismas**, 2000. 134 p.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, n. 100, p. 33-46, 2013-2014.

\_\_\_\_\_. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de educação**, v. 13, n. 37, 2008. p. 57-186.

\_\_\_\_\_. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

\_\_\_\_\_. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014.

GATTI, B. A; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**: Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 175.

GOOGLE EARTH. **Mapas das Regiões de Mucuri e Nova Viçosa – Bahia**. 2018. Disponível em: < [https://earth.google.com/web/@-18.12357963,-40.05827999,117.81718052a,259104.30123556d,35y,0h,0t,0r/data=Ck0aSxJFCiMweGNhZDQ1NmI1OTc3N2Y5OjB4ZWFMNDc3NTFhMzU4MzI4Mhkl4HyPnxwCF\\_ngYMkq9DwCoMTm92YSBWacOnb3NhGAEGAQ](https://earth.google.com/web/@-18.12357963,-40.05827999,117.81718052a,259104.30123556d,35y,0h,0t,0r/data=Ck0aSxJFCiMweGNhZDQ1NmI1OTc3N2Y5OjB4ZWFMNDc3NTFhMzU4MzI4Mhkl4HyPnxwCF_ngYMkq9DwCoMTm92YSBWacOnb3NhGAEGAQ)>. Acesso em 20 jan. 2018



GUIA GEOGRÁFICO. **Mapas do Brasil e do Mundo**. Disponível em: <http://www.guiageo.com/pictures/brasil-politico.jpg>. Acesso em: 20 jan. 2018

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 120 p.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. O. **Carreira docente e valorização do magistério**: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, v. 27, n. 2, 2016. p. 177-202.

KENSKI, V. M. Novas tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 58-71, 1998.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. rev. e ampl. 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 200 p.

KRASILCHIK, M.; ARAÚJO, U. F. Novos caminhos para a educação básica e superior. **Com Ciência**, n. 115, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?**: Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998. 104 p.

\_\_\_\_\_. Formação de professores e Didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 2, p.1-22, 2015.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013 ou 2014 . 112 p.

MARANDINO, M., SELLES, S. E., & FERREIRA, M. S. **Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa**. Niterói: EDUFF, 2005. 208 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MARIN, A. J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 13-20, 1995.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 245 p.

NOVAES, L. C. A formação des(continuada) dos professores temporários: provisoriedade e qualidade de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 30, maio/ago, p. 247 -265,2010.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun,1999.

SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 942-959, 2017.

SELLES, S. E. Formação continuada e desenvolvimento profissional de professores de ciências: anotações de um projeto. **Rev. Ensaio**, Belo Horizonte, v.02, n.02, p.167-181, jul-dez, 2000.

SELLES, S. E., FERREIRA, M. S. (Org.). **Formação docente em Ciências: memórias e práticas**. Niterói: Eduff, 2003. 176 p.

SOBRINHO, J. A. C. M.; CARVALHO, J. A. A formação continuada de professores: modelos clássico e contemporâneo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 11, n. 15, p. 75 - 92, jul./dez., 2006.

TARDIF, M. "Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários." **Revista brasileira de Educação**, v.13, n.5, p. 5-24, 2000.

TAVARES, R. H. **Didática Geral**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011. 141 p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE – A

#### TRANSCRIÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NOS QUESTIONÁRIOS

**PESQUISA:** SITUAÇÃO ATUAL, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, DOS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL EM NOVA VIÇOSA E MUCURI – BAHIA

Pesquisador: Geraldo Francisco Rosa Junior

#### MUCURI

##### **Colégio Estadual Integração**

Endereço: Av. Estados Unidos, 79, Cidade Nova, Itabatã, Mucuri – Bahia.

---

Professor:	1
Sexo:	feminino
Idade:	25 – 29 anos
Formação:	Licenciatura em Ciências Biológicas
Instituição:	UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X
Programa/Projeto:	não
Conclusão:	2015
Pós-Graduação:	não
Tempo de Docência:	5 anos
Como Prof. Biologia:	3 anos
Carga Horária:	40h
Séries:	sem turmas de Biologia

---

Professor:	2
Sexo:	feminino
Idade:	35 – 39 anos
Formação:	Ciências – Licenciatura Plena em Biologia
Instituição:	Universidade do Oeste Paulista
Programa/Projeto:	não
Conclusão:	2002
Pós-Graduação:	Docência do Ensino Superior – Faculdades Integradas de Jacarepaguá – Rio de Janeiro.
Tempo de Docência:	17 anos
Como Prof. Biologia:	17 anos
Carga Horária:	40h
Séries:	1ª, 2ª e 3ª

---

Professor: 3  
 Sexo: feminino  
 Idade: 25 – 29 anos  
 Formação: Bacharelado em Ciências Biológicas e Complementação Pedagógica em Ciências Biológicas.  
 Instituição: CEUNES/UFES  
 Programa/Projeto: Representação Social de Restinga dos alunos do Balneário de Guriri – ES, CEUNES/UFES, Educação Ambiental, 1 semestre.  
 Conclusão: 2014  
 Pós-Graduação: não.  
 Tempo de Docência: 3 anos  
 Como Prof. Biologia: 3 anos  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1°, 2° e 3° anos E. Médio e EJA - VII

---

Professor: 4  
 Sexo: feminino  
 Idade: 40 – 44 anos  
 Formação: Zootecnia, Licenciatura em Química.  
 Instituição: UFRRJ e UNIMES  
 Programa/Projeto: não.  
 Conclusão: 2002 e 2008  
 Pós-Graduação: Ensino de Química, EaD, FAVINI  
 Tempo de Docência: 14 anos  
 Como Prof. Biologia: 14 anos  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1°, 2° e 3° anos E. Médio

---

### Condições de Trabalho

Distância casa/trabalho: <sup>1</sup> 300 m.

<sup>2</sup> 1 km.

<sup>3</sup> 2 km.

<sup>4</sup> 1 km.

Outras disciplinas: <sup>1</sup> sim. Matemática 1° e 3° anos, Química 1° e 2° anos, Física 1° e 2° anos, Ed. Física no 3° ano, E. Médio.

<sup>2</sup> sim. Ciências Naturais, 6° e 7° anos Fundamental II.

<sup>3</sup> sim. Química 1°, 2° e 3° anos, EJA VII, Ensino Médio

<sup>4</sup> sim. Química 1°, 2° e 3° anos, Ensino Médio.

Nº alunos/turma: <sup>1</sup> 40 alunos

<sup>2</sup> 35 alunos

<sup>3</sup> 30 alunos

<sup>4</sup> 35 – 40 alunos

Satisfação: <sup>1</sup> sim

<sup>2</sup> não

<sup>3</sup> sim

<sup>4</sup> não

Justificativa:

<sup>1</sup> *“Satisfeita.”*

<sup>2</sup> *“20 alunos. Sem justificativa.”*

<sup>3</sup> *“Satisfeita*

<sup>4</sup> *“30. Melhor atendimento por aluno e controle da sala.”*

Formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique

<sup>1</sup> *“Sim, pois é a minha única renda mensal.”*

<sup>2</sup> *“ Não, porque até hoje não tive um plano de carreira que fosse cumprido. Na realidade, deveria influenciar no salário.”*

<sup>3</sup> *“ Não Influencia. Porque exerço a docência em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Esta modalidade de seleção pública não oferece estabilidade e muito menos incentivo para formação continuada e cursos de pós-graduação.”*

<sup>4</sup> *“Sim, mas não satisfatório.”*

O que você sugere que a escola ofereça para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

<sup>1</sup> “Um laboratório de ciências da natureza adequado.”

<sup>2</sup> “Cursos de formação continuada, recursos audiovisuais disponíveis nas escolas, apoio pedagógico e respeito.”

<sup>3</sup> “Sugiro que a escola ofereça recursos didáticos para o processo de aprendizagem dos alunos, como por exemplo, laboratórios de aulas práticas.”

<sup>4</sup> “Laboratórios equipados.”

### Didática e Formação Continuada

Resumidamente, o que é Didática para você?

<sup>1</sup> “É uma disciplina que trata-se dos métodos e técnicas de ensino.”

<sup>2</sup> “É o ramo da ciência pedagógica que tem como objetivo de ensinar métodos e técnicas que possibilitam a aprendizagem do aluno por parte do professor ou instrutor.”

<sup>3</sup> “Para mim, didática nada mais é do que a arte de ensinar, utilizando uma variedade de recursos para isso.”

<sup>4</sup> “Formas de transmitir o conhecimento.”

Como avalia a sua didática na sala de aula?

<sup>1</sup> “Apesar de não atuar na minha área de formação, considero a minha didática satisfatória uma vez que utilizo várias técnicas para chegar ao meu objetivo ‘aprendizagem’.”

<sup>2</sup> “Boa; por ser uma disciplina prática tenho facilidades de escolher os melhores caminhos em cada caso para chegar a uma determinada meta ou objetivo; mas, falta recursos pedagógicos.”

<sup>3</sup> “Avalio como mediana.”

<sup>4</sup> “Satisfatória.”

A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique.

<sup>1</sup> “Não, pois o que vi na teoria é totalmente diferente da realidade em sala de aula. Acredito que para uma melhor formação deve-se aumentar a carga horária dos estágios.”

<sup>2</sup> “Não, porque a realidade é bem diferente.”

<sup>3</sup> “Não, pois não nos mostrou as dificuldades que o professor tem que passar para lecionar, inclusive o relacionamento com alunos.”

<sup>4</sup> “Em partes.”

Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la?

<sup>1</sup> *“Não. Cursar um mestrado e doutorado.”*

<sup>2</sup> *“Sim, amo o que faço. Não, reconhecimento financeiro e melhores condições de trabalho.”*

<sup>3</sup> *“Não, tenho que buscar mais conhecimento para o meu crescimento profissional e intelectual.”*

<sup>4</sup> *“Não. Pretendo continuar os estudos.”*

Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semi presencial ou EaD) e instituição promotora?

<sup>1</sup> *“Após concluir a minha graduação não fiz nenhum curso adicional.”*

<sup>2</sup> *“Em 2016, EaD.”*

<sup>3</sup> *“Em 2016, EaD, Veduca.com.br.”*

<sup>4</sup> *“2015, EaD, MEC.”*

Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação?

<sup>1</sup> *“Não fez.”*

<sup>2</sup> *“Com certeza. Toda formação aperfeiçoa a prática docente, os cursos são essenciais para o bom aperfeiçoamento do trabalho.”*

<sup>3</sup> *“Não houve retorno da instituição promotora. Mas, houve melhorias na minha docência após a formação.”*

<sup>4</sup> *“Não.”*

O que você almeja na sua formação profissional?

<sup>1</sup> *“Ser uma professora reconhecida pelo ótimo trabalho desenvolvido.”*

<sup>2</sup> *“Valorização profissional, melhores condições de trabalho e reconhecimento financeiro.”*

<sup>3</sup> *“Almejo um incentivo para o professor continuar estudando em busca de renovação de conhecimento, pois isso implica e se processa durante toda vida profissional, sem esquecer da devida valorização e melhor remuneração, condições de trabalho e carreira.”*

<sup>4</sup> *“Fazer mestrado.”*

## Reconhecimento Profissional

Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente?

<sup>1</sup> “Os alunos me consideram uma boa professora, pois dizem que aprendem com facilidade nas minhas aulas. Os colegas percebem minha dificuldade principalmente por estar atuando fora da minha área. A direção acredita que sou uma profissional altamente capacitada por conseguir lecionar disciplinas fora da minha formação.”

<sup>2</sup> “Assídua, responsável, profissional, divertida e sincera. Mas toda regra tem exceção. Tem algumas divergências. Não conseguimos agradar a todas as pessoas.”

<sup>3</sup> “Na escola onde leciono, alguns alunos demonstram desinteresse por parte da disciplina, mas demonstram também respeito. Sinto que os colegas e direção me percebem como uma boa profissional e que eu estou ali para compor a equipe de grandes professores.”

<sup>4</sup> “Acho que sou bem avaliada.”



**Colégio Estadual Jaci Ferreira dos Santos**

---

Endereço: Pça Custódia Costa Oliveira, 101, Centro, Mucuri - BA

---

Professor: 1  
Sexo: feminino  
Idade: acima de 50 anos  
Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas  
Instituição: FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências - EaD  
Programa/Projeto: Programa de Formação Continuada de Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR; Psicopedagogia.  
Conclusão: 2008  
Pós-Graduação: Ciências Biológicas – Semi presencial- FANAN  
Tempo de Docência: 26 anos  
Como Prof. Biologia: 26 anos  
Carga Horária: 40h  
Séries: 1º, 2º e 3º anos e EJA VII, Ensino Médio

---

### Condições de Trabalho

Distância casa/trabalho: <sup>1</sup> 1,2 km.

<sup>2</sup> 27 km, mora numa localidade e ensina em outra.

Outras disciplinas: <sup>1</sup> sim. Artes – 1º anos e EJA VI e VII do E. Médio.

<sup>2</sup> sim. Redação, Sociologia e Filosofia 1º ano, Filosofia 2º ano do E. Médio. Química e Física 9º ano, Artes 6º, 7º, 8º e 9º Ano do Fundamental II.

Nº alunos/turma: <sup>1</sup> 38 alunos

<sup>2</sup> 36 alunos

Satisfação: <sup>1</sup> não

<sup>2</sup> não

Justificativa:

<sup>1</sup> *“25 alunos, a sala fica mais tranquila e o professor consegue atender melhor tirando as dúvidas dos alunos.”*

<sup>2</sup> *“20 alunos por classe. Acredito que conseguiria trazer os alunos para serem mais participativos nas aulas, e facilitaria na hora de tirar as dúvidas individualmente.”*

Formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique

<sup>1</sup> *“Sim, com a pós-graduação melhorou meu salário, ajudando na manutenção da casa (família).”*

<sup>2</sup> *“Não. Não tenho nenhum curso de pós-graduação.”*

O que você sugere que a escola oferte para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

<sup>1</sup> *“Reativar o laboratório de ciências para o aluno fazer experiências facilitando o conhecimento.”*

<sup>2</sup> *“Uma classe com menos alunos; laboratório de Biologia, de informática e Biblioteca ativos, pois traria diversidade às aulas; recursos financeiros para aulas em campo; salas com ar condicionado, pois o barulho dos ventiladores atrapalham o desenvolvimento das aulas, mas é necessário sua utilização nos dias de calor.”*

## Didática e Formação Continuada

Resumidamente, o que é Didática para você?

<sup>1</sup> *“Ensinar métodos ou técnicas que possibilitem a aprendizagem do aluno.”*

<sup>2</sup> *“É o meio que possibilita o ensino aprendizagem de formas diversificadas que intenciona a alcançar o aluno de uma maneira ou de outra (ex. seja na teoria e prática; saídas a campo, jogos didáticos, músicas etc).”*

Como avalia a sua didática na sala de aula?

<sup>1</sup> *“Boa, pois desenvolvo as minhas atividades usando recursos que facilitam a compreensão do assunto estudado.”*

<sup>2</sup> *“Mediana, poderia ser melhor. Eu utilizo o que tenho e preparo alguns materiais de acordo com o conteúdo estudado, exemplos, jogos de tabuleiro, jogo da memória, juri simulado, aulas práticas em sala, no jardim da escola etc.”*

A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique.

<sup>1</sup> *“Não, fui adquirindo experiências no decorrer do tempo.”*

<sup>2</sup> *“Em partes sim, pois me proporcionou a experiência em sala de aula, nos estágios obrigatórios e como bolsista de iniciação à docência. Porém, em outras questões não, pois há realidades em sala de aula que só serão vivenciadas realmente como professor regente.”*

Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la?

<sup>1</sup> *“Sim, pois sempre me identifiquei com a disciplina.”*

<sup>2</sup> *“Não. Percebo que necessito de algumas especializações para fortalecer minha atuação como professora de Biologia e educadora, independente de conteúdos.”*

Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semi presencial ou EaD) e instituição promotora?

<sup>1</sup> *“Em 2013, semi presencial pela FANAN.”*

<sup>2</sup> *“Nunca participei.”*

Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação?

<sup>1</sup> *“Sim, pois adquiri experiências com as pesquisas, estudos feitos durante o curso.”*

<sup>2</sup> *“sem participação.”*

O que você almeja na sua formação profissional?

<sup>1</sup> *“Me realizar no profissional e financeiro, digo adquirir mais experiência, transmitir para os alunos e ter uma boa remuneração.”*

<sup>2</sup> *“Almejo me qualificar mais profissionalmente (mestrado e doutorado); almejo mais reconhecimento de modo geral, como professora de Biologia da Rede Estadual de Ensino.”*

### Reconhecimento Profissional

Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente?

<sup>1</sup> *“Me sinto realizada e gratificada pelo reconhecimento de todos.”*

<sup>2</sup> *“Acredito que eles me vêem como profissional que busca ser competente no que faz, e que tenta alcançar um resultado positivo diante do aprendizado dos alunos de forma diversificada.”*

**NOVA VIÇOSA****Colégio Estadual Eraldo Tinoco**

Endereço: Av. Odilon de Carvalho, 10, Centro, Posto da Mata,  
Nova Viçosa – Bahia.

---

Professor: 1  
 Sexo: feminino  
 Idade: 25 – 29 anos  
 Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas  
 Instituição: UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X  
 Programa/Projeto: PIBID (2 anos)  
 Conclusão: 2013  
 Pós-Graduação: Epidemiologia – EaD – UFES  
 Tempo de Docência: 5 anos  
 Como Prof. Biologia: 4,5 anos  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

Professor: 2  
 Sexo: feminino  
 Idade: 20 – 24 anos  
 Formação: Licenciatura em Educação Física  
 Instituição: Faculdade Pitágoras – Teixeira de Freitas - Bahia  
 Programa/Projeto: não  
 Conclusão: 2015  
 Pós-Graduação: não  
 Tempo de Docência: 1 ano e dois meses  
 Como Prof. Biologia: 3 meses  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

### Condições de Trabalho

Distância casa/trabalho: <sup>1</sup> 20 km, mora numa localidade e ensina em outra.

<sup>2</sup> mora em frente o colégio que trabalha.

Outras disciplinas: <sup>1</sup> não

<sup>2</sup> sim. Ed. Física 1ª, 2ª e 3ª Séries do E. Médio

Nº alunos/turma: <sup>1</sup> 38 - 42 alunos

<sup>2</sup> 35 – 45 alunos

Satisfação: <sup>1</sup> não

<sup>2</sup> não

Justificativa:

<sup>1</sup> “O número ideal seria de no máximo 30 alunos. Com essa quantidade o professor teria a oportunidade de desenvolver o seu trabalho de forma mais coerente, auxiliando nas dificuldades de aprendizagem de cada discente. Além do mais, a estrutura de uma sala de aula hoje, não condiz com a demanda de quarenta e poucos alunos, há a deficiência de espaço e estruturas básicas como ventilador.”

<sup>2</sup> “No máximo 30 alunos, pois a grande quantidade de alunos por sala de aula impede que o professor ofereça um atendimento individualizado aos alunos.”

Formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique

<sup>1</sup> “Não, pois atualmente trabalho para o Estado da Bahia, mas com um vínculo de caráter temporário, o REDA. Não havendo desta forma gratificação por formações continuadas ou cursos de pós, tal abrangência salarial só contempla aos funcionários efetivos do Estado.”

<sup>2</sup> não respondeu.

O que você sugere que a escola ofereça para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

<sup>1</sup> “Para desenvolver aulas satisfatórias e que aproxime os alunos do que explanado nos livros, seria necessário aproximá-los da prática. E na realidade do colégio nos deparamos com a questão da falta de um laboratório, falta de recursos, até mesmo em projetos que são incentivados pelo Estado. Não é enviada a verba no tempo hábil que se exige o desenvolvimento e aplicação, como o projeto anual da Feira de Ciências. Portanto, além de ofertar recursos dos mais simples que é uma xerox (cópia), até os materiais de um laboratório, a escola deveria atuar na capacitação dos docentes (cursos) para a utilização dos mesmos.”

<sup>2</sup> “Na medida do possível a escola oferta os subsídios necessários para que as minhas aulas sejam satisfatórias. Acredito que o maior problema é o grande número de alunos por sala de aula.”

## Didática e Formação Continuada

Resumidamente, o que é Didática para você?

<sup>1</sup> *“Didática seria o modo de transmitir o conhecimento. Está inserida nos preceitos pedagógicos que visam orientar a atividade educativa de modo a torná-la mais eficiente.”*

<sup>2</sup> *“São métodos e técnicas que irão auxiliar os alunos no processo de aprendizagem.”*

Como avalia a sua didática na sala de aula?

<sup>1</sup> *“Avalio a minha Didática como boa, estou sempre buscando valorizar o conhecimento prévio do aluno e a partir desse ponto busco construir e desconstruir conceitos através de jogos, dinâmicas, atividades, trabalhos e diálogos que os aproximem do objeto estudado.”*

<sup>2</sup> *“Boa.”*

A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique.

<sup>1</sup> *“Sim, o meu percurso dentro da universidade me disponibilizou uma visão da realidade em sala de aula, através das práticas, teorias pedagógicas e estágios. Além da minha vivência por 2 (dois) anos como bolsista do PIBID, onde acompanhei e participei do funcionamento do ambiente escolar de uma maneira geral.”*

<sup>2</sup> *“Sim. Os estágios contribuíram de forma significativa para que eu pudesse ter uma noção de como seria a realidade da sala de aula.”*

Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la?

<sup>1</sup> *“Não. Estou sempre em busca de novos cursos, pós, mestrado, no intuito de melhorá-la e de ampliá-la para oportunidades na área prática da biologia, em campo. Objetivando também melhorias na questão salarial.”*

<sup>2</sup> *“Sim.”*

Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semi presencial ou EaD) e instituição promotora?

<sup>1</sup> *“Em 2015, o projeto Educar para Transformar (PACTO) sendo semi presencial.”*

<sup>2</sup> *“Em 2016, modalidade EaD, Universidade Cândido Mendes.”*

Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação?

<sup>1</sup> *“Havia uma professora coordenadora do programa no Colégio, que regia as reuniões, apresentações, orientações e trocas de experiências. Havendo*

*desta forma melhorias e trocas na prática pedagógica com incremento de atividades diferenciadas.”*

<sup>2</sup> *“Não. Porque não consegui me adequar à modalidade EaD, desistindo assim do curso ainda no início.”*

O que você almeja na sua formação profissional?

<sup>1</sup> *“Atualmente tenho buscado por um título de mestrado, que acrescente em meu currículo, formação. E me possibilite trabalhar como docente no ensino superior e me abra ‘portas’ em concursos com vagas para biólogos, atuação em campo.”*

<sup>2</sup> *“Eu pretendo cursar bacharelado em Educação Física e trabalhar fora do ambiente escolar.”*

### Reconhecimento Profissional

Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente?

<sup>1</sup> *“É difícil descrever sobre reconhecimento profissional, ainda mais na carreira de professor e na forma como essa profissão e a educação é vista e tratada pela sociedade e governantes no Brasil. Mas, maneira geral, a percepção e retorno do meu trabalho ocorrem de forma imediata por parte dos alunos, me veem como uma pessoa extrovertida, sendo em sua maioria carinhosa, receptiva e interessada na forma que trabalho. Os professores me veem como uma pessoa assídua, comprometida com minhas funções/deveres, uma pessoa de bom relacionamento com os alunos e colegas. A direção acredito que também tenha essa visão. O professor é uma peça de uma engrenagem maior que é a escola. Mas, acredito que, às vezes, as pessoas que estão na direção esquecem de sua vivência em sala de aula e acabam não enxergando, não reconhecendo o docente, suas necessidades, seu trabalho, as dificuldades do dia-a-dia em sala de aula.”*

<sup>2</sup> *“Acredito que professores e alunos me veem como uma pessoa assídua, uma pessoa de bom relacionamento com alunos e professores.”*



## Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto

Endereço: Rua Girassol, s/n, Cidade Alta, Posto da Mata, Nova Viçosa - Bahia

---

Professor: 1  
 Sexo: feminino  
 Idade: 25 – 29 anos  
 Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas  
 Instituição: UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X  
 Programa/Projeto: não  
 Conclusão: 2013  
 Pós-Graduação: não  
 Tempo de Docência: 5 anos  
 Como Prof. Biologia: 5 anos  
 Carga Horária: 40h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

Professor: 2  
 Sexo: feminino  
 Idade: 25 – 29 anos  
 Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas  
 Instituição: UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X  
 Programa/Projeto: PIBID  
 Conclusão: 2016  
 Pós-Graduação: não  
 Tempo de Docência: 1 ano e 7 meses  
 Como Prof. Biologia: 1 ano e 7 meses  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

Professor: 3  
 Sexo: feminino  
 Idade: acima de 50 anos  
 Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas e Pedagogia  
 Instituição: FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências e FASB – Faculdade do Sul da Bahia.  
 Programa/Projeto: não  
 Conclusão: 2006 e 2009  
 Pós-Graduação: Gestão Escolar - FASB  
 Tempo de Docência: 24 anos  
 Como Prof. Biologia: 24 anos  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

### Condições de Trabalho

Distância casa/trabalho: <sup>1</sup> 20 km, mora numa localidade e ensina em outra.  
<sup>2</sup> 27 km, mora numa localidade e ensina em outra.  
<sup>3</sup> 800 metros.

Outras disciplinas: <sup>1</sup> sim. Química – 1ª, 2ª e 3ª Séries do E. Médio.  
<sup>2</sup> sim. Redação, Sociologia e Filosofia 1º ano, Filosofia 2º ano do E. Médio. Química e Física 9º ano, Artes 6º, 7º, 8º e 9º Ano do Fundamental II.  
<sup>3</sup> sim. Química – 1º, 2º e 3º anos; Física – 2º anos

Nº alunos/turma: <sup>1</sup> 40 alunos  
<sup>2</sup> 36 alunos  
<sup>3</sup> 35 alunos

Satisfação: <sup>1</sup> não  
<sup>2</sup> não  
<sup>3</sup> sim

Justificativa:

<sup>1</sup> “30 alunos, no máximo, ao ultrapassar esse número o professor não consegue dialogar com a turma e muito menos acompanhar o desenvolvimento de cada aluno.”

<sup>2</sup> “20 alunos por classe. Acredito que conseguiria trazer os alunos para serem mais participativos nas aulas, e facilitaria na hora de tirar as dúvidas individualmente.”

<sup>3</sup> “satisfeita”.

Formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique

<sup>1</sup> “Não, porque não sou professora efetiva, e sim em Regime temporário REDA.”

<sup>2</sup> “Não. Não tenho nenhum curso de pós-graduação.”

<sup>3</sup> “Sim, sou concursada pelo Estado da Bahia e o plano de carreira é muito bom”.

O que você sugere que a escola oferte para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

<sup>1</sup> “Um laboratório equipado com microscópios, modelos anatômicos e materiais básicos para aulas práticas. Porque na realidade no colégio muitas vezes não tem nem o material essencial/básico para aulas teóricas como por exemplo papel A4.”

<sup>2</sup> *“Uma classe com menos alunos; laboratório de Biologia, de informática e Biblioteca ativos, pois traria diversidade às aulas; recursos financeiros para aulas em campo; salas com ar condicionado, pois o barulho dos ventiladores atrapalha o desenvolvimento das aulas, mas é necessário sua utilização nos dias de calor.”*

<sup>3</sup> *“Material didático-pedagógico. Na instituição em que trabalho não temos nem tabela periódica. Temos um laboratório de Ciências sem equipamentos, nem reagentes. Para aulas de Biologia não temos nenhum recurso também.”*

## Didática e Formação Continuada

Resumidamente, o que é Didática para você?

<sup>1</sup> *“Maneira com que um professor ensina.”*

<sup>2</sup> *“É o meio que possibilita o ensino aprendizagem de formas diversificadas que intenciona a alcançar o aluno de uma maneira ou de outra (ex. seja na teoria e prática; saídas a campo, jogos didáticos, músicas etc.).”*

<sup>3</sup> *“Método, maneira ou técnica com a qual um profissional consegue utilizar para transmitir o conhecimento de modo eficiente.”*

Como avalia a sua didática na sala de aula?

<sup>1</sup> *“Regular, por falta de recursos didáticos mínimos.”*

<sup>2</sup> *“Mediana, poderia ser melhor. Eu utilizo o que tenho e preparo alguns materiais de acordo com o conteúdo estudado, exemplos, jogos de tabuleiro, jogo da memória, júri simulado, aulas práticas em sala, no jardim da escola etc.”*

<sup>3</sup> *“Sou uma professora criativa, alguns experimentos com material do cotidiano, utilizo recursos audiovisuais e atividades lúdicas,”*

A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique.

<sup>1</sup> *“Parcialmente, na faculdade aprendemos conceitos e fórmulas, mas a realidade da sala de aula fica concentrada em estágios curtos e geralmente executados em forma de projetos.”*

<sup>2</sup> *“Em partes sim, pois me proporcionou a experiência em sala de aula, nos estágios obrigatórios e como bolsista de iniciação à docência. Porém, em outras questões não, pois há realidades em sala de aula que só serão vivenciadas realmente como professor regente.”*

<sup>3</sup> *“Não, aprendi conforme os anos foram se passando em formação continuada e de acordo com os anseios dos alunos fui pesquisando novas técnicas.”*

Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la?

<sup>1</sup> “Não, deveria haver disciplinas específicas para didática do ensino de ciências e um maior tempo de prática em sala de aula.”

<sup>2</sup> “Não. Percebo que necessito de algumas especializações para fortalecer minha atuação como professora de Biologia e educadora, independente de conteúdos.”

<sup>3</sup> “Não, curso de formação em serviço na área de atuação.”

Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semipresencial ou EaD) e instituição promotora?

<sup>1</sup> “2016, semipresencial, Docência do Ensino Superior, FASB - Faculdade do Sul da Bahia.”

<sup>2</sup> “Nunca participei.”

<sup>3</sup> “PACTO – presencial – Estado da Bahia e Ciências na Escola Estado da Bahia.

Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação?

<sup>1</sup> “Mais uma vez o que foi estudado ficou no campo conceitual, sendo muito difícil trazer para realidade de um colégio público.”

<sup>2</sup> “sem participação.”

<sup>3</sup> “O salário teve um avanço, porém não contribuiu em minha prática devido a minha formação em Pedagogia e Gestão.”

O que você almeja na sua formação profissional?

<sup>1</sup> “Meu objetivo é uma formação mais específica (pós-graduação stricto sensu) voltada para pesquisa científica.”

<sup>2</sup> “Almejo me qualificar mais profissionalmente (mestrado e doutorado); almejo mais reconhecimento de modo geral, como professora de Biologia da Rede Estadual de Ensino.”

<sup>3</sup> “Trazer um curso de mestrado e doutorado que seja subsidiado pelo Estado.”

### Reconhecimento Profissional

Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente?

<sup>1</sup> “Em relação aos alunos o retorno é rápido e positivo, onde a maioria reconhece meus esforços, elogiam o meu compromisso, mas reclamam que sou muito exigente. Os colegas em sua maior parte me percebem como uma pessoa comprometida e esforçada que busca o avanço coletivo. Acredito que a direção tenha a mesma visão dos meus colegas professores.”

<sup>2</sup> *“Acredito que eles me veem como profissional que busca ser competente no que faz, e que tenta alcançar um resultado positivo diante do aprendizado dos alunos de forma diversificada.”*

<sup>3</sup> *“Embora grande parte dos alunos não busque o conhecimento transmitido pela escola, me sinto respeitada por docentes, discentes e direção.”*

## Colégio Estadual John Kennedy

Endereço: Av. Oceânica, 20, Centro, Nova Viçosa - Bahia.

---

Professor: 1  
 Sexo: feminino  
 Idade: 25 – 29 anos  
 Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas  
 Instituição: UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X  
 Programa/Projeto: PIBID  
 Conclusão: 2013  
 Pós-Graduação: Especialização em Ensino de Ciências Naturais, semi presencial – IFBA – Instituto Federal da Bahia.  
 Tempo de Docência: 5 anos  
 Como Prof. Biologia: 4 anos  
 Carga Horária: 20h  
 Séries: 1ª, 2ª e 3ª

---

Professora: 2  
 Sexo: feminino  
 Idade: acima de 50 anos  
 Formação: Magistério. Iniciou o curso em 2010 e desistiu.  
 Instituição: ?  
 Programa/Projeto: Educação para Conservação de Recifes  
 Programa Professores no Parque  
 Projeto Conhecendo a Mata Atlântica  
 Conclusão: 2008 e 2011  
 Pós-Graduação: não  
 Tempo de Docência: 32 anos  
 Como Prof. Biologia: 12 anos  
 Carga Horária: 40h  
 Séries: 1º, 2º e 3º Anos do Ensino Médio

---

### Condições de Trabalho

Distância casa/trabalho: <sup>1</sup> relativamente perto, 8 (oito) minutos de bicicleta.

<sup>2</sup> 1 km.

Outras disciplinas: <sup>1</sup> sim. Geografia, Redação, Filosofia e Sociologia – 1ª, 2ª e 3ª Séries do E. Médio.

<sup>2</sup> não.

Nº alunos/turma: <sup>1</sup> 40 alunos

<sup>2</sup> 45 alunos

Satisfação: <sup>1</sup> não

<sup>2</sup> não

Justificativa:

<sup>1</sup> *“Acredito que 20 alunos seria bom, pois o professor poderia assessorar melhor os alunos.”*

<sup>2</sup> *“O número ideal seria 35 alunos. As aulas teriam mais rendimento.”*

Formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique

<sup>1</sup> *“Por enquanto não, pois não sou concursada e sim contratada.”*

<sup>2</sup> *“Sem resposta.”*

O que você sugere que a escola oferte para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias?

<sup>1</sup> *“Os instrumentos básicos, vidraria (o mínimo), modelos anatômicos (o mínimo) e uma sala específica para esses materiais.”*

<sup>2</sup> *“Sugiro um laboratório de ciências biológicas e que mais projetos fossem desenvolvidos.”*

### Didática e Formação Continuada

Resumidamente, o que é Didática para você?

<sup>1</sup> *“Didática é a forma que o professor utiliza para passar o conteúdo ao aluno (técnica).”*

<sup>2</sup> *“Didática é a técnica de ensino que o professor usa para ministrar suas aulas.”*

Como avalia a sua didática na sala de aula?

<sup>1</sup> *“Na medida do possível é boa.”*

<sup>2</sup> “Ministro as aulas de acordo com o material que a escola fornece e com o que tenho em mãos.”

A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique.

<sup>1</sup> “Sim. Durante o período do PIBID, eu já estava inserida na sala de aula, portanto já conhecia o ambiente quando assumi a sala de aula.”

<sup>2</sup> “Sim. Apesar de ter cursado só o magistério, tenho certeza que tive uma boa preparação, o estágio me fez conhecer a realidade de sala de aula.”

Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la?

<sup>1</sup> “Não. A formação precisa de continuação. Quero continuar passar por um mestrado e que sabe o doutorado .”

<sup>2</sup> “Não. Não pretendo melhorá-la porque estou aposentando, não pretendo continuar trabalhando na área de educação.”

Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semipresencial ou EaD) e instituição promotora?

<sup>1</sup> “Estou participando – pós-graduação, semipresencial, Instituto Federal da Bahia.”

<sup>2</sup> “No ano de 2011, na UNEB, mas não concluí o curso.”

Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação?

<sup>1</sup> “Como estou em formação, mas eu uso o que é discutido durante os encontros, então sim.”

<sup>2</sup> “sem resposta.”

O que você almeja na sua formação profissional?

<sup>1</sup> “Que me traga estabilidade e que com isso eu trabalhe somente na minha área de formação podendo assim melhorar minhas aulas.”

<sup>2</sup> “Gosto da profissão, sou feliz por ter alfabetizado centenas ou milhares de alunos e por continuar trabalhando com alunos do Ensino Médio.”

### Reconhecimento Profissional

Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente?

<sup>1</sup> “Sempre ouço dos alunos que gostam das minhas aulas e dos colegas e direção que faço um bom trabalho.”

<sup>2</sup> “Quando cumpro com minhas obrigações em sala de aula.”



**APÊNDICE B**  
**CARTA AOS PROFESSORES**

Itabatã, Mucuri – BA, 15 de Maio de 2017

A (o)

Professor (a) de Biologia

**Ref.:** pesquisa sobre a Situação atual, didático-pedagógica, dos professores de Biologia da rede estadual em Nova Viçosa e Mucuri, Bahia

Caro colega,

Inicialmente, gostaria de agradecer a sua compreensão em participar desta pesquisa. Como você, também leciono Biologia na Rede Estadual no Colégio Integração, nesta localidade. Por conta de algumas inquietações surgidas durante esses diversos anos na prática desta disciplina, resolvi buscar as possíveis respostas. O questionário aqui aplicado é mais uma etapa do curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica no Centro Universitário do Norte do Espírito Santo em São Mateus (ES), CEUNES/UFES. Portanto, gostaria de lembrar que, além de ser muito importante para mim a sua participação no momento em que estiver dedicando o seu tempo em respondê-lo, poderá fazer contato comigo para possíveis dúvidas via telefone, wathsApp, SMS ou e-mail.

Sem querer abusar, se for possível, gostaria de recolhê-lo no próximo mês . Os meus contatos são: (73) 99993-5312, geraldو.chico@gmail.com

Atenciosamente,

Geraldo Francisco Rosa Júnior

**APÊNDICE C**  
**QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES**

**PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, DOS  
 PROFESSORES DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL EM NOVA VIÇOSA E MUCURI,  
 BAHIA**

PESQUISADOR: GERALDO FRANCISCO ROSA JUNIOR

COLABORADOR: .....

**QUESTIONÁRIO E/OU ENTREVISTA PARA PROFESSORES DE BIOLOGIA**

**1. Professor**

1.1. Sexo:    ☐ masculino                      ☐ feminino

1.2. Faixa etária:

☐ 20 - 24 anos    ☐ 25 - 29 anos    ☐ 30 - 34 anos    ☐ 35 - 39 anos  
☐ 40 - 44 anos    ☐ 45 - 50 anos    ☐ acima de 50 anos

**2. Formação**

2.1. Acadêmica .....  
 .....

2.2. Instituição onde se formou: .....  
 .....

2.3. Participação em algum programa/projeto especial de incentivo à docência:  
☐ SIM                      ☐ NÃO

2.3.1 Caso sim, qual o nome do programa/projeto, instituição promotora, disciplina e tempo de atuação?

.....

.....

.....

.....

2.4. Ano de Conclusão da Formação:.....

2.5. Pós-graduação:        (    ) SIM        (    ) NÃO

2.5.1. Caso sim, qual nome, área de conhecimento, modalidade de ensino (Presencial, Semipresencial ou EaD – Educação a Distância) e Instituição promotora? .....

.....

.....

.....

### **3. Situação funcional**

3.1. Tempo de docência: .....

3.2. Tempo de serviço como professor (a) de Biologia e/ou Ciências Naturais: .....

.....

3.3. Carga horária de trabalho como professor (a) de Biologia e/ou Ciências Naturais:

(    ) 20h                      (    ) 40h                      (    ) 60h

3.4. Anos/séries do Ensino Médio aos quais ministra aulas de Biologia: .....

.....

.....

**4. Condições de trabalho**

4.1. Qual a distância de sua residência para seu local de trabalho?.....

4.2. Atua em outras disciplinas que não a Biologia: ( ) SIM ( ) NÃO

4.3. Caso sim, quais e em que séries/anos? .....  
.....  
.....

4.4. Qual o número médio de alunos nas classes que atua? .....

4.5. Você está satisfeito com esse número? ( ) SIM ( ) NÃO

4.6. Caso NÃO, qual número ideal e justifique. ....  
.....  
.....  
.....  
.....

4.7. A formação continuada e cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente, influenciam na sua renda salarial? Justifique. ....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

4.8. O que você sugere que a escola oferte para que você possa desenvolver aulas que sejam satisfatórias? .....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

## 5. Didática e Formação Continuada

5.1. Resumidamente, o que é didática para você? .....

.....

.....

.....

.....

5.2. Como você avalia a sua Didática na sala de aula? .....

.....

.....

.....

.....

5.3. A sua formação inicial lhe deu preparação para a realidade da sala de aula? Justifique. ....

.....

.....

.....

.....

5.4. Você está satisfeito com a sua formação, sim ou não? Caso Não, o que você propõe para melhorá-la? .....

.....

.....

.....

5.5. Qual foi a última vez que você participou de um curso de formação continuada, modalidade (presencial, semipresencial ou EaD) e instituição promotora? .....

.....

.....

.....

.....

5.6. Houve retorno da instituição promotora, e conseqüentemente, melhorias em sua prática docente após essa formação? .....

.....

.....

.....

.....

5.7. O que você almeja na sua formação profissional? .....

.....

.....

.....

.....

## 6. Reconhecimento profissional

6.1. Como você sente que os seus alunos, colegas e direção o percebem como docente? .....

[illegible]

## APÊNDICE D

### AUTORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DO COLÉGIO...

PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, DOS  
PROFESSORES DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL EM NOVA VIÇOSA E  
MUCURI, BAHIA

#### AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA E DIVULGAÇÃO DE DADOS - PROFESSORES

Os professores da Área de Ciências da Natureza, especificamente na disciplina de  
BIOLOGIA da UEE – COLÉGIO .....,  
localizada à....., autorizam o  
aluno/pesquisador Geraldo Francisco Rosa Junior a aplicar o questionário e divulgar  
os dados referentes à pesquisa, para fins acadêmicos de estudo e pesquisa do  
curso de Mestrado em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós Graduação  
do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte  
do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo – DECH-CEUNES-  
UFES.

.....  
.....

Assinatura dos Professores da Área de Ciências da Natureza - BIOLOGIA

.....

Assinatura do Aluno/Pesquisador

Posto da Mata, Nova Viçosa (BA), ..... de ..... de 2017.

## APÊNDICE E

### AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DOS DADOS DO COLÉGIO ...

PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, DOS  
PROFESSORES DE BIOLOGIA DA REDE ESTADUAL EM NOVA VIÇOSA E MUCURI,  
BAHIA

### AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE DADOS DA ESCOLA

Eu, ....., Matrícula nº  
....., CPF nº ....., Carteira de Identidade  
nº....., Diretor (a) do Colégio Estadual .....,  
localizado na .....,  
autorizo o aluno/pesquisador Geraldo Francisco Rosa Junior a aplicar um  
questionário e divulgar os dados educacionais da mencionada Unidade de Ensino,  
para fins acadêmicos de estudo e pesquisa do curso de Mestrado em Ensino na  
Educação Básica do Programa de Pós Graduação do Departamento de Educação e  
Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade  
Federal do Espírito Santo – DECH-CEUNES-UFES a ser realizado junto aos  
professores da área de Ciências da Natureza, disciplina BIOLOGIA.

.....  
Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a)

.....  
Assinatura do Aluno/Pesquisador

Posto da Mata, Nova Viçosa (BA), ..... de ..... de 2017